

CNJ amplia gastos e reproduz vícios que deveria atacar

Despesas do Conselho de Justiça com passagens aéreas sobem 60% de janeiro a agosto e superam até custo dos salários

Pagamentos de diárias em ascensão, programas que se assemelham a um trem da alegria, gastos com passagens aéreas, publicidade e eventos que somam milhões de reais, aumento da assessoria direta do presidente. Exemplos de práticas já descobertas em inspeções nos Tribunais de Justiça do País agora atingem também o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), criado para exatamente para coibir hábitos como esses e melhorar a administração do Judiciário.

Em oito meses, o CNJ aumentou em 60% as despesas com passagens e ampliou a listagem de gastos com festas e homenagens, como coquetéis, almoços e posses. Os "convescotes", palavra usada por um conselheiro e por um servidor, criaram despesas superiores a R\$ 685 mil neste ano, mais de cinco vezes o que o Supremo Tribunal Federal (STF) gastou no mesmo período com a mesma rubrica.

Uma análise das despesas revela casos como o da psicóloga que viajou para o Chile com tudo pago pelo CNJ para estudar o sistema criminal do país. Nem mesmo seus colegas souberam explicar o que exatamente ela foi fazer lá. Ou ainda o exemplo do programa do conselho que, após uma série de despesas, mudou de nome. A alteração, segundo servidores do CNJ, serviu para zerar o orçamento e apagar o rastro de gastos milionários que foram feitos sob a outra rubrica.

Casos como esses mostram por que os gastos com diárias e passagens do CNJ superam o que o órgão despende hoje com

pagamento de salários. Dados do Siafi dos oito primeiros meses do ano, obtidos por intermédio da ONG Contas Abertas, mostram que as despesas do CNJ com diárias no Brasil e no exterior superaram R\$ 3,1 milhões, 21% a mais do que foi gasto no mesmo período de 2010. Com passagens aéreas, o conselho gastou nesse mesmo período mais de R\$ 1,6 milhão, 60% a mais do que no ano anterior.

A soma desses gastos é maior do que as despesas deste ano do CNJ com o pagamento de vencimentos e salários - R\$ 4,1 milhões, conforme dados oficiais. O que o conselho gastou em 2011 só com passagens aéreas é quase o dobro do que foi investido de 2008 a 2010 nos mutirões carcerários, conforme dados da gestão de Gilmar Mendes.

'Auxílio-sessão': Esses números do Siafi e dados do próprio CNJ revelam que, além do salário - que varia de R\$ 22,9 mil a R\$ 27,7 mil -, os conselheiros recebem uma espécie de "auxílio-sessão", conforme levantamento feito no site do conselho.

Eles receberam diárias e passagens para ir a Brasília participar das sessões de julgamento. Mesmo os que se afastaram de suas atividades para se dedicar exclusivamente ao conselho ganham os benefícios. Os números do

• Mais cadeiras

Dois servidores do CNJ contam que, com o aumento da estrutura da presidência, foi preciso buscar espaço para acomodar os novos juízes. "Não tinha cadeira para todo mundo", disse um deles.

próprio CNJ revelam que esses extras e as constantes viagens permitem que um conselheiro receba em um mês o equivalente a R\$ 28 mil em diárias.

O campeão nesse ranking recebeu, neste ano, o equivalente a R\$ 10 mil por mês nas viagens que fez pelo Brasil, seja para missões do CNJ, participar de eventos ou proferir palestras. Eventos que nem sempre, segundo servidores, são revertidos para os programas do conselho.

Para compensar gastos como esses, a secretaria-geral da presidência do CNJ tenta conter despesas de outros órgãos do colegiado, como a Corregedoria Nacional. Situação que criou rixas e conflitos entre presidência e corregedoria e acusação de lado a lado de quem seria o real responsável pelo aumento de gastos.

Dados da corregedoria mostram que ela respondeu por apenas R\$ 832 mil dos R\$ 3 milhões gastos com diárias. E que apenas com um de seu programas conseguiu devolver aos cofres públicos cerca de R\$ 176 milhões, valores que envolviam processos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que estavam parados no Judiciário.

Inchaço. O aumento de gastos também ocorreu no comando do CNJ. Durante sua gestão - até abril de 2010 - Gilmar Mendes convocou seis juízes para auxiliá-lo no exercício da presidência. Cezar Peluso, atual presidente do conselho, convocou 13 juízes para desempenharem a mesma função. Cada um recebe uma passagem aérea do tribunal para retornar ao Estado de origem, além de auxílio-moradia e do próprio salário.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

18 SET 2011

OS GASTOS DO CNJ

● O órgão de controle externo do Judiciário tem acumulado despesas de maneira descontrolada

EM MILHÕES DE REAIS	NO PERÍODO DE JANEIRO A AGOSTO DE CADA ANO		
	2011	2010	2009
Pagamento de diárias nacionais e internacionais	3,17	2,60	1,92
Gastos com passagens para o Brasil e exterior	1,67	1,04	1,20
Publicidade institucional*	1,23	0,78	
Gastos com "festividades e homenagens"	0,69	0,12	0,07
Vencimentos e salários	4,10	4,00	4,70

*Dados não consolidados em 2009

Uma comparação

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)	Orçamento de 2012	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)
R\$ 614 milhões		R\$ 223 milhões
Gastos em 2011 (jan-set)		
R\$ 818 mil	GASTOS COM PASSAGENS PARA O BRASIL E EXTERIOR	R\$ 1,67 milhão
R\$ 731 mil	PAGAMENTO DE DIÁRIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	R\$ 3,17 milhões
R\$ 118 mil	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	R\$ 685 mil



Mais despesas.

Cesar Peluzo, atual presidente do CNJ, convocou 13 juizes para auxiliá-lo

Mutirão antes feito com 4 pessoas hoje envolve uma dezena

● O mutirão carcerário foi criado em 2008, quando o ministro Gilmar Mendes estava à frente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na época, envolvia cerca de quatro pessoas – um juiz auxiliar, dois técnicos e, eventualmente, um conselheiro. Para baratear os custos e evitar um trem da alegria, o CNJ convocava juizes e servidores do Judiciário dos Estados em que haveria o mutirão. Depois de fazerem as inspeções, os juizes auxiliares e servidores do CNJ voltavam a Brasília e deixavam servidores locais encarregados de prosseguir o trabalho. Com isso, economizavam em diárias e passagens.

Agora, um mutirão pode envolver dezenas de pessoas, muitas de Estados distantes do local do mutirão. No Ceará, dez pessoas foram indicadas por Cezar Peluso – entre elas um juiz do Amazonas e outro do Rio Grande do Sul.

Além disso, os integrantes permanecem na cidade até o fim do mutirão, mesmo quando as tarefas cabem aos servidores locais. Um dos programas criados por Peluso, uma espécie de desmembramento do mutirão carcerário voltado para mapear os centros de internação de menores, é formado por 38 pessoas.

CONTINUA

Conselho diz que deslocamento de juizes é 'inevitável'

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) informou, por sua assessoria, que "se empenha na redução de despesas", mas admitiu que os gastos com viagens e diárias cresceram. Entretanto, argumentou que essas despesas são inevitáveis e necessárias para o funcionamento do órgão.

"Para que toda essa atuação seja efetiva e eficaz, é inevitável que integrantes do conselho se desloquem, com frequência, da sede do conselho, em Brasília, ou de seus domicílios legais, para as localidades onde se concretizam os programas e eventos", informou a assessoria.

De acordo com a nota, o CNJ editou uma portaria na tentativa de diminuir as despesas com diárias para servidores e juizes que ficam mais de duas semanas distantes dos locais de trabalho.

A assessoria acrescentou ainda que programas que eram pontuais na gestão anterior, do ministro Gilmar Mendes, passaram a ser permanentes. E dá como exemplo o mutirão carcerário, criado por Mendes. "Antes era atividade pontual, não sistemática como é agora".

Para convocar juizes e magistrados de Estados diferentes de onde ocorrem os mutirões, o CNJ afirmou que a prática é necessária porque nem sempre o Estado dispõe de magistrados e servidores especializados ou disponíveis.

No Ceará, nenhum juiz ou servidor da Justiça local foi convocado para os mutirões. Por esse entendimento, o conselho não deve ter encontrado juizes em todo o Estado que pudessem analisar os processos e verificar se as penas já estavam cumpridas ou se os condenados já po-

diam se beneficiar, por exemplo, da progressão de regime.

Apesar de ter recentemente lançado uma calculadora virtual para mensurar automaticamente esses prazos, sendo necessário apenas preencher um formulário com poucas informações, o CNJ considerou que essa mesma análise nos mutirões é "matéria complexa" e envolve "cálculos dificultosos".

Ainda conforme o CNJ, os conselheiros recebem diárias e passagens aéreas para comparecer às sessões do conselho porque não são obrigados a morar em Brasília.

Os integrantes do conselho não são convocados ou obrigados a permanecer dois anos no CNJ. Todos se candidatam e disputam uma espécie de eleição para o mandato.

18 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

OPERAÇÃO BOI BARRICA Ministros da 6ª Turma consideraram ilegais as interceptações telefônicas dos envolvidos em supostas irregularidades; empresário chegou a ser indiciado por lavagem de dinheiro, tráfico de influência e formação de quadrilha

STJ anula provas obtidas pela PF em investigação sobre filho de Sarney

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou as provas colhidas durante a Operação Boi Barrica, da Polícia Federal, que investigou suspeitas de crimes cometidos por integrantes da família do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). Os ministros da 6ª Turma do STJ consideraram ilegais interceptações telefônicas feitas durante as investigações.

Revelações sobre a Boi Barrica, feitas pelo Estado em 2009, levaram a Justiça a decretar censura ao jornal, acolhendo pedido do empresário Fernando Sarney, filho do senador.

Com a anulação das interceptações ficam comprometidas outras provas obtidas posteriormente, resultantes de quebras de sigilo bancário e fiscal. Volta praticamente à estaca zero a apuração de uma suposta rede de crimes cometidos pelo grupo a partir de um saque de R\$ 2 milhões em espécie às vésperas da eleição de 2006 e registrado como movimentação atípica pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Na época, Roseana Sarney era candidata ao governo do Maranhão.

Com as escutas e informações sobre movimentação financeira, a PF abriu cinco inquéritos e apontou indícios de tráfico de influência no governo federal, formação de quadrilha, desvio e lavagem de dinheiro.

Em julho de 2009, depois de seis horas de depoimento na Superintendência da PF em São Luís, o empresário Fernando José Macieira Sarney, filho do presidente do Senado, chegou a ser indiciado por lavagem de dinheiro, tráfico de influência e formação de quadrilha.

Precedentes. O STJ tomou a decisão ao analisar um pedido de João Odilon Soares, funcionário do grupo Mirante de comunicação, que pertence à família Sarney. Soares também foi investigado na Operação Boi Barrica.

Para conseguir anular as provas, o advogado Eduardo Ferrão baseou-se em decisões anteriores tomadas pelo STJ e pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Em uma dessas decisões recentes, o STJ anulou as provas da Operação Satiagraha, que investigou suspeitas de corrupção envolvendo o banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity. Na ocasião, os ministros da 5ª Turma do tribunal concluíram que foi ilegal a participação de integrantes da Agência Nacional de Inteli-

gência (Abin) nas investigações.

“Os precedentes do STF e do STJ entendem que as decisões judiciais que autorizam interceptação têm de ser rigorosamente fundamentadas”, disse Ferrão ao Estado. “O STJ falou que está nulo porque (a investigação) não respeitou a Constituição Federal e a lei.”

Devassa. Segundo o advogado, as decisões judiciais não foram fundamentadas. “Eles não indicavam quais eram as suspeitas. E as interceptações foram prorrogadas por 18 vezes. Foram 200 dias de bisbilhotagem, foi uma devassa”, afirmou.

Ferrão também reclamou que a operação afetou pessoas que não estavam sob investigação, como advogados e jornalistas. De acordo com ele, isso ocorreu porque a Justiça Federal no Maranhão decretou a quebra de sigilo dos e-mails de todos os funcionários do grupo Mirante.

O advogado sustentou que a anulação das provas não significa o fim das investigações e, conseqüentemente, a impunidade dos investigados. “As investigações devem prosseguir. Os investigados têm interesse em que as investigações sejam realizadas e concluídas. Mas de acordo com a lei”, afirmou. “Os registros bancários continuarão existindo. Os extratos estarão disponíveis daqui a 10 ou 20 anos.”

CONTINUA

18 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Procurador. Em junho, após o STJ ter anulado provas da Operação Satiagraha, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, criticou a Justiça. "A Justiça tem tido alguns excessos e tem colocado de lado, não considerando com a devida importância, a necessidade da tutela penal", disse. "Claro que podemos aprimorar a legislação, podemos trabalhar para corrigir este ou aquele equívoco que possa aparecer nas investigações, mas é preciso também que o Judiciário tenha, digamos assim, uma visão mais adequada ao enfrentamento da criminalidade, porque a sociedade clama por isso."

A mulher de Gurgel, Claudia Sampaio, é quem cuida atualmente, no Ministério Público Federal, da Operação Boi Barrica. Os dois não foram encontrados ontem para comentar a decisão do STJ.

Além de ter anulado provas da Boi Barrica e da Satiagraha, o tribunal tornou sem efeito, no passado, investigações das operações Castelo de Areia e Diamante, também da Polícia Federal. Em todos os casos, o STJ concluiu que ocorreram irregularidades nas autorizações de quebra de sigilo telefônico.

Episódio motivou censura judicial ao 'Estado'

● A Operação Boi Barrica, cujas provas o STJ anulou, foi a que levou o Tribunal de Justiça do DF a decretar, em 2009, a censura judicial contra o Estado – impedindo-o de divulgá-la. Informado da nova decisão do tribunal, que reconduz o processo ao ponto de partida, o advogado do jornal, Manuel Alceu Affonso Ferreira, disse que vai aguardar a citação para definir providências.

O Estado espera do STJ, ou do Supremo Tribunal Federal, uma decisão quanto ao mérito da censura que sofreu e que hoje completa 779 dias. O recurso pedido sua revogação está nas mãos do ministro Benedito Gonçalves, que o recebeu quando o TJ-DF remeteu os autos ao STJ.

A decisão de Dácio Vieira atendeu a um pedido do empresário Fernando Sarney, para quem a ação da PF não podia ser divulgada, visto que corria em segredo de justiça. Na ocasião, Vieira, que não esconde sua amizade com o presidente do Senado, José Sarney, acolheu recurso contra a decisão do juiz Daniel Felipe Machado, da 12.ª Vara Cível de Brasília. Este havia derrubado a censura. Com a sentença, Vieira impôs multa de R\$ 150 mil para cada "ato de violação", isto é, para cada notícia publicada.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

779 DIAS DE CENSURA

18 SET 2011



Supremo nega pedido do **Estado**, sem julgamento de mérito. Fernando Sarney apresenta à Justiça pedido de desistência da ação contra o jornal, mas a censura permanece em vigor. Diretoria do Grupo Estado considera iniciativa uma ação de "efeito midiático".

A Operação Boi Barrica encontra provas de que o grupo do empresário Fernando Sarney usava o poder do presidente do Senado, José Sarney, para ter acesso a ministérios e estatais. Atendendo ao pedido de Fernando Sarney, o desembargador Dácio Vieira, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, proíbe o **Estado** de divulgar informações a respeito do empresário.

Estado revela que Dácio Vieira foi um dos convidados do casamento da filha de Agaciel Maia, ex-diretor do Senado. Sarney foi padrinho (foto). O **Estado** pede que o desembargador se declare suspeito para tomar decisões no processo. O próprio Dácio Vieira conclui que é competente para julgar o processo.

O TJ-DF declara Dácio Vieira suspeito para decidir sobre o caso, mas censura ao jornal é mantida.

Diário da Justiça publica acórdão que permite a veículos de comunicação sob censura entrar com reclamação diretamente no STF. **Estado** pede a "pronta suspensão" da censura no Supremo.

Julho

Agosto

Setembro

Novembro

Dezembro

2009

O **Estado** comunica ao TJ-DF a não aceitação da desistência e pede que o empresário abra mão, também, de seus direitos a rerepresentar tal queixa. O jornal manifesta ainda sua preferência pelo julgamento do mérito, no STF, para criar jurisprudência sobre o caso para toda a imprensa do País.

TJ-DF encaminha recursos do jornal ao STJ e ao Supremo. A luta do jornal ocorre, assim, em dois tribunais. No STJ, quanto à competência do TJ do Distrito Federal para julgar o caso, e no STF, quanto à inconstitucionalidade da censura.

Recurso especial no STJ é distribuído ao ministro Luiz Fux.

Ministro Fux se declara suspeito para o julgamento, por motivo de foro íntimo. Os autos são redistribuídos ao ministro **Benedito Gonçalves**.



No dia 31, a censura ao **Estado** completa um ano, sem que a Presidência do Senado repassasse as informações solicitadas pelo Ministério Público e sem que o STF decidisse a questão.

STJ decide anular as provas da Operação Boi Barrica, por considerar que interceptações telefônicas foram ilegais.

Reúnida em San Diego, nos EUA, a Sociedad Interamericana de Prensa (SIP) decide interpelar o Conselho Nacional de Justiça, para que apresse a decisão do processo e faça valer a Constituição brasileira, extinguindo a censura ao **Estado**.

Censura completa dois anos sem que o STF julgue o mérito do processo.

Presidente do TJ-DF determina o prosseguimento da ação.

Janeiro

Fevereiro

Abril

Maior

Julho

Abril

Julho

Setembro

2010

2011

CONTINUA

'O caminho está aberto para a impunidade'

Delegados da PF alegam que nenhuma missão é executada sem aval da Justiça e fiscalização da procuradoria federal

Delegados da Polícia Federal se declaram perplexos com a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que mandou anular as provas da Operação Boi Barrica. Eles avaliam que o Judiciário se curva ante investigados que detêm poder político e econômico. Temem que outras operações de grande envergadura tenham o mesmo fim. "A PF não inventa, ela investiga nos termos da lei e sob severa fiscalização", disse o delegado Marcos Leôncio Sousa Ribeiro, diretor de Assuntos Parlamentares da Associação Nacional dos Delegados da PF.

"No Brasil não há interesse em deixar investigar", afirma Leôncio. "As operações da PF são executadas sob duplo grau de controle, do Ministério Público Federal, que é o fiscal da lei, e do Judiciário, que atua como garantidor de direitos. Af uma corte superior anula todo um processo público com base em quê? Com base no 'ah, não concordo, a fundamentação do meu colega que decidiu em primeiro grau não é suficiente'. Nessa hora não importa que os fatos são públicos e notórios e que nem sequer há necessidade de se ficar buscando uma prova maior."

Leôncio considera "revoltante" ouvir críticas de que a PF investiga mal. "O País não pode aceitar que uma operação seja anulada porque o tribunal não concorda com a fundamentação do juiz de primeiro grau, 'ah, quem tinha que ter autorizado não era o juiz federal da 1.ª vara, a competência era do juiz da 2.ª vara'. Isso atende a uma elite."

Para o delegado, "o Legislativo faz mal as leis" e "a polícia trabalha com instrumentos le-

gais limitadíssimos". "As leis são limitativas e restritivas, como a da interceptação telefônica. O pano de fundo é o Judiciário a serviço das elites."

Contaminação. Segundo Leôncio, as recentes decisões do STJ, que jogaram na gaveta inquéritos sobre grandes operações, "vão contaminar várias outras investigações e sob esse mesmo argumento". "O problema está nos tribunais superiores: eu não quero condenar, eu não quero deixar condenar. Maquiavelicamente, setores da mídia atacam a PF e passam a imagem de polícia nazista, que não respeita direitos e garantias fundamentais."

"A PF investiga, apresenta provas, mas tudo isso não tem valor porque temos um Poder Judiciário cuja cúpula é comprometida com esse status que está aí. Chega uma turma de um tribunal superior, distante dos fatos, diz que isso tudo é abuso, não está bem fundamentado e que a legislação não permite que se faça isso ou aquilo. O Brasil está nesse dilema. Essas decisões têm caráter ideológico, não jurídico. A PF está no meio dessa guerra. Um Brasil que compactua com a corrupção e um Brasil que quer ser passado a limpo."

"A PF respeita as decisões judiciais, mas o trancamento da Boi Barrica é temerário", assevera Amaury Portugal, presidente do Sindicato dos Delegados Federais em São Paulo. "Ficou muito difícil para a PF trabalhar, primeiro as algemas que não podem ser usadas no colarinho branco, depois as escutas."

Ele não aceita o rótulo de ilegalidade que o STJ cravou na Boi Barrica. "Como ilegal se tudo foi realizado com autorização da própria Justiça? O delegado que

presidiu o inquérito da Boi Barrica não ia fazer escuta se não estivesse amparado em decisão judicial. Qualquer passo o delegado tem que comunicar ao juiz, abrindo vista para o procurador."

Para Portugal, "as últimas decisões judiciais são estapafúrdias". Ele faz um alerta. "Vamos cansar. O governo está intimidado. A porta para a impunidade está aberta."

Defesa da PF

LEÔNCIO RIBEIRO DIRETOR DA ADPF

"A PF não inventa, ela investiga nos termos da lei e sob severa fiscalização, sob duplo grau de controle, da procuradoria e da Justiça"

AMAURY PORTUGAL
PRESIDENTE DO SINDICATO DOS
DELEGADOS FEDERAIS EM SP
"Trancamento da Boi Barrica é temerário. Vamos cansar. A PF faz a sua parte, mas o governo está intimidado."

18 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO NA JUSTIÇA POR UM TRANSPLANTE

Pacientes com leucemia movem ação contra planos de saúde e conseguem ser operados num hospital de excelência, mesmo sem cobertura contratual

João Antônio, de 2 anos, Ana Beatriz, de 6, e Rafaella, de 26, não são paulistanos, mas se mudaram para São Paulo pelo mesmo motivo: os três foram diagnosticados com leucemia e, apesar de terem plano de saúde, precisaram recorrer à Justiça para serem transplantados no Hospital Sírio-Libanês, considerado de excelência na área.

As histórias dos três se cruzaram ao acaso e envolvem meses de ansiedade, angústia e batalha judicial contra as operadoras de saúde – que, no caso deles, por contrato, não daria direito de eles serem atendidos nesse hospital.

João Antônio mora no Rio e foi diagnosticado com um tipo raro de leucemia após uma febre que não sarava. “O caso dele é tão raro que só um transplante de sangue de cordão resolveria”, conta a mãe, Vivian de Miranda Picolo, de 31 anos.

Filha de médico, Vivian decidiu pesquisar hospitais de referência nesse tipo de transplante e médicos especializados nessa rara apresentação da leucemia. Foi aí que chegaram ao hematologista Vander-son Rocha, responsável pela equipe de transplantes de medula do Sírio-Libanês.

Como o plano de saúde não cobria, a família pagou por uma consulta. “Após a conversa com o médico tive a certeza de que meu filho seria transplantado ali. O plano não cobria, mas eu daria um jeito”, diz Vivian. Ela procurou a operadora, mas não conseguiu entrar em acordo. Por isso, recorreu à Justiça.

Em junho saiu a decisão – favorável ao pequeno João. Imediatamente mãe, filho, avó e babá vieram para São Paulo. O transplante foi feito em 16 de julho, mas o menino rejeitou o cordão. A única alternativa seria, então, ten-

tar um transplante haplóidêntico: a mãe seria doadora, embora fosse apenas 50% compatível.

O procedimento foi em 24 de agosto e no último dia 7 veio a boa notícia: deu certo. Desde então, a família envia relatórios para a operadora do plano de saúde com os valores a serem pagos. “A opção de fazer o transplante no Sírio não era um luxo. Era uma necessidade. E, como eu pago plano de saúde, não fazia sentido entrar numa fila do SUS”, diz.

Também carioca, Ana Beatriz foi diagnosticada logo após o carnaval. Ao contrário de João, sua primeira opção de tratamento era fazer quimioterapia. Nessa época, a menina estava sendo atendida em hospitais do plano de saúde. “A expectativa era de que a doença entrasse em remissão após as duas primeiras doses”, conta a professora Kátia Ferreira Moreira, 42, mãe da menina. Mas isso não aconteceu.

Ana Beatriz estava com uma leucemia refratária – não respondia ao protocolo de tratamento. O transplante era necessário, a irmã seria a doadora. Por causa da gravidade, a mãe procurou alguém especializado. E também chegou à equipe do Sírio.

O plano de saúde de Kátia recusou a cobertura do transplante no hospital. “A gente não queria o hospital. A gente queria a experiência da equipe. Não dava para fazer em qualquer lugar. Entramos na Justiça, e a liminar saiu duas horas depois”, conta.

O plano tentou cassar a liminar três vezes e até a polícia entrou na história. O transplante, feito no dia 31 de agosto, foi considerado um sucesso. Uma nova audiência judicial está marcada para outubro. “A Bia está bem, fizemos bolo para comemorar os resultados. Não creio que a

liminar caíará”, diz Kátia.

Rafaella Serrano Teixeira é de Belém (PA) e brigou durante cinco meses com o plano de saúde para ser transplantada no Sírio. A operadora recorreu três vezes. Agora, Rafaella está reunindo a documentação necessária para dar entrada no hospital no fim do mês. “Deu certo, mas foram meses sem dormir”, diz.

Excelência. De 2010 até agora, o Sírio já teve de atender oito casos de transplantes por decisão judicial. Yana Novis, coordenadora do grupo de onco-hematologia, diz que o hospital não incentiva os pacientes a recorrerem à Justiça e afirma que a unidade apenas cumpre as decisões. “Nesse tipo de caso, o pagamento fica comprometido, então o ideal é que haja um acordo com o plano”, diz. Segundo Yana, um transplante pode custar até R\$ 500 mil.

Casos provocam ‘prejuízo coletivo’

● Arlindo de Almeida, presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abrange), afirma que casos como esses provocam um “prejuízo coletivo” às operadoras e aos clientes.

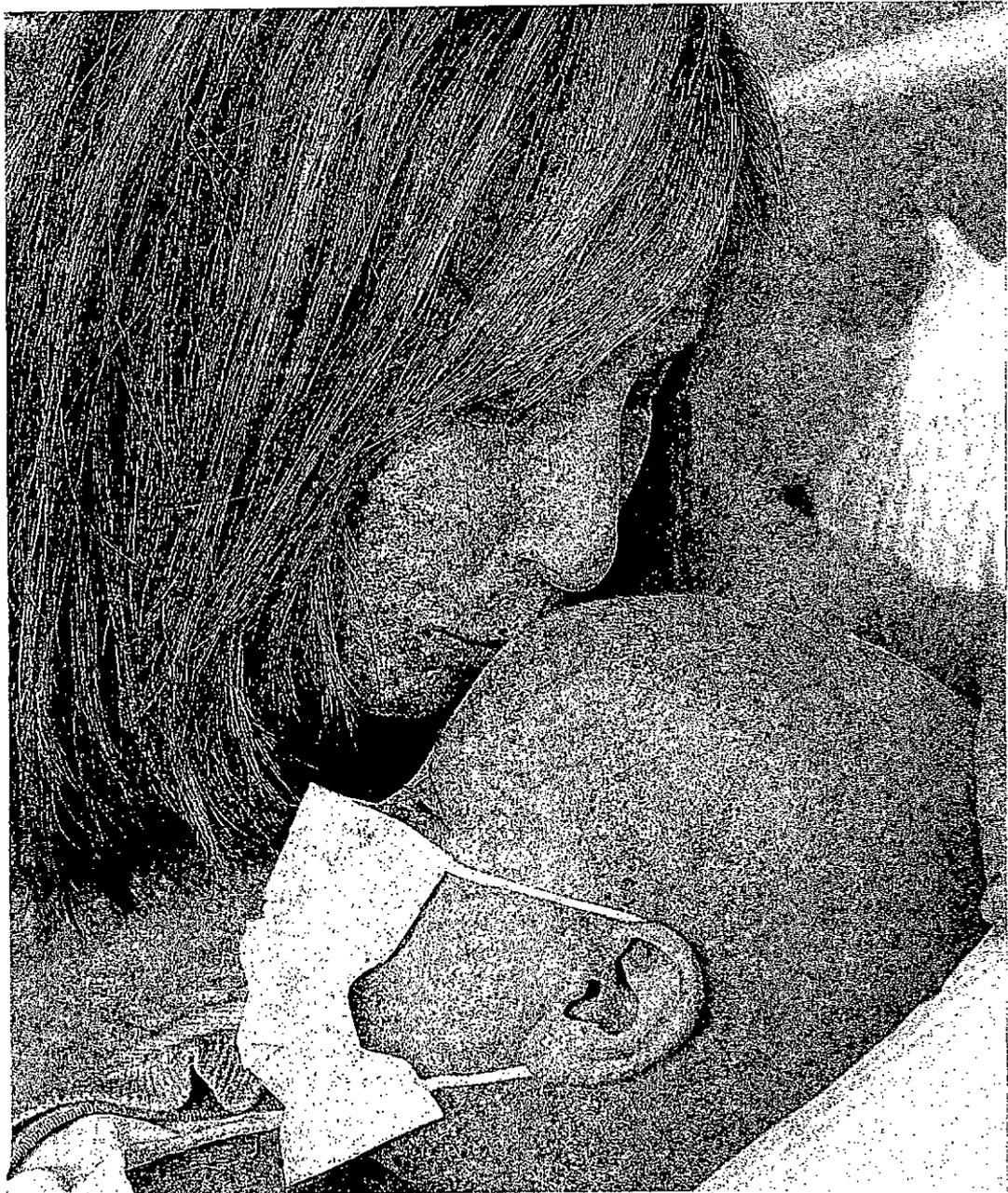
“O custo de um plano com hospital de primeira linha é muito mais alto. A gente cumpre as decisões e recorre delas, mas esse prejuízo (que temos) é repassado para as mensalidades.” / F.B.

CONTINUA

18 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



Sucesso. Kátia Moreira com Ana Beatriz: após acionar Justiça, liminar saiu em duas horas.

18 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

O fundo de pensão dos servidores

SUELY CALDAS



Entre as matérias que quer aprovar rapidamente no Congresso, o governo deu prioridade à criação do Funpresf, o fundo de pensão que vai complementar a aposentadoria de servidores públicos que desejarem receber acima do teto de R\$ 3.689,66, fixado pelo INSS para trabalhadores do setor privado. Válido só para quem ingressar no funcionalismo federal após sua promulgação, o fundo será capitalizado com contribuições do governo (até o limite de 7,5% do salário) e do funcionário ao longo de sua vida ativa. O projeto já passou por duas comissões na Câmara, será submetido a mais duas e só depois irá ao plenário para votação. Até concluir a tramitação no Senado, sua aprovação final deve ocorrer em meados de 2012. A proposta de criação do fundo chegou ao Congresso em 2003 e por lá dormitou por sete anos, pois o ex-presidente Lula dela desistiu, pressionado pelas centrais sindicais. Dilma Rousseff decidiu retomá-la. Não é a reforma que a Previdência precisa, mas ao menos busca estancar o enorme déficit bancado pelo Tesouro, que em 2011 somará R\$ 57 bilhões.

Quando a ideia nasceu – e lá se vão sete anos –, o governo Lula acreditava que ela vingaria também nos Estados e municípios: governadores e prefeitos fa-

riam germinar centenas de fundos de pensão para seus servidores Brasil afora. Seria a solução não só para estancar os infundáveis e gigantes déficits previdenciários de Estados e municípios. Criaria um sistema sustentável e seguro para o servidor e ainda contribuiria para elevar a taxa de poupança da economia brasileira, que precisa chegar a 25% do PIB para alavancar investimentos, mas é a mais baixa entre todos os países emergentes e patina em 17%.

Na época, governadores e prefeitos se entusiasmaram com a ideia, mas logo desistiram ao perceber que dela não tirariam vantagem financeira durante seus mandatos. É que nos primeiros 15 anos de vigência do novo sistema os governos vão mais gastar do que economizar com a previdência, já que vão arcar com duas despesas: o pagamento dos benefícios pelo sistema atual e a contribuição mensal da capitalização do novo fundo. O futuro servidor pode escolher ficar fora do fundo, mas terá a aposentadoria limitada a R\$ 3.689,66. Ou pagará para receber acima disso.

Mas, se o governo gasta mais no curto prazo, quem ganha com a proposta?

Só este ano o Tesouro vai bancar R\$ 57 bilhões para cobrir o déficit previdenciário da União, concentrado em apenas 950 mil pessoas. Duas comparações para medir essa injusta concentração da renda pública: o déficit do INSS, de R\$ 39 bilhões, é 32% menor e abrange 24 milhões de aposentados e pensionistas; o Bolsa-Família custa ao País 72% menos (R\$ 16 bilhões) e beneficia 12 milhões de famílias, ou cerca de 50 mi-

lhões de pessoas. Se o déficit é equacionado e o dinheiro, economizado a médio prazo, ganham 190 milhões de brasileiros, principalmente os mais pobres, que podem aspirar à educação e à saúde de melhor qualidade e redes de esgoto e água tratada, se os futuros governantes aplicarem o dinheiro poupado com justiça e honestidade. E, se os governadores também aderirem à ideia, aliviando o déficit de R\$ 31 bilhões dos Estados, ganha a economia do País, com fundos de poupança que ajudam a fomentar o investimento público e multiplicar empregos. Ganha o próprio servidor público, que passa a ter um sistema previdenciário estável e seguro. E, sobretudo, ganham as futuras gerações, porque sairá de suas costas o peso de pagar cada vez mais caro por um sistema inviável.

Mesmo que gastem mais nos primeiros 15 anos, governadores e prefeitos serão vistos como responsáveis por, finalmente, equilibrar as contas da previdência, dar uma solução definitiva à questão, estancar a sangria de despesas que ano a ano devora cada vez mais verbas públicas de Estados e municípios e que pode ser revertida em investimentos usufruídos por toda a população. No curto prazo podem gastar um pouco, mas a médio e a longo prazos a população é beneficiada e saberá retribuir ao seu governante. Mas como o político brasileiro pensa pequeno, até agora a ideia só seduziu o governo de São Paulo.

* JORNALISTA E PROFESSORA DA PUC-RIO
E-MAIL: SUCALDAS@TERRA.COM.BR

18 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

CRACK AGORA SE ALASTRA PELO INTERIOR NORDESTINO

Pedra rompe limites das metrópoles, entra na rotina policial em cidades de até 10 mil habitantes e lota clínica de recuperação

Ele começou com álcool há dez anos, quando tinha 17. Depois, viciou-se em maconha. Há cinco anos, quando chegou aos 23, mergulhou de cabeça na pedra de cocaína, o crack. Hoje, aos 28, é um dos 43 internos em uma chácara de recuperação de dependentes químicos no interior do Nordeste. Diz que está limpo, sente-se bem depois de quatro meses sem drogas, e lamenta o inferno vivido no crack ao lembrar que só conseguiu parar quando viu a mãe dentro de um carro de polícia.

Etelvi Nascimento Silva nunca esteve em São Paulo, a metrópole que convive com o crack ao ar livre. Da cracolândia, só ouviu falar. Etelvi fumou a primeira pedra de cocaína no sertão pernambucano, em Floresta, cidade de 30 mil habitantes, a 430 km do Recife, onde nasceu.

Hoje, embora o governo federal ainda pesquise o tamanho do estrago do crack no fundão do País – via FioCruz –, na sertaneja Floresta de Etelvi e nas vizinhas Petrolândia (32 mil habitantes), Belém do São Francisco (20 mil) e Itacuruba (10 mil), a droga avança. E essa região dentro do “polígono da seca” está prestes a trocar a alcunha de “polígono da maconha” por “polígono do crack”.

Rota. “O crack hoje faz parte do cotidiano do sertão”, afirma o capitão Marcondes Ferraz, da PM pernambucana, um dos chefes do combate ao tráfico de drogas na região de Petrolina (cerca de 300 mil habitantes). O militar explica que o 5.º Batalhão de Petrolina, no qual chefia uma companhia, é hoje o segundo no ranking das apreensões de drogas no Estado. Perde somente para a delegacia especializada da área (Denarc), do

Recife. Petrolina está às margens do Rio São Francisco, ao lado da baiana Juazeiro (200 mil habitantes). É uma próspera região agrícola.

As duas cidades ficam à beira da BR-407, que liga Sul-Sudeste à BR-116, os Estados de Piauí e Maranhão pela BR-316, e o Ceará pela BR-020. Esse conjunto de estradas forma a malha rodoviária que funciona como rota de tráfico para a cocaína que passa pelos centros distribuidores, como São Paulo.

Sob a jurisdição do capitão Marcondes estão ainda Dormentes (16 mil habitantes) e Afrânio (18 mil habitantes), nas quais também há registros da presença do crack. “E onde há drogas, há armas”, acrescenta o policial. Nas operações antidrogas do primeiro semestre, o 5.º Batalhão apreendeu 112 armas curtas, 102 longas e 61 brancas (faca).

Um investigador de polícia, que trabalha em área ainda mais isolada, em pleno “polígono da maconha”, onde fica o município de Floresta, diz que o uso do crack nas comunidades pequenas não ocorre como em São Paulo, onde os dependentes vagam em turmas, consumindo a droga nas ruas. Na cracolândia do sertão, a cocaína em pedacinhos se espalhou pelos pontos de venda, as “bocas de fumo”, e, como os saquinhos de pó, é consumida dentro de casa.

Entreposto. O policial conta que encontrou em Floresta, a cidade de Etelvi, uma pedra de 120 gramas de crack enterrada em um quintal. “Eles desenterram, quebram para vender os pedaços, depois voltam a enterrar o que sobra dentro de sacos plásticos”, explicou o investigador. “Se não houver uma ação mais efetiva e rápida do Estado, logo vamos ver por aqui o que ocorre em São Paulo.”

Conferindo as planilhas da PF, ele conta: nos últimos 12 meses foram apreendidos 47 kg de cocaína, 1.081 mudas da planta, mais de 8 kg de sementes e 606 gramas de crack. “O que é registrado como crack, é pedra de cocaína. Mas pode haver também a pedra registrada só como cocaína”, diz ele, que defende normatização para os registros.

O delegado, no entanto, se diz otimista com os resultados da presença da PF na caatinga. “Apreendemos dias atrás um carregamento de 100 quilos de maconha que vinha do Paraguai dentro da armação metálica da carroceria de um carro”, contou. “É sinal de sucesso das operações de erradicação das plantações, que repetimos a cada três meses.”

No Instituto de Criminalística de Salgueiro, a perita Yeda Sá Araújo passa boa parte do tempo analisando amostras de drogas. Foram 356 exames de comprovação química neste ano. Os laudos se acumulam na pequena e abafada sala. “Aqui aparece de tudo. Maconha, cocaína e crack, e muito armamento.”

Para além do constante trabalho da polícia, a chaga do vício rápido da pedra no interior nordestino pode ser constatada na observação da clínica de recuperação existente em Juazeiro. Ali já supera as internações por alcoolismo. De acordo com o presidente da Comunidade Evangélica para Recuperação de Viciados (Ceprev), Robson Vieira Pereira, 70% dos internos na instituição estão em tratamento da dependência do crack. São os colegas de Etelvi, gente até de outros Estados que chega a Juazeiro em busca de uma saída da pedra.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Na semana passada, sob temperatura de 38° C, às 14h, um grupo de homens se reunia à sombra de uma construção sem paredes. Ouviam uma palestra pontuada de pregação de fé religiosa contra as drogas e em defesa da vida. “Os dependentes do crack recorrem ao Cprev em maior quantidade”, diz Ferreira, ressaltando que “é a velocidade do vício e o efeito danoso da droga na saúde dos usuários e de suas famílias que os levam a buscar ajuda rapidamente”.

Vício e roubo. Assim ocorreu com Eté, o rapaz de Floresta, assim chamado pelas irmãs e pela mãe. “Aqui já se pode ver eles fumando na rua (sic)”, conta Olindina Maria da Silva, mãe de Etelvi, em entrevista na casa da família, em um bairro simples, na semana passada. Lembrando dos dias difíceis que passou, Olindina diz que lutou para tirá-lo do mau caminho. “Ele aqui vivia, dava uma volta e de repente chegava doido da cabeça. Então, quer dizer, não ia buscar em Belém, Petrolândia. Era aqui na cidade mesmo que encontrava.”

Foi no dia em que ela estava no carro da polícia, com o filho preso por roubar um celular para pagar a droga, que os dois tiveram um diálogo duro para ambos. “Ele me disse: ‘Mãe, me ajude. Não sou eu, mãe, me ajude’”, recorda Olindina, emocionada, ao lado de uma filha e de netos, na varanda da pequena casa.

“Ele começou na cachaça e na maconha”, recorda Olindina. Há uns quatro anos, entrou no crack. “Eu disse a ele: ‘Ó, meu filho, eu já passei por tanta coisa. Vou passar por essa agora, meu filho?’” O rapaz, então, respondeu: “Mãe, tenha fé em Jesus. O que a senhora passou, não passa mais. Deus é mais.”

Firme diante de mais uma promessa do filho de largar a pedra, Olindina batalhou os R\$ 300 necessários para o pagamento da taxa mensal de internação no Cprev, para onde Eté foi mandado. Ela afirma que acredita na recuperação do rapaz. Mas não quer o filho de volta a Floresta tão cedo. Teme por ele. “A gente só não pode dizer a casa, ou é ali que vende, ou acolá. Ninguém é doido de entregar ninguém. Porque o senhor sabe: entregou agora, mais tarde já tá lá duro, enterrado. É desse jeito.”

CAATINGA JÁ TEM UMA CRACOLÂNDIA

A noite é possível ver pessoas perambulando sem destino e fumando agitadas nas cercanias da estação rodoviária de Petrolina

O surgimento de uma cracolândia na caatinga, uma preocupação para os policiais do sertão pernambucano, na verdade, já está em andamento. Quem passar alguns minutos durante a noite nas cercanias da estação rodoviária de Petrolina, por exemplo, pode ver dependentes, com suas pernas finas, magros, sujos, sacudindo cobertores imundos, fumando agitados sob árvores do estacionamento ao ar livre.

“Eles ficam por ali direto, consumindo crack e outras drogas”, diz um comerciante que pediu para não ser identificado. Além da pedra, consomem cola, solventes, maconha. No fim da noite, quando o movimento diminui, eles se juntam para dormir em cantos de paredes do outro lado da rua, bem na frente do ponto de táxi. “São moradores de rua. Muitos já foram abordados”, explica o delegado Glaukus Menck, gestor do Sertão 2, divisão policial da região.

Durante quatro dias, a reportagem do Estado percorreu 953 quilômetros no sertão, entre Bahia e Pernambuco, recolhendo depoimentos, ouvindo relatos de policiais, agentes de saúde (muitos que pedem para não ser identificados, por razões de segurança) e outras autoridades.

Ao lado da rodoviária, a reportagem flagrou dependentes químicos reunidos em pequenos grupos, consumindo drogas à noite. Na terça-feira, dia 6, por volta de 20h, eles já estavam agitados. Enquanto um trabalhava como flanelinha no estacionamento da rodoviária, recebendo trocados dos motoristas, outros três, mais uma mulher, faziam a droga rodar de mão em mão, acocorados.

Dois dias depois, na quinta-feira, dia seguinte ao feriado da Semana da Pátria, às 22h20, quando Deivid marcou o gol do Flamengo contra o Corinthians, e motoqueiros, taxistas e curiosos festejaram no ponto de táxi, os viciados não se importavam nem com a presença de uma viatura da PM estacionada do outro lado da rua.

O Corinthians, depois, virou o jogo, vencendo os cariocas por 2 a 1. Ao lado da barraca da televisão dos taxistas, o grupo de viciados só se dispersou quando os PMs, depois de permanecerem em uma mesa do bar, na calçada oposta, por alguns minutos, passaram entre eles na direção da rodoviária.

19 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

TRÉ promove empresa e irrita juízes

Tribunal recomendou a magistrados que distribuam a 290 prefeitos
cartilhas da Jetro Ambiental sobre coleta seletiva de lixo



'Orientação' Walter de Almeida Guilherme nega ter agido para beneficiar empresa

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

19 SET 2011

Fausto Macedo

Magistrados se rebelaram contra orientação do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de São Paulo para distribuir a 290 prefeitos paulistas exemplares de uma cartilha e cópias de DVDs sobre programa de coleta seletiva de lixo produzidos pela empresa Jetro Ambiental.

A recomendação foi passada aos juizes eleitorais nos dias 4 e 10 de agosto, durante palestras que a corte promoveu, oficialmente para tratar de uma tema inerente à toga – doações irregulares em campanhas eleitorais.

O TRE reuniu 151 magistrados. Mas o evento compreendeu também conferência sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a que todos os municípios do País terão de se adequar a partir de agosto de 2012. O pronunciamento ficou a cargo do consultor Jetro Menezes, dono da empresa.

Segundo o tribunal, o objetivo dessa etapa do encontro foi o treinamento da classe dos juizes para a conscientização dos administradores municipais sobre a implantação da coleta seletiva e para dar estímulo à formação de cooperativas e de convênios com empresas locais e ONGs.

A iniciativa “segue projeto estratégico do TRE-SP sobre a gestão de resíduos gerados nos municípios, visando estender a responsabilidade da Justiça eleitoral também ao meio ambiente”.

O TRE alega necessidade de qualificação dos juizes “a fim de contribuir para a implantação do serviço naquelas cidades”. O desembargador Walter de Almeida Guilherme, presidente do tribunal, afirma que nunca houve orientação para prefeitos contratarem a Jetro.

Os magistrados atuam em comarcas que abrangem as administrações que ainda não fazem coleta seletiva – 290 municípios paulistas. O tribunal planeja estender a responsabilidade da Justiça Eleitoral também ao meio ambiente.

As manifestações sobre doações irregulares foram proferidas pelos juizes Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia e Jefferson Moreira de Carvalho, “tendo em vista as eleições municipais de 2012”. O evento foi promovido pela Escola Judiciária Eleitoral Paulista (EJEP), com apoio da Associação Paulista de Magistrados (Apamágis).

Contrato. O empresário e consultor Jetro Menezes, dono da Jetro Ambiental, acumula a função de diretor de meio ambiente na prefeitura de Franco da Rocha (Grande São Paulo). Ele fechou contrato de R\$ 14,4 milhões com o TRE. Criada em 2007, a Jetro assumiu compromisso de implantar nas instalações da Justiça eleitoral o programa de coleta e capacitar os magistrados.

Durante o ciclo de preleções, a cúpula do TRE orientou os juizes a levarem a cartilha e o DVD aos prefeitos das regiões sob sua jurisdição que ainda não adotaram o programa de coleta seletiva. Juizes demonstraram desconforto com a missão. “Não é uma imposição, é apenas uma orientação”, esclareceu o presidente do TRE.

O manual tem 13 páginas, com ilustrações e as seis fases do programa de coleta seletiva. Uma página é dedicada ao perfil profissional do empresário. Na contracapa vem o nome da Jetro Ambiental, com telefone e endereço eletrônico da empresa.

Alguns magistrados se dispu-

seram a entregar o material, e o fizeram, direta ou indiretamente. Outros se recusam peremptoriamente a tal conduta. O movimento ganha força. “Entrego meu cargo, mas não entrego cartilha”, protestou um juiz. “Não vou fazer papel de garoto propaganda de empresa, não é minha função”, queixou-se outro.

Risco. O argumento central da ala que não aceita se reunir com os prefeitos é que essa relação pode trazer implicações em um futuro próximo. Por exemplo, se a Jetro for contratada por alguma administração e o Ministério Público impugnar o negócio, a participação do juiz poderá ser apontada.

Além disso, o próprio juiz poderá ter que decidir sobre eventual ação da promotoria – os juizes eleitorais são também juizes estaduais, ou seja, sob sua responsabilidade estão as demandas de natureza cível e criminal.

CONTINUA

Tribunal diz que quer Judiciário 'mais próximo da cidadania'

Presidente do TRE, Walter Guilherme, afirma que não impôs nada e que ação é responsabilidade social dos juízes

“O papel do juiz não é apenas no gabinete, queremos um Judiciário mais próximo da cidadania”, prega o desembargador Walter de Almeida Guilherme, presidente do TRE/SP. “O juiz é um difusor de ideias. Não custa nada (*levar a cartilha*). Não existe vinculação alguma com prefeito. É uma ação de responsabilidade social do juiz.”

Guilherme contou que, durante as palestras de agosto, “notou um ou outro juiz constrangido”. “Eu enfatizei que não se trata de imposição. Sugeri que fossem conversar ou chamassem os prefeitos para falar do interesse da Justiça nessa questão.”

Ele assevera que a iniciativa se enquadra no Plano Nacional do Poder Judiciário. “Existe uma lei federal sobre resíduos sólidos à qual todas as prefeituras terão que se enquadrar. E o Plano do Judiciário visa promover a responsabilidade social e sustentabilidade para propiciar condições à população.”

Segundo Guilherme, a Jétro Ambiental foi contratada por R\$ 14,4 milhões para instalar na corte o programa de coleta seletiva de lixo. “Não é um valor alto. Nós pareceu conveniente. O tribunal adquiriu cartilhas e DVDs com as várias etapas da implantação da coleta. Aí convoquei os juízes porque esse aspecto da coleta é muito ligado à cidadania. O tribunal deve ser difusor dos direitos e deveres do cidadão. A Justiça mais próxima da população é a eleitoral.”

Ele não vê risco de ocorrências que possam levar a promotória a mover ações contra prefeitos. “O Ministério Público não tem que se preocupar. O juiz não vai deixar de processar um prefeito porque um dia conversou com ele. É apenas acompanhamento pelo juiz eleitoral da evolução desses estudos.”

O presidente deixa claro que não impôs nada aos 151 juízes eleitorais. “Não tem imposição nenhuma, é apenas conversar com o prefeito e entregar a cartilha. É meramente institucional. Pedi aos juízes que falassem.”

“Um ou outro juiz pode ter ficado constrangido, mais pela sua maneira de ser. Pode ter ficado mais melindroso, acha que isso vai vinculá-lo ao prefeito. Fazem o que acharem mais conveniente. As prefeituras vão constituir comissões para implantar a coleta seletiva. Mas não precisa seguir esse modelo da cartilha. Pode ser outro.”

“Em momento algum o objetivo da Justiça eleitoral é fazer com que as prefeituras contratem a Jétro”, afirma o desembargador. “Ela desenvolveu o projeto e dá elementos de como os prefeitos têm que fazer.”

“O TRE saiu na frente e agiu com a melhor das intenções”, disse o empresário Jétro Menezes. “Agora, se o juiz quer se acomodar na mesa dele e só fazer aquilo que tem que fazer, eu não posso fazer nada. Um servidor público não pode ficar limitado à sua pasta, ele tem que ter um horizonte um pouco maior, isso aí é muito mesquinho.”

Para Jétro, “o juiz não pode ter função só de juiz eleitoral, mas uma função um pouco maior que isso”. “Eu fiz a minha parte. Fui contratado num processo transparente para desenvolver a capacitação dos juízes.” /F.M.

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

19 SET 2011

Dirigente de entidade critica 'propaganda'

"Mesmo que seja apenas uma orientação, ela é equivocada", reagiu o juiz José Henrique Rodrigues Torres, presidente da Associação Juizes para a Democracia (AJD). "É absolutamente lamentável. Levár aos prefeitos a apresentação do programa de uma determinada empresa não é aceitável. Não vejo nenhuma relação de palestra sobre coleta seletiva com a função do juiz eleitoral."

Torres é enfático. "Qual foi a motivação disso? É um enigma. O que tem a ver a capacitação do juiz eleitoral com a questão ambiental? Ainda que o tribunal se disponha a oferecer uma capacitação ao juiz com relação ao direito ambiental não estou encontrando explicação para isso. E não me parece razoável uma empresa colocar o juiz para fazer propaganda sua. Houve um equívoco. Já fui juiz eleitoral e nunca vi isso. Fico perplexo. Seja orientação, seja o que foi, é lamentável."

"Não é papel do juiz, não pode ser função do juiz", analisa Torres. "Eu discordo desse posicionamento, ainda que seja uma orientação. Acho que foi uma opção indevida, no mínimo inoportuna, inadequada. O juiz não pode jamais se colocar como intermediário. É realmente constrangedor. O que o juiz tem com isso? Por mais boas intenções que tenham inspirado essa medida, ela é equivocada."

O presidente da AJD alerta que juizes eleitorais integram os quadros da Justiça comum. "Pode interferir depois numa futura licitação, numa contratação. Juizes eleitorais são juizes estaduais. Lá na frente, vão ter que julgar alguma demanda que possa envolver essa empresa contratada pelo município. Numa licitação impugnada o empresário poderá alegar que foi o juiz quem o indicou. Olha a situação em que vamos ficar, é uma confusão. Ainda que fosse uma sugestão, sem mencionar empresa nenhuma, é indevido porque não é papel do juiz."

"Essa situação é muito estranha, não é uma prática comum a Justiça eleitoral ter essa atitude", avalia Luciano Pereira da Silva, ex-presidente da Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo. "É incompatível com a atividade do juiz. No mínimo imoral. Ainda que não se constate nenhuma ilegalidade, a medida é antiética."

Silva adverte que o administrador municipal pode se sentir obrigado a contratar a empresa que produziu a cartilha. "O prefeito pode entender que a empresa está sendo recomendada, pode soar como uma imposição. E se mais tarde o mesmo juiz tiver que julgar algum processo contra o prefeito pela contratação daquela empresa? Cria constrangimento."

O advogado anota que "a Justiça eleitoral sempre mantém distanciamento dessas questões para evitar qualquer tipo de vinculação".

Controvérsia

JETRO MENEZES, CONSULTOR E DONO DA JETRO AMBIENTAL

"O tribunal entendeu que seria importante que os municípios tivessem esse estímulo. A cartilha e o DVD são para ajudar, um subsídio às prefeituras. Ficou muito claro, pelo presidente do TRE, que não é uma imposição, mas apenas uma orientação. Desenvolvemos o material com esse objetivo. O tribunal entendeu que seria importante. Foi com esse objetivo que o tribunal teve essa ideia."

"Em 2 de agosto de 2012, todas as prefeituras terão que montar e apresentar ao Estado ou ao governo federal a coleta seletiva. É um item importante dentro do planejamento da gestão do lixo nas cidades."

WALTER GUILHERME, DESEMBARGADOR E PRESIDENTE DO TRE

"O tribunal adquiriu cartilhas e DVDs com as várias etapas da implantação da coleta. Aí convoquei os juizes porque esse aspecto da coleta é muito ligado à cidadania. O tribunal deve ser difusor dos direitos e deveres do cidadão. A Justiça mais próxima da população é a eleitoral."

JOSÉ HENRIQUE RODRIGUES TORRES, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO JUIZES PARA A DEMOCRACIA

"Qual foi a motivação disso? É um enigma. O que tem a ver a capacitação do juiz eleitoral com a questão ambiental? E não me parece razoável uma empresa colocar o juiz para fazer propaganda sua."

19 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

A previdência dos Estados

O déficit do regime de previdência dos Estados alcançou R\$ 31 bilhões em 2010, com aumento de 15% em relação a 2009. Esses dados impressionam o contribuinte, que tem de arcar com a conta, mas ainda parecem insuficientes para preocupar os governos estaduais. Apesar do rápido crescimento do déficit previdenciário, que precisa ser contido para evitar o desequilíbrio estrutural de suas finanças, os governos não estão agindo para combatê-lo. Para isso, eles precisariam criar um fundo de previdência complementar que substitua o atual regime de benefício definido pelo regime de contribuição definida, como o que vigora para o trabalhador da iniciativa privada, mas muito poucos estão tentando fazer isso.

Como mostrou reportagem de Edna Simão publicada no **Estado** (13/9), o crescimento das despesas dos governos estaduais com a previdência nos últimos anos eleva seus gastos com pessoal e compromete sua capacidade de investimento. Apenas cinco Estados arrecadam em contribuições previdenciárias pagas pelos servidores mais do que gastam com aposentadorias e pensões. São, porém, casos excepcionais, o do mais novo Estado da Federação (Tocantins) e de outros quatro antigos territórios elevados a Estado (Acre, Amapá, Rondônia e Roraima) que recebem verbas federais para cobertura de parte de suas despesas correntes. To-

dos os demais pagam mais benefícios do que arrecadam em contribuições previdenciárias.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) considera como gastos com pessoal todas as despesas com os servidores ativos e inativos e com pensões. Isso inclui remuneração básica, vantagens fixas e variáveis e outros adicionais, gratificações, horas extras e também os encargos sociais e as contribuições recolhidas pelo governo às entidades de aposentadoria. Pela LRF, os gastos com pessoal não podem ultrapassar 49% da receita corrente líquida (RCL). A lei também fixa um limite prudencial,

Sem sistemas de previdência complementar, déficit não será contido

de 46,55% da receita líquida, e impõe ao governo estadual que o atinja a necessidade de aplicação de medidas para evitar que se alcance o teto permitido.

O impacto da crise mundial sobre a arrecadação tributária foi mais forte em 2009, mas, em 2010, muitos governos estaduais ainda enfrentavam problemas financeiros decorrentes do aumento mais lento de sua receita. Além disso, suas despesas com pessoal aumentaram mais depressa em razão de benefícios concedidos em ano eleitoral ou aprovados há mais tempo, mas cujo pagamento foi dividido em parcelas anuais. Assim, no primeiro quadrimestre de 2010, de 21 Estados cujas contas tinham sido avaliadas pela Secretaria do Tesouro Nacional,

em 17 havia aumentado a relação entre gasto com pessoal e receita líquida.

Tais problemas não deveriam mais afetar os resultados financeiros dos Estados em 2011. Mas, em parte por causa do crescimento dos gastos previdenciários, um deles, que já havia ultrapassado o limite de gastos com pessoal, piorou seu desempenho no primeiro quadrimestre, e outros três superaram o limite prudencial da LRF.

A Paraíba, que superou o limite de gastos com pessoal em 2009 (49,54% da receita líquida), aumentou proporcionalmente essas despesas no primeiro quadrimestre de 2010 (para 52,87%) e ampliou ainda mais em 2011 (para 53,36%, como mostrou o **Estado**). Cerca de um terço da despesa total com pessoal (de R\$ 2,9 bilhões em 2010) é destinado a pagamento de benefícios previdenciários (R\$ 1 bilhão). No ano passado, a previdência da Paraíba teve déficit de R\$ 418,5 milhões.

A situação do governo federal é muito pior do que a dos Estados, pois o regime próprio de previdência da União custou R\$ 50 bilhões em 2010 e deverá custar R\$ 57 bilhões em 2011. Mas o governo federal tenta aprovar no Congresso a criação do fundo de previdência complementar para os novos servidores. O governo do Estado de São Paulo, cujo déficit previdenciário alcançou R\$ 7,7 bilhões em 2010, apresentou à Assembleia proposta semelhante à do governo federal. A criação desses fundos não traz alívio financeiro imediato, mas terá efeitos positivos no longo prazo.

19 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Cresce número de países com mulheres no 1º escalão

Em uma década, quantidade de ministérios com mais de 20% de mulheres subiu de 13 para 63, afirma estudo.

O número de países com mais de 20% dos cargos ministeriais ocupados por mulheres saltou de 13 para 63 entre 1998 e 2008, aponta o *Relatório de Desenvolvimento Mundial 2012: Igualdade de Gênero e Desenvolvimento*, do Banco Mundial (Bird). De uma forma geral, a proporção de mulheres ocupando esses postos é de 17% no mundo inteiro, 8% a mais que em 1998, um crescimento considerado lento pela instituição.

O documento, divulgado ontem, destaca maior participação feminina na política, principalmente em quatro regiões do globo: Europa Ocidental, sul da África, América Latina e Caribe. Em 2008, Chile, Finlândia, França, Granada, Noruega, África do Sul, Espanha, Suécia e Suíça tinham mais de 40% de ministérios ocupados por mulheres.

“Embora homens e mulheres sejam igualmente aptos para exercer sua voz política pelo voto, homens são frequentemente percebidos como superiores em exercer poder político”, atesta o relatório. “As pessoas continuam vendo os homens como líderes políticos e econômicos melhores que as mulheres.” Atualmente, o governo Dilma Rousseff conta com 10 ministras, do total de 38 postos (26,3%).

Dos Brics, o Brasil é o país que apresenta menos preconceito quanto a essa questão: 32% dos brasileiros veem os homens co-

mo líderes políticos superiores a mulheres – contra 63% da Índia, 62% da Rússia e 51% da África do Sul. No Chile, que já foi presidido por uma mulher – Michelle Bachelet (2006-2010) –, o índice ficou em 49%.

Poucos países têm restrições legais à ocupação de cargos públicos por mulheres, mas, mesmo assim, a presença feminina em postos no Parlamento é “muito pequena”. De acordo com o Banco Mundial, em 1995 as mulheres representavam 10% dos parlamentares, fatia que subiu para 17% em 2009.

O relatório do Banco Mundial discute a situação feminina em outras áreas, como mercado de trabalho, educação, saúde e violência doméstica. No Brasil, assim como em outros países, como Índia e Tailândia, observa-se um aumento na ocupação de empregos de “requisitos intelectuais” por homens e especialmente mulheres.

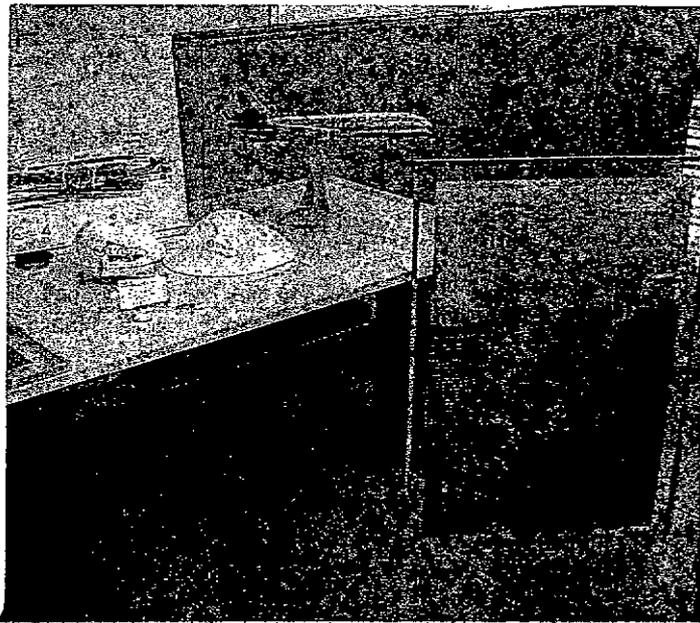
De acordo com o relatório, os avanços na saúde e na educação das mulheres trazem resultado para os seus filhos em países variados, como Brasil, Nepal e Senegal.



Poder. Gleisi Hoffmann, 10ª ministra nomeada por Dilma.

19 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO



Lembranças. Leilão terá peças da antiga companhia aérea

SOUVENIRS DA VASP À VENDA

Leilão com roupões e broches da companhia, falida em 2008, tem lances iniciais de R\$ 156

Os aficionados por aviação e colecionadores em geral agora vão poder ter em casa itens "vintage" da antiga Vasp, que faliu em 2008. Bonés, quadros, gravuras, broches e quepes estão sendo leiloados hoje, via internet e presencialmente, às 14h, na Casa de Portugal (Avenida Liberdade, 602), centro de São Paulo. O site para dar lances online é www.freitasleiloeiro.com.br.

São vinte lotes, cada um com seis a sete objetos que faziam parte dos souvenirs vendidos ou entregues em promoções da companhia. Há desde roupões – que serviam para passageiros da primeira classe – até broches de comandantes e miniaturas de aeronaves com a logomarca da Vasp.

O lance inicial para cada lote vai de R\$ 156 a R\$ 223 – pela internet, porém, alguns usuá-

rios já começaram a oferecer até R\$ 273 por um conjunto com um roupão, dois broches, um boné, um chapéu, dois quadros e uma maquete.

Massa falida. Os arremates pela internet e os presenciais serão feitos de forma simultânea. A verba arrecadada vai ser destinada aos credores da companhia.

Arremates pela internet e presenciais, no centro de SP, serão feitos de forma simultânea

Os souvenirs do leilão estavam guardados no galpão administrativo da Vasp, ao lado do Aeroporto de Congonhas, na zona sul de São Paulo, e devem ser retirados hoje.

O leilão é uma iniciativa do Espaço Livre, programa lançado no começo do ano pelo Conse-

lho Nacional de Justiça (CNDJ). A ideia é dar fim a todos os bens materiais da massa falida Vasp para liberar espaço físico nos aeroportos.

“Esses objetos estavam lá parados, aguardando uma providência. Poderíamos até esperar por um eventual leilão do prédio, mas preferimos leiloá-los logo e preservar a memória da Vasp”, afirma o juiz Marlos Melek, do CNJ, responsável pela condução do Espaço Livre.

Segundo Melek, os itens da Vasp leiloados hoje têm um valor mais simbólico do que material. “São peças para colecionadores com preço bastante acessível. Elas têm um valor agregado por toda a história da Vasp no Brasil, e podem ter um valor histórico no futuro.”

Sucatas. Além dos conjuntos de peças leiloados hoje, o Espaço Livre está autorizando o desmonte de 182 aviões de diversas empresas que estão parados em diversos aeroportos brasileiros. Quatro aeronaves-sucata da Vasp que estavam em Congonhas já foram reduzidas a pedaços de alumínio. Outras cinco, no mesmo aeroporto, aguardam o laudo de deterioração da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para serem desmontadas e trituradas.

O CNJ recebeu sinal verde do governo federal para expandir o programa para todos os aeroportos. “Antes faríamos um por um, mas conseguimos um apoio da Presidência (*da República*) e da Anac para tocar o programa de maneira simultânea em todo o Brasil”, explica Melek.

Até março do ano que vem, Guarulhos, Campinas, Salvador, Manaus e Brasília terão aviões-sucata removidos dos pátios. Somente em Guarulhos estão oito deles.

Atualmente, dez aeronaves no Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio, e mais 11 no Aeroporto de Porto Alegre (cinco de grande porte) aguardam o laudo da Anac para serem desmontadas.

A Justiça e a 17 SET 2011 nova tecnologia

Juízes, advogados, Ministério Público e jurisdicionados encontram-se hoje perante a maior revolução na história do processo judicial desde o advento da máquina de escrever, cuja utilização se tornou cada vez mais comum por volta dos anos 1940. Trata-se da substituição do papel datilografado pelo processo eletrônico. O bom datilógrafo eliminou, gradativamente, o texto manuscrito, sendo frequente encontrar alguém que escrevia com palavras por minuto e acompanhava, sem errar, o magistrado na redução a termo de extensos depoimentos.

Côm a informatização, em vez de folhas, datilografadas ou digitalizadas, encartadas em autos, teremos petições, procurações, documentos, defesas, despachos, depoimentos, perícias, sentenças, recursos, razões e contrarrazões e acórdãos lançados em memória digital, autenticados por assinatura virtual, palavra que, segundo os dicionários, expressa algo que "não existe como realidade, mas sim como potência ou faculdade".

Curiosamente, a revolucionária tecnologia ingressou no processo pela porta de saída, ou seja, no momento da execução, quando se passou a fazer uso generalizado da penhora eletrônica, ou online. O sistema viu-se inicialmente adotado em reclamações individuais na Justiça do Trabalho, graças ao convênio de cooperação técnico-institucional por mim assinado em 5 de março de 2002, como presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ao lado do dr. Armínio Fraga, presidente do Banco Central. Os resultados revelaram-se imediatos e fulminantes, pois tornaram viáveis execuções de milhares de sentenças com trânsito em julgado encahadas nos cartórios pela dificuldade de localização do executado ou de identificação de bens passíveis de penhora.

A informatização total exige, entretanto, pessoal qualificado para operar computadores. Sabemos, todavia, que existem magistrados incapazes de abandonar a máquina datilográfica e alguns outros que insistem em manuscruer despachos e sentenças, repassados a servidores incumbidos de digitá-los. Por outro lado, se aos grandes tribunais não escasseiam recursos financeiros que lhes permitem a compra de equipamentos de última geração, nas comarcas iso-

Processo eletrônico terá de vencer resistências e garantir a segurança do sistema tradicional

ladas no sertão remoto juízes trabalham mal assistidos e quase esquecidos.

Nessa linha de pensamento, não podemos ignorar a situação dos advogados. São muitos com três ou quatro décadas de bons serviços cuja vida profissional principiou com as máquinas de escrever mecânicas, redigindo petições cujas cópias eram tiradas com papel carbono. Imagine como lhes será difícil prosseguir na profissão, mesmo por que nem sempre dispõem de meios para a transição da velha para a moderna tecnologia. E aqueles que prestam assistência judiciária, ganhando pouco mais que o salário mínimo? O que será deles?

O que dizer, então, dos cartórios? Conseguirão aprimorar-se e aparelhar-se com a velocidade desejada pelo Conselho Nacional de Justiça?

Ademanda reproduzida em folhas de papel tem aspectos positivos e negativos. O positivo reside na confiabilidade, por ser quase impossível rasurar o que se acha escrito com tinta indelével,

numerado, rubricado, carimbado e autografado. O preço da segurança consiste, todavia, na burocrática tendência à morosidade, essa praga nossa velha conhecida. As páginas virtuais, em contrapartida, trarão enorme diminuição de consumo de papel, redução de espaços e menor necessidade de pessoal de apoio.

Para se consolidar o processo eletrônico deverá vencer diversas modalidades de resistência e garantir segurança semelhante à encontrada no sistema tradicional. Não poderá, também, ressentir-se da menor falha, quanto à qualidade e confiabilidade dos julgados. O vício do "recorta e cola", difundido em escritórios de advocacia em massa, poderá contaminar magistrados, com imensos prejuízos para a Justiça e os jurisdicionados.

É bom que se cuide da informatização do processo. Como presidente do TST, procurei incrementar o uso do computador como eficiente auxiliar dos srs. ministros. Não concordo, contudo, que a tecnologia da informação seja imposta de maneira radical e abrupta, vedando-se a juízes e advogados o direito de escolha entre o método que conhecem e dominam e a tecnologia da informática, que terão necessidade urgente de aprender.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

17 SET 2011

Há poucos dias, em rumorosa disputa intersindical, o emprego negligente do sistema informatizado na divulgação de julgados produziu autêntica teratologia judicial. Em determinado Tribunal Regional do Trabalho, a mesma causa, entre as mesmas partes, recebeu, em rápida sequência, duas decisões contraditórias. O acórdão publicado em primeiro lugar negou e o segundo deu provimento a recurso ordinário ajuizado pelo autor. Alegou o relator e subscritor de ambos os julgados que a culpa teria sido de servidor, o qual teria expedido, para publicação pelo Boletim Eletrônico do TRT, o julgado equivocado. Como explicar, entretanto, a existência de dois elaborados em sentido diametralmente oposto, ambos segundo as exigências formais do Código de Processo? O enigma permanece – e jamais será explicado.

A celeridade é necessidade imposta pela Constituição no artigo 5º, LXXVIII. Não deve, contudo, ser promovida a qualquer custo e preço. Pela própria natureza revestida de formalidades, o “devido processo legal” exige direção cercada de cuidados.

A tecnologia da informatização é inevitável e se encontra em fase de desenvolvimento e implantação. Devemos acolhê-la com otimismo prudente e contido, sem prejuízo do direito de defesa, da confiabilidade do processo, de segurança para as partes, os advogados e da majestade do Judiciário, cuja atuação é essencial ao Estado de Direito democrático.

●
ADVOGADO, FOI
MINISTRO DO TRABALHO
E PRESIDENTE DO TST

O ESTADO DE S. PAULO Sem juiz, 2.ª Vara vive caos e ação contra Universal não anda

17 SET 2011

Em uma semana, quatro juízes se revezaram em vara de lavagem e não tiveram condições de analisar denúncia do MPF. Se depender do novo modelo de designação de juízes para a 2.ª Vara Criminal Federal em São Paulo, a denúncia contra o bispo Edir Macedo e a cúpula da Igreja Universal do Reino de Deus vai mofar na gaveta. A 2.ª Vara vive etapa de instabilidade, sem juiz permanente em seus quadros.

No início do mês, o magistrado Márcio Ferro Catapani, o substituto que praticamente sozinho cuidava de todas as demandas, viajou para a Itália, em licença autorizada. A partir daí, a presidência do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região (TRF3) adotou o sistema do "juiz de passagem" - o magistrado não esquentava a cadeira porque nela não ficava mais que dois dias, o que torna

inviável dar conta de uma demanda como a da Universal.

Estratégica, porque sua competência alcança exclusivamente ações sobre crimes financeiros, lavagem de capitais e evasão de divisas, a 2.ª Vara se tornou responsável pela ação contra Macedo e seus aliados há 15 dias. A escolha obedeceu a sorteio eletrônico.

Mas, na última semana, a 2.ª Vara experimentou um rodízio frenético. Pelo menos quatro juízes passaram por lá, média de um por dia útil. Nenhum deles teve condições materiais nem tempo para se debruçar sobre a montanha de papéis que acompanham a denúncia de 28 páginas do Ministério Público Federal contra os dirigentes da igreja. Nesse cenário, não há juiz que se sinta seguro para decidir.

Quase todos os processos sob tutela da 2.ª Vara incluem decisões de quebra de sigilo bancário e fiscal e interceptação telefônica dos investigados. São proces-

sos sensíveis - envolvem políticos, empresários e servidores -, sujeitos a pressões, lobbies, manipulações, tráfico de influência e toda sorte de expedientes. Em alguns dias, a Procuradoria da República deverá oferecer denúncia contra cinco auditores da Receita que caíram na malha fina da Operação Paraíso Fiscal. Ninguém sabe se haverá juiz para examinar esse caso de corrupção e sonegação de R\$ 3 bilhões.

O caos na 2.ª Vara irrita e desconfia juízes do Fórum Jarbas Nobre, que abriga as dez varas criminais federais de São Paulo.

Nos termos do artigo 6.º, inciso 17, do Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal da 3.ª Região, cabe ao presidente do colegiado, que é também o presidente do tribunal, designar juízes substitutos para auxiliar o juiz titular, bem como estabelecer sistema de substituição.

O desembargador Roberto Haddad é o presidente da corte. Sua assessoria informou que ontem ele estava em Mato Grosso do Sul, inaugurando a 2.ª Vara de Ponta Porã. Na quinta, foi à posse da desembargadora Diva Malerbi.

"Uma coisa grave é que tive de pedir vista da denúncia, mas nem isso me deram, sob argumento de que o juiz estava de passagem", desabafa o criminalista Antônio Sérgio de Moraes Pitombo, que defende a Universal. "Hoje (ontem), peticionei ao MPF para que forneçam cópia da denúncia, que não tenho até agora. A situação da 2.ª Vara reforça minha opinião de que varas de lavagem são um grande equívoco. Uma ideia que parecia boa e não deu certo. Experiências péssimas. São varas que enlouquecem os juízes. Quando o juiz não é bom, ele exacerbava no poder."



Edir Macedo. Acusado de lavagem de dinheiro

17 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

LITERATURA

EROS GRAU ELEITO PARA VAGA NA APL

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Eros Grau foi eleito anteontem, com 32 votos, para a Academia Paulista de Letras (APL). Ele vai ocupar a cadeira de número 11, que ficou vaga meses atrás com a morte do acadêmico e filósofo Milton Vargas. Na cerimônia, outro acadêmico, Maurício de Sousa, homenageou Eros Grau com um desenho. Em junho do ano passado, o ministro concorreu a uma vaga na Academia Brasileira de Letras (ABL), mas foi derrotado pelo diplomata e escritor Geraldo Holanda Cavalcanti, que passou a ocupar a cadeira de número 29 da instituição. Ela pertencia ao teatrólogo Artur Azevedo.

TUTTY

Gotinhas a mais

O ministro Ricardo Lewandowski fez jus ao sobrenome nesta semana: trocou Albert Sabin por Albert Einstein ao agradecer medalha que leva o nome do inventor da vacina contra a poliomielite.

SÔNIA RACY

Escondidinho

Novos capítulos na sucessão à presidência da OAB-SP. Apesar de o atual presidente, **Luiz Flávio D'Urso**, negar intenção de fazer acordo para lançar candidato único no ano que vem, **Márcia Melaré**, da situação, jantou anteontem, no Italy, com **Rui Fragoso** e **José Luis de Oliveira Lima**. Os dois são do grupo de **Antônio Mariz** — historicamente da oposição.

Batata quente

Indagado, Mariz afirma que não se trata de aproximação com D'Urso, mas com **Rubens Approbato Machado**, pai de Márcia. “Sei da insatisfação de parte da situação”. Ele aposta em um racha.

Pavê

D'Urso explica que Márcia teve o cuidado de avisá-lo previamente sobre o jantar. E informou-se tratar de reunião sem conotação política; apenas de cunho pessoal e profissional.

17 SET 20 1

O ESTADO DE S. PAULO Casal que tentou devolver filho adotivo é condenado

Os pais adotivos de um casal de irmãos que tentou devolver um deles foram condenados a pagar R\$ 80 mil por danos morais às crianças, adotadas em 2004 - na época com 3 (o menino) e 6 anos. A decisão da 1.ª Câmara de Direito Civil do Tribunal de Justiça de Santa Catarina confirmou sentença da comarca de Gaspar. O dinheiro será dividido igualmente, com depósito em poupança, vinculada ao juízo, até completarem a maioridade.

Segundo a denúncia, em 2010 o casal procurou uma assistente social para informar que havia dificuldade de relacionamento com o menino. Por isso, queriam abrir mão do poder familiar sobre ele. Uma equipe multidisciplinar analisou o caso. O processo concluiu que os pais adotivos mantinham atitudes discriminatórias em relação a ele. Enquanto o filho biológico do casal estudava em escola particular, os adotivos cursaram escola pública.

Vizinhos testemunharam que o casal, principalmente a mãe, agredia verbalmente a criança. O menino relatou a uma psicóloga que "lhe faltava amor" e era obrigado a lavar seus lençóis pois urinava na cama. A psicóloga considerou que o casal não proporcionou ambiente favorável a seu crescimento saudável.

O casal apelou ao TJ, mas o desembargador Joel Dias Júnior negou o pedido e proferiu seu voto, acrescentando que "a falta de afetividade atribuída ao menino, mais que comprovada nos autos, demonstra a prática de ato ilícito pelas ações e omissões do casal".

As crianças estão em um abrigo e, após se esgotarem todos os recursos, serão colocadas novamente para adoção.

• Sentença

JOEL DIAS JÚNIOR DESEMBARGADOR

"O prejuízo causado pelo casal desponta no fato de terem assumido o pedido de adoção do menino quando desde sempre sabiam que não o queriam."

17 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO
**Importadores
de carros vão
à Justiça para
barrar IPI**

Marca chinesa ameaça cancelar fábrica no Brasil,
e outros países podem ir à OMC contra o governo

A Associação Brasileira das Empresas Importadoras de Veículos Automotores vai à Justiça contra o aumento do IPI sobre carros importados. A Abeiva alega que, por lei, qualquer alteração no IPI precisa de 90 dias para entrar em vigor. China, Coreia do Sul, Europa, Japão e EUA podem se unir em uma denúncia coletiva na OMC contra o governo brasileiro, que esperava essa reação, mas decidiu correr o risco. A chinesa JAC Motors considera que o projeto de construção de uma fábrica no País, com investimento de US\$ 600 milhões, se tornou "inviável". O alvo do governo de aumentar o IPI dos carros importados por empresas que não usarem 65% de peças fabricadas no Mercosul são as marcas chinesas e coreanas, que não têm fábrica no País e responderam por quase 25% das importações de veículos de janeiro a agosto. A elevação do tributo provocou ontem uma corrida de consumidores às revendas.

GUIDO MANTEGA

MINISTRO DA FAZENDA

"Se alguém reclamar, vamos entrar
contra todo mundo (na OMC)"

CONTINUA

17 SET 201

O ESTADO DE S. PAULO
CONTINUAÇÃO

Chinesa JAC ameaça cancelar fábrica

Importadores vão entrar na Justiça contra alta de IPI sobre carros trazidos do exterior e marca chinesa pode desistir de investimento

A Associação Brasileira das Empresas Importadoras de Veículos Automotores (Abeiva) vai entrar na Justiça contra a alta do IPI sobre os carros importados. A chinesa JAC Motors, que planejava uma fábrica para 2014 com investimentos de US\$ 600 milhões, considera o projeto inviável diante da alta do IPI.

“Do jeito que está escrito o decreto hoje, o projeto de construção da fábrica é inviável”, disse ontem Sergio Habib, presidente da JAC Motors, a marca chinesa que nos últimos meses tem tirado o sono das montadoras brasileiras no segmento de carros populares. Logo em seguida, no entanto, o executivo acrescentou que acredita que o governo vai mudar de ideia em relação à alta do IPI.

A reação do executivo da JAC foi pressentida pelo ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Miguel Jorge que disse que as medidas podem afastar as montadoras que planejavam investir e construir novas fábricas no País.

O alvo do governo de aumentar o IPI para os carros importados por empresas que não usam 65% de peças fabricadas no Mercosul são as marcas chinesas e coreanas, que não têm fábrica no País e que responderam por quase 25% das importações de veículos de janeiro a agosto, segundo dados da Abeiva.

Na análise da especialista do setor automotivo do Insper, Letícia Costa, o segmento mais afetado será do importado popular porque o consumidor que compra esse veículo é mais sensível a aumento de preço. Com a nova tributação, o IPI sobre os carros 1.º salta de 7% para 37%.

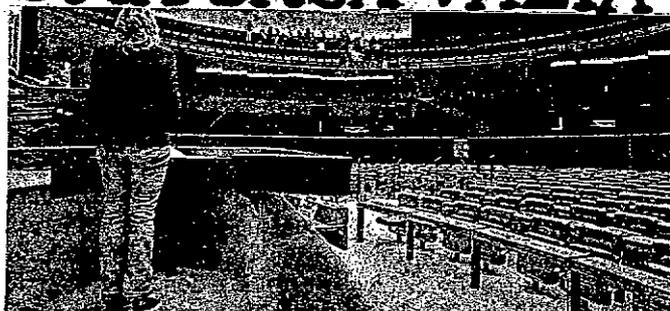
Já as montadoras instaladas no País, que compram carros do Mercosul e México e são responsáveis por 75% das importações de janeiro a gosto, escaparam da medida.

De acordo com a Anfavea, que reúne as montadoras, as importações da Argentina estão equilibradas com as exportações. Isto é, de janeiro a julho foram importados da Argentina 216 mil veículos e exportados 219 mil carros. Isso garante a geração de empregos na indústria brasileira, um dos motivos alegados pelo governo para ampliar a taxa sobre os carros importados. Em relação ao México, porém, os números não são tão favoráveis: até julho foram importados 52 mil veículos do México e exportados para aquele país 30 mil.

A decisão do governo deve provocar também uma batalha jurídica internacional. Diplomatas da China, Coreia do Sul, Europa, Japão e Estados Unidos avaliam as medidas tomadas e podem fazer uma denúncia coletiva contra o Brasil, se ficar provado que suas indústrias serão afetadas.

Corrida. O aumento dos tributos sobre os importados provocou ontem uma verdadeira corrida dos consumidores às vendas de carros importados, tanto populares como os veículos de luxo. Na rede Caltabiano, que vende marcas como Land Rover, Volvo, 110 carros tinham sido vendidos até o fim da tarde de ontem, ante 20 negócios fechados numa sexta normal.

O DISCURSO DE JAQUELINE, PARA UMA CASA VAZIA



**Puxadinho. Deputada citou reforma do aeroporto do DF
Sem um único colega para ouvi-la, deputada
que se livrou de cassação critica obras da Copa**

Duas semanas depois de ter sido absolvida do processo de cassação pelo plenário da Câmara, a deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF) ocupou a tribuna para reclamar do atraso nos preparativos para a Copa do Mundo.

Em um plenário vazio, como é habitual nas sextas-feiras, Jaqueline criticou especialmente o aeroporto do Distrito Federal.

“O que me preocupa também é que ouvi dizer que aqui no Distrito Federal vai-se fazer um puxadinho para o recebimento dos turistas”, afirmou Jaqueline, que foi absolvida em julgamento na Câmara, apesar de flagrada recebendo maços de dinheiro do chamado “mensalão do DEM”. “Não podemos pensar em receber milhares de turistas se não temos aeroportos grandes, confortáveis e com serviços de boa qualidade. Essas obras precisam começar, e começar logo.”

Ela usou números do governo para constatar o atraso: dos 51 projetos de infraestrutura do evento, apenas 9 saíram do papel; dos 13 estádios a ser construídos ou reformados, somente 3 serão inaugurados em 2013; apenas 5 das 12 cidades-sede iniciaram as obras de mobilidade urbana, e só 8 dos 13 aeroportos iniciaram suas obras de expansão.

A deputada afirmou que vai propor uma audiência pública na Comissão de Relações Exteriores com os responsáveis pelas principais obras.

O ESTADO DE S. PAULO
17 SET 2011

17 SET 2011

GAZETA DO POVO
JUSTIÇA A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO,
RESPONSABILIDADE PELO TRÁFEGO
NA CAPITAL PASSA A SER DO BPTRAN

TJ diz que Urbs não pode aplicar multas de trânsito

O Tribunal de Justiça do Paraná entendeu que a Urbs não pode fiscalizar o trânsito de Curitiba nem aplicar multas. A decisão, tomada ontem por unanimidade pelos 20 desembargadores que integram o Órgão Especial, suspende multas de trânsito aplicadas por agentes da Diretran, radares, lombadas eletrônicas administradas pela Urbs ou delegadas a empresas, além de guinchamentos. Para os magistrados, o município não pode criar leis sobre trânsito e o órgão é uma sociedade de economia mista – por lei, apenas empresas públicas têm poder de polícia para multar. A partir da publicação, o que deve acontecer em uma semana, o controle do trânsito na capital será exclusividade do Batalhão de Policiamento de Trânsito (BPTran). A Urbs ainda pode recorrer.

CONTINUA

Urbs não tem o direito de aplicar multas, diz TJ-PR

Decisão do Tribunal de Justiça proíbe o órgão que gerencia o trânsito de Curitiba de multar infrações de trânsito

Kátia Brembatti e José Marcos Lopes

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) decidiu ontem que a Urbs não pode fiscalizar e multar no trânsito de Curitiba. A decisão, tomada por unanimidade pelos 20 desembargadores que integram o Órgão Especial, vale a partir da publicação do acórdão — o que deve acontecer em uma semana. As multas aplicadas antes da publicação continuam valendo.

A emissão de multas por agentes da Diretoria de Trânsito (Diretran) da Urbs, radares, lombadas eletrônicas administrados pelo órgão ou delegado a outras empresas, além de sanções, como guinchamentos, estarão suspensas a partir do momento que a decisão entrar em vigor.

A Urbs pode recorrer da decisão, mas a suspensão do direito de fiscalizar entra em vigor a partir da publicação — quando a responsabilidade por controlar o trânsito na capital passará a ser exclusividade do Batalhão de Policiamento de Trânsito (BPTran) da Polícia Militar. No ano passado foram aplicadas 694 mil multas em Curitiba e só 3% — ou 19 mil — foram expedidas por policiais militares.

Origem da ação

A competência da Urbs na fiscalização do trânsito da capital foi questionada pelo Ministério Público (MP). A ação direta de inconstitucionalidade (adin) tramita na Justiça desde 1995. O caso chegou a ser analisado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que devolveu o caso ao Paraná sob o argumento de que a legislação municipal (e não federal) é que estava sendo questionada.

Os três argumentos que inviabilizam a ação da Urbs são, na opinião dos desembargadores: o município não pode criar leis sobre trânsito — o que só compete ao governo federal; o poder de fiscalização cabe à polícia; e o órgão municipal é uma sociedade de economia mista, uma entidade de direito privado, e somente um órgão público poderia regular o trânsito.

O desembargador Adalberto Xisto Pereira comenta a votação no órgão especial e relata que prevaleceu o entendimento de que: “a prefeitura não poderia delegar uma atividade pública a uma empresa privada”. A Urbs tem vários sócios. Sobre a validade das multas, dois desembargadores votaram a favor de declarar a nulidade desde 1995, mas os demais magistrados avaliariam que essa ação causaria prejuízo enorme para o município e daria direito a indenizações e restituições. “Debatemos no sentido de que, não obstante a Urbs não ter poder para aplicar multas, as pessoas que foram penalizadas cometeram infração”, conta Pereira.

Análise

O advogado Marcelo Araújo, especialista em Direito de Trânsito, avalia que a decisão do Tribunal de Justiça só em partes é embasada em argumentos válidos. Ele pondera que, quando a ação de inconstitucionalidade foi proposta, a contestação era pertinente, mas que, a partir do Código de Trânsito Brasileiro, que passou a vigorar em 1998, os municípios ganharam legalmente o direito de legislar sobre as questões de tráfego e adquiriram o poder de polícia na fiscalização.

Para ele, o único argumento do acórdão que encontra respaldo legal é o questionamento sobre o fato de a Urbs ser uma entidade de direito privado, com sócios, e atuar em questões de interesse público. Mesmo considerando questionáveis as bases da decisão, Araújo reconhece que o acórdão entra em vigor a partir da publicação e só perde efeito em caso de uma nova medida judicial.

As assessorias de imprensa do MP e do comando do BPTran afirmaram que comentarão o caso apenas depois que a decisão judicial for oficializada.

INTERATIVIDADE

O que você achou da decisão da Justiça que considerou ilegal a aplicação de multas de trânsito pela Urbs?

Escreva para

leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO 17 SET 2011

Decisão tem jurisprudência

■ O poder de entidades que não sejam públicas de fiscalizar e multar o trânsito já foi contestado na Justiça em outros estados. Em 2009, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a BHTrans, órgão municipal de trânsito de Belo Horizonte, não teria o direito de monitorar o trânsito da capital mineira por ser uma entidade de direito privado. A BHTrans entrou com um recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) em outubro do ano passado e aguarda uma nova decisão da Suprema Corte.

A prefeitura de Curitiba é sócia majoritária da Urbs, com 99,9% das cotas, mas empresas, como bancos, e pessoas físicas formam um grupo minoritário composto por outros 17 sócios. Em junho deste ano, a 1.ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), em ação proposta pelo advogado Reginaldo Koga, já havia decidido que a Urbs não tinha o direito de penalizar motoristas. A sentença foi suspensa por um recurso e o caso agora está sendo analisado pelo STF. Mas, a partir da decisão, outras ações foram ajuizadas questionando multas aplicadas pela Urbs.

Outrolado

A procuradora-geral de Curitiba, Claudine Camargo Bettes, confirma que a prefeitura vai recorrer da decisão caso realmente esteja suspenso o direito de a Urbs fiscalizar o trânsito. Ela argumenta que a ação original, de 1995, não questiona o fato de o órgão de controle do trânsito ser uma sociedade de economia mista e, por isso, tal aspecto não poderia estar em discussão no momento da avaliação dos desembargadores.

“Não tivemos nem mesmo a opção de apresentar defesa sobre a personalidade jurídica da Urbs”, alega. Sobre os dois outros argumentos da decisão — que tratam do direito de o município legislar sobre trânsito e de exercer poder de polícia —, a procuradora disse concordar com o acórdão, uma vez que antes do Código de Trânsito tais ações eram mesmo ilegais. (KB)

17 SET 2011

GAZETA DO POVO EM DEFESA DO CNJ

O Brasil viverá um retrocesso se vingarem as articulações que vêm sendo realizadas por setores da magistratura com o fim de reduzir a competência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no que se refere a julgamento administrativo de magistrados. O juiz José Lúcio Munhoz, recém-empossado conselheiro do órgão, apresentou aos demais 14 membros a proposta de impedir que o conselho instaure processos contra desembargadores ou juízes. Caso essas articulações ganhem força, o CNJ só poderá abrir processos a pedido do tribunal de origem.

A proposta de José Lúcio Munhoz atende a interesses corporativos defendidos por setores do Poder Judiciário, que consideram existir uma interferência indevida do CNJ nas atribuições dos tribunais. Até a criação do conselho, em 2005, muito dificilmente denúncias de irregularidades acabavam resultando em sanções contra magistrados. Com a instalação do órgão, esse quadro mudou: O CNJ passou a instaurar processos disciplinares contra juízes e desembargadores em casos de denúncias de cometimento de irregularidades. A atuação do conselho rompeu com a lógica que era vivenciada no país, na qual as corregedorias dos tribunais ou não instalavam processos administrativos contra magistrados ou, se instalavam, não realizavam a devida apuração dos fatos denunciados. Os casos de punições eram extremamente raros.

Impedir o CNJ de instaurar processos administrativos contra magistrados fará o Brasil retornar ao quadro institucional vigente antes de 2005, no qual imperava o corporativismo e a impunidade dos excessos cometidos por juízes. É por demais evidente que isso não interessa à sociedade brasileira. Dada a ineficiência dos tribunais locais em aplicar sanções aos magistrados que cometem violações funcionais, o CNJ surgiu no cenário da Justiça brasileira como uma fonte garantidora do bom funcionamento do Judiciário.

A proposta do conselheiro José Lúcio Munhoz tem beneficiários certos — setores da magistratura incomodados com a perda do controle de uma situação que lhes era amplamente favorável. Entretanto, felizmente, a articulação que vem sendo realizada por esses setores da magistratura encontra resistência de diversas entidades, entre elas a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Em março deste ano, a OAB lançou uma campanha em defesa do CNJ, em razão da insatisfação com decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), que anulou o afastamento de juízes acusados de corrupção.

É preciso impedir que as articulações feitas por parte da magistratura ganhem força suficiente para reduzir o poder de instauração de procedimentos disciplinares contra juízes e desembargadores. Caso esse movimento ganhe aliados, em especial no Supremo Tribunal Federal, o CNJ pode ter sua competência esvaziada. Se isso ocorrer, será uma lástima. O conselho foi criado principalmente por duas razões: exercer o papel de modernizar os procedimentos de gestão dos tribunais, a fim de trazer mais eficiência à Justiça brasileira, e realizar o controle administrativo e de conduta dos magistrados no exercício de suas funções. Caso o movimento corporativo vença essa batalha institucional, o CNJ perderá parte de sua razão de ser, e a sociedade perderá um aliado para tornar a Justiça mais republicana e preparada para atuar num mundo em constante mudança.

Dada a ineficiência dos tribunais locais em aplicar sanções aos magistrados que cometem violações funcionais, o CNJ surgiu no cenário da Justiça brasileira como uma fonte garantidora do bom funcionamento do Judiciário

17 SET 2011

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

STJ mantém penas a réus do caso Banestado

Fabiane Ziolla Menezes

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve, na terça-feira, a pena de 14 ex-diretores, gerentes e funcionários do antigo Banestado, condenados em primeira e segunda instâncias por crimes de evasão de divisas e gestão fraudulenta de instituição financeira no caso das contas CC5 (remessas de dinheiro para o exterior). Sete dos envolvidos haviam pedido anulação ou redução de penas; por outro lado, o Ministério Público Federal havia solicitado a manutenção do veredito e uma nova condenação, por formação de quadrilha. Todos os pedidos foram negados pelo STJ.

Os sete recorrentes eram o ex-diretor de Câmbio e Operações Internacionais Aldo de Almeida Junior; o ex-assessor da Diretoria Alaor Alvim Pereira; o ex-superintendente regional de Cascavel Milton Pires Martins; e os ex-gerentes de Foz do Iguaçu Rogério Luiz Angelotti, Alcenir Brandt, Altair Fortunato e Benedito Barbosa Neto. O MPF pedia o reconhecimento de formação de quadrilha para os mesmos sete réus e também para os ex-diretores Gabriel Nunes Pires Neto e Oswaldo Rodrigues Batata; os ex-gerentes de Foz do Iguaçu Clozimar Nava, Onorino Rafagnin e Carlos Donizeti Spricido; e o ex-assessor da Diretoria José Luiz Boldrini.

Lentidão

O caso do esquema fraudulento que movimentou R\$ 2 bilhões por meio de 94 contas laranjas ficou dois anos parado no tribunal. Passou um ano e três meses esperando por um parecer da Procuradoria-Geral da República, e parou por mais alguns meses por causa da redistribuição do processo dentro do STJ e da aposentadoria de um relator — houve até o risco de parte dos crimes, cometidos entre 1996 e 1997 e denunciados em agosto de 2003, acabar prescrevendo. Só em junho deste ano é que o caso voltou a ser apreciado pelo desembargador Adilson Vieira Macabu. Naquele mesmo mês, porém, o ministro Napoleão Nunes Maia Filho pediu vistas do processo, liberando-o só nesta semana, ao devolvê-lo a Macabu.

A mesma subprocuradora que atrasou o processo na PGR, Áurea Maria Etelvina, foi quem acompanhou o julgamento dessa semana. Ela não quis falar com a reportagem. Em junho, em entrevista à *Gazeta do Povo*, o juiz da 2.ª Vara Criminal Federal de Curitiba, Sérgio Fernando Moro, responsável pelo primeiro julgamento, em 2004, reclamou da lentidão da Justiça, que podia prejudicar o resultado de uma boa investigação.

Há cinco anos, Aldo de Almeida Júnior pegou a maior pena entre os envolvidos: 12 anos e oito meses em regime fechado e multa de R\$ 780 mil. No segundo julgamento, as condenações foram mantidas, mas com penas reduzidas. Ainda cabem recursos tanto no STJ quanto no STF, onde outra parte dos envolvidos também enviou um recurso extraordinário de teor parecido.

17 SET 2011

GAZETA DO POVO

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Capacitação profissional atende apenas 7,5% dos presos do Paraná

Oferecer oportunidade de desenvolvimento pessoal é fundamental para evitar que o presidiário volte a cometer crimes

fora da cadeia

Vinicius Boreki

Apenas 1.084 dos 14.244 presidiários do Paraná receberam capacitação profissional em 2010. Embora o Ministério da Justiça e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) não definam metas, o oferecimento de oportunidades de trabalho e de desenvolvimento pessoal é visto como um dos principais passos para garantir a reinserção social de detentos. Pior: além do baixo índice de 7,5% na formação dentro das penitenciárias, existem outras 16,2 mil pessoas presas em distritos policiais, sem receber educação ou capacitação, como admitem as Secretarias de Estado da Segurança Pública (Sesp) e da Justiça e Cidadania (Seju).

Estimativas de especialistas indicam que a taxa de reincidência criminal brasileira beira os 70%. No Paraná, pesquisa organizada pela Seju aponta que 30% dos presos do sistema penitenciário voltam a cometer crimes. E o principal aspecto para transformar o cenário é tornar as penitenciárias um espaço de oportunidades. "É fundamental investir em capacitação e educação. Dessa forma, cai a possibilidade de reincidência, criando um novo obstáculo para que o sujeito volte ao crime", afirma Luciano André Losekann, coordenador do Programa Começar de Novo, do CNJ.

De acordo com a diretora da Escola de Educação em Direitos Humanos da Seju, Sônia Monclaro Virmond, existe dificuldade em ofertar qualificação profissional aos presos. "Temos um índice que deixa a desejar, mas há o esforço em ampliarmos para 30% dos detentos do sistema penitenciário até 2012", diz. Sônia ressalta que essas ações precisam de direcionamento para evitar desperdício de verba. Se há tendência de o preso voltar para cidades rurais após a liberdade, cursos voltados para centros urbanos não são recomendados. "Deve-se saber de onde o preso veio, para onde vai e o seu potencial", diz.

Embora a capacitação profissional esteja em índices menores do que o esperado, o número de detentos que estudam dentro das unidades penais está acima da média nacional. Ao todo, três em cada dez presos frequentam cursos presenciais na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) — o índice nacional é de menos de um preso a cada dez. "Temos o objetivo de chegar a 54% no final desse ano, aumentando consideravelmente o número de turnos noturnos e intermediários", explica Sônia.

CONTINUA

17 SET 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Análise

Advogado criminal e professor de Direito Penal da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Marco Alexandre de Souza Serra afirma que, de acordo com a lei, as penitenciárias devem promover a reinserção social, o que não ocorre se não houver educação e capacitação para quem está disposto a mudar. "A lei propõe que a pena privativa de liberdade deve ser capaz de garantir a reintegração do detento. Se isso não ocorrer, o poder público está descumprindo a legislação", opina.

Para o advogado e ex-diretor da Penitenciária Estadual de Maringá, Eduardo Krevieski, ações que mantêm os detentos ocupados são benéficas na administração de uma penitenciária. "Quando há educação e capacitação, os registros de retorno ao crime são baixíssimos. Se o preso se mantém ocupado, não há tempo para pensar em crime, fuga ou rebelião", opina.

"Quando há educação e capacitação, os registros de retorno são baixíssimos. Se o preso se mantém ocupado, não há tempo para pensar em crime, fuga ou rebelião."

Eduardo Krevieski, advogado e ex-diretor da Penitenciária Estadual de Maringá.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

PRESÍDIOS

CONTINUAÇÃO

PR não teve investimento federal no ano passado

No ano passado, o Ministério da Justiça investiu quase R\$ 45 milhões em programas destinados à melhoria das penitenciárias do país. Somando-se às contrapartidas estaduais, o valor alcançado é de aproximadamente R\$ 51 milhões. Ao todo, 18 estados foram contemplados com os recursos do governo federal. O Paraná, contudo, não recebeu nenhum centavo de repasse.

Segundo o ministério, os estados são responsáveis por apresentar os projetos, que passam pelo crivo antes de a verba ser liberada. O Índice Penitenciário, baseado em dados quantitativos e qualitativos do sistema penitenciário estadual, determina o repasse de investimentos. Entre as iniciativas contempladas, estão construções e reformas das unidades penitenciárias, passando pelo treinamento de funcionários e criação de núcleos para aplicação de medidas alternativas até um curso de combate para servidores em espaços confinados.

Esperança

Para este ano, o governo do estado aguarda para os próximos dias o anúncio oficial do Ministério da Justiça da liberação de cerca de R\$ 120 milhões para obras de reforma, ampliação e construção de novas unidades prisionais no Paraná. A informação foi dada pelo governador Beto Richa durante reunião, na noite de quinta-feira, em Maringá, com os 30 prefeitos da Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense (Amusep).

Segundo Richa, as negociações com o governo federal estão bem adiantadas e a presidente Dilma Rousseff sinalizou positivamente ao pedido do Paraná em função do alto índice de presos em delegacias de polícia no estado. (VB, com informações da agência estadual de notícias)

17 SET 2011

LEGISLAÇÃO

Estudar reduz pena desde junho

Em vigor desde 29 de junho deste ano, a Lei Federal 12.433 estabeleceu que o detento de regime fechado ou semi-aberto que estudar dentro ou fora da penitenciária terá a pena reduzida. Para cada 12 horas de frequência escolar divididas em três dias – nos ensinos fundamental, médio, profissionalizante, superior e requalificação profissional –, a pena será diminuída em um dia. A remissão é válida para o estudo presencial ou a distância, desde que seja certifi-

cado pelo Ministério da Educação.

A redução da pena com base em estudos é, de certa maneira, uma cópia do que já acontece com o preso que trabalha dentro das penitenciárias. O problema, no entanto, está na falta de adequação dos estabelecimentos. Mesmo com tamanha dificuldade, o Ministério da Justiça informa que 3.141 presos do Paraná frequentam a escola. No Brasil, o total de detentos estudando é de 40.014. (VB)

FORMAÇÃO

Apenas 7,5% dos presos do estado passaram por capacitação profissional. Segundo a Seju, uma média de 30% dos detentos recebe aulas dentro dos presídios.

	2009	2010
Presos capacitados	1.112	1.084
População carcerária	14.232	14.244
Agentes penitenciários	3.354	3.243
Nº de agentes por escala	838	810
Presos por agente	17	17
Proporção de capacitados	7,8%	7,6%

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO 17 SET 2011

Estado precisa ampliar o número de vagas em penitenciárias

Além dos 14.244 presos em penitenciárias, outros 14.570 homens e 1.635 mulheres estão reclusos em delegacias de polícia. Destes, cerca de 3 mil já foram condenados. Tirar essas pessoas dos distritos policiais deve ser o principal passo a ser dado pelo Paraná, na avaliação de Luciano André Losekann, coordenador do programa Começar de Novo do CNJ. "Aumentar a capacidade do sistema penitenciário é o desafio do estado. Esses 16 mil nas delegacias de polícia estão ociosos", afirma.

A diretora da Escola de Educação em Direitos Humanos da Secretaria de Estado da Justiça (Seju), Sônia Monclaro Virmond, diz que as cadeias públicas não oferecem condições ideais a ninguém. "Esses presos estão em uma situação precária", afirma. Losekann lembra que, enquanto os distritos continuam lotados, vão servir como reprodutores da violência — no jargão popular, verdadeiras escolas do crime. "Dessa maneira, o cidadão vai ser facilmente cooptado e vai praticar novos delitos", diz. "Mudar essa situação vai exigir muitos recursos do estado e um

período muito provavelmente maior do que quatro anos", afirma.

Para isso acontecer, contudo, o estado precisa tirar projetos do papel. No ano passado, a Seju havia previsto construir 94 mil m² de novas áreas, mas somente 36 mil m² viraram realidade.

Promessa

A secretária da Justiça, Maria Tereza Uille Gomes, disse ontem que até 2012 os presos condenados mantidos em delegacias serão transferidos para penitenciárias. Ela informou que está prevista a abertura de 720 vagas em Cruzeiro do Oeste, no Noroeste do estado; 1.480 em Piraquara, na Grande Curitiba; e 330 para regime semiaberto em Maringá, no Noroeste. As três unidades deverão ser entregues no fim deste ano.

Maria Tereza afirmou ainda que 150 assessores jurídicos serão contratados pela Justiça, em processo seletivo simples, para analisar os processos de todos os presos (condenados e que aguardam julgamento nas delegacias). O objetivo é rever a progressão das penas ou até livramento. (VB)

SOCIEDADE

Preconceito faz ex-presos voltar ao crime

É preciso superar o preconceito e a desconfiança da sociedade para obter emprego após deixar a prisão. Um trecho do livro *O Homem X*, de Bruno Paes Manso, explica como a falta de opções determina a volta ao crime: "A própria palavra 'bandido' aparece carregada de estereótipos e dificilmente conseguimos enxergar além desse rótulo. A partir do momento em que o bandido sabe que nunca mais deixará de ser considerado como tal e ficará eternamente estigmatizado, sem receber perdão pelo que fez, passa a enxergar-se e a agir como um inimigo da sociedade".

Por isso, programas como o Começar de Novo tornam-se fundamentais na reinserção social. Até esta semana, o programa ofertava 2.650 vagas de emprego para ex-presidiários e 1.494 oportunidades para cursos. "Nosso objetivo é sensibilizar o empresariado para que ofereçam oportunidades", diz Luciano Losekann, coordenador do programa. Outros programas com resultados conhecidos para o egresso e para sua família são o Pintando a Liberdade e o Pintando a Cidadania. (VB)

17 SET 2011

GAZETA DO POVO

Em 45 dias, delegacias de Curitiba vão abrir 24 horas

Plantão funcionará apenas para o registro de boletins de ocorrência. Para o Sindicato dos Delegados, medida vai prejudicar investigação

Felippe Aniba

Até o fim de outubro, os distritos policiais de Curitiba que não abrigam presos deverão funcionar 24 horas por dia, segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp). As delegacias abrangidas pela determinação, no entanto, ficarão abertas à noite de madrugada apenas para registrar boletins de ocorrência. Na avaliação de delegados e sindicatos que representam a Polícia Civil, a medida é inviável e deve comprometer o trabalho de investigação.

A iniciativa vai ampliar o horário de atendimento de pelo menos seis distritos (ver box), que passarão a trabalhar em regime de plantão das 18 horas às 8 horas, além do horário comercial normal. Apesar da proximidade do prazo, a Sesp ainda não soube informar o tamanho das equipes que farão esse trabalho, nem como serão as escalas. Para casos de investigações e prisões em flagrante, o plantão da Polícia Civil será mantido nos Centros Integrados de Atendimento

ao Cidadão (Ciacs), nos bairros Centro e Portão, que já operam 24 horas.

Delegados afirmam que o cumprimento da determinação vai afetar drasticamente o trabalho de investigação realizado pelos distritos. "Vamos ter que deslocar investigadores para ficar durante a madrugada lavrando boletins. A equipe já é pequena. É inviável para qualquer delegacia da capital", disse um delegado, que pediu para não ser identificado.

O Sindicato dos Delegados de Polícia do Paraná (Sidedpol) se manifestou contrário à determinação da Sesp. O presidente da entidade, Vinícius Augusto de Carvalho, lembra que, fora do horário comercial, as ocorrências já podem ser registradas pela Polícia Militar — pelo chamado boletim de ocorrência unificado — e pela recém-lançada Delegacia Eletrônica na internet.

Para o delegado, a restrição dos serviços ao boletim de ocorrência será negativa à imagem da corporação. "Se um cidadão for ao distrito na madrugada para pedir apoio ou socorro, não vai encontrar uma equipe que possa atendê-lo. Sem recursos, o policial civil vai fazer o quê? Chamar a PM? Vai ficar a imagem de que a Polícia Civil não atende o cidadão", disse ele, que é o delegado titular do 4.º Distrito Policial, uma das unidades atingidas pela medida.

Outro ponto abordado pelos responsáveis pelos distritos é a

relação custo/benefício do funcionamento 24 horas das unidades. "Quantas pessoas saem de madrugada para registrar boletins? É desperdício de dinheiro público. É uma medida para inglês ver", pontuou outro delegado, que também pediu anonimato.

Efetivo

De acordo com a assessoria de imprensa da Sesp, os 695 policiais civis já aprovados em concurso e que estão sendo convocados vão possibilitar o atendimento 24 horas. Como não haverá tempo de passarem pelo curso de formação na escola de polícia, eles vão atuar como "estagiários supervisionados" nas delegacias, fazendo serviços burocráticos. "Mas para fazer registro de boletim também é necessário treinamento. Não é uma atividade simples", observa Carvalho.

Os policiais civis que hoje desempenham essas funções administrativas, segundo a Sesp, vão trabalhar diretamente nas ruas. O problema é que boa parte deles também não fez integralmente o curso de formação. "A maioria [desses policiais] só concluiu o módulo de tiro e armamento. Mandá-los para rua sem treinamento adequado é suicídio", opinou um delegado. A questão esbarra ainda na estrutura da escola de polícia, que tem capacidade para 370 alunos por vez.

CONTINUA

17 SET 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

REAÇÃO

Falta estrutura, dizem sindicatos

O funcionamento das delegacias em tempo integral só se justificaria se todos os serviços forem mantidos à população, na opinião do Sindicato dos Delegados de Polícia (Sidepol) e o Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Paraná (Sinclapol). "Para atuarmos 24 horas por dia, é preciso aumentar a capacidade. É necessário que as equipes sejam de pelo menos cinco policiais nas noites e madrugadas", disse o delegado Vinícius Carvalho, presidente da Sidepol.

O presidente do Sinclapol, André Gutierrez, avalia que as delegacias devam ser vistas como unidades de segurança, em que o cidadão possa ser atendido de forma efetiva. Para isso, o policial também aponta a necessidade de investimentos. "Se não tiver uma equipe digna, vamos tomar todas as medidas cabíveis para

que isso [a abertura 24 horas] não entre em vigor", disse Gutierrez.

Na opinião dos sindicalistas, com mais policiais na escala, as unidades poderiam desenvolver serviços de investigação e lavrar flagrantes também no período noturno. Esses trabalhos teriam impacto positivo e imediato nas regiões onde os distritos policiais se localizam e melhorariam a imagem da Polícia Civil para com a população. (FA)

UNIDADES

Veja os distritos policiais de Curitiba que deverão funcionar 24 horas de acordo com a determinação da Secretaria de Segurança Pública:

Atuarão 24 h

2º Distrito Policial (Água Verde)
4º Distrito Policial (Boa Vista)
6º Distrito Policial (Capão da Imbuia)
7º Distrito Policial (Hauer)
10º Distrito Policial (Sítio Cercado)
13º Distrito Policial (Tatuquara)

Abrigam presos

3º Distrito Policial (Mercês)
5º Distrito Policial (Bacacheri)
9º Distrito Policial (Santa Quitéria)
11º Distrito Policial (Cidade Industrial)
12º Distrito Policial (Santa Felicidade)

Já atendidos pelo Clac

1º Distrito Policial (Centro)
8º Distrito Policial (Portão)

GAZETA DO POVO

MPs entram com 17 SET 2011

ação conjunta contra Subsea 7, IAP e Pontal

Fabiane Ziolla Menezes

O Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Paraná entraram ontem, na Justiça Federal de Paranaguá, com uma ação civil pública conjunta, pedindo liminar de abstenção de qualquer obra ou atividade na área de 2,6 mil metros quadrados que a empresa de exploração marítima norueguesa Subsea 7 adquiriu em 2007, em frente à Ilha da Cotinga, para construir uma unidade de soldagem e revestimento de dutos de exploração marítima.

A ação pede também a anulação da licença prévia do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e dos alvarás dados pelo município de Pontal do Paraná, além da recuperação de qualquer dano que a empresa, com responsabilidade solidária do IAP e do município, já tenha causado à área. Na quinta-feira, a *Gazeta do Povo* informou que a Subsea 7 ameaçava desistir de um investimento de R\$ 100 milhões em Pontal por causa da demora na concessão da licença de instalação da unidade.

A ação, à qual a *Gazeta do Povo* teve acesso com exclusividade, enumera uma série de justificativas para a solicitação, principalmente o fato de o próprio Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da Subsea 7, conforme parecer jurídico do IAP de julho de 2010, prever a supressão de 45,17 hectares de Mata Atlântica, intervenções em áreas de mangue e de preservação permanente, o que seria vedado não só pela Lei da Mata Atlântica, mas também pelo Código Florestal.

Assinada pelos promotores estaduais Alexandre Gaio e Sérgio Luiz Cordoni e pelo procurador da República Alessandro José Fernandes, a ação vem depois de outra movida também pelo MPF e em trâmite final na mesma Vara Federal de Paranaguá, que solicita que o licenciamento da Subsea 7 seja conduzido exclusivamente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) e não pelo IAP.

A ação considera o comportamento do IAP e do município Pontal do Paraná "vicioso" ao permitir a intervenção em uma área com vegetação nativa primária (Floresta de Alta Restinga) em estágio médio ou avançado de regeneração — e não em estágio inicial, como alega o EIA-RIMA da empresa — e lista uma série de pareceres técnicos emitidos pelo próprio IAP em julho, maio e agosto do ano passado contrários à instalação da empresa, criticando a atitude do então diretor-presidente do órgão, José Volnei Bisognin, em ignorar esses pareceres e conceder a licença prévia à Subsea 7.

Ainda em setembro de 2009, o MP-PR enviou parecer ao IAP recomendando que o órgão negasse licença prévia à Subsea 7. O presidente do órgão na época e um dos fundadores do SOS Mata Atlântica, José Álvaro Carneiro, confirma que a empresa sabia da impossibilidade de se usar a área. "Eles foram informados de que toda aquela área era uma das únicas no país com floresta primária de alta restinga ainda preservada e intocada desde a década de 1950, mas insistiram", conta.

Para Carneiro, a insistência do MPF para que a instalação da empresa seja conduzida pelo Ibama, e não pelo IAP, se justifica pela maior "blindagem" do órgão federal diante de interesses econômicos. Ele acredita que a decisão Justiça Federal, que deve ocorrer em dois meses, leve o caso ao Ibama. "Nesse caso, o empreendimento da Subsea 7 terá menor importância diante de outros empreendimentos nacionais maiores e entrará em uma fila que vai durar, no mínimo, um ano e meio", acredita.

OUTRO LADO

Prefeito e IAP vão esperar notificação

Procurados pela reportagem, o IAP e o prefeito de Pontal do Paraná, Rudisney Gimenes, disseram que preferem tomar conhecimento formal da ação antes de comentá-la. A assessoria de imprensa da Subsea 7 não foi encontrada para comentar a nova ação civil pública do MPF e do MP-PR, mas, ainda na quarta-feira, em decorrência de outra matéria publicada pela *Gazeta do Povo*, informou que não vai, por enquanto, se manifestar a respeito de seus investimentos em Pontal do Paraná e nem sobre as alternativas que o governo estadual estaria buscando para a empresa. Também contestou a listagem dos impactos ambientais publicada pela *Gazeta do Povo*, argumentando que cada um tem um peso ou relevância, e que alguns dos impactos citados seriam quase irrelevantes. (FZM)

Corrupção na Saúde desviou R\$ 2,3 bilhões em nove anos

Valor representa um terço de tudo o que foi desviado da União no período, segundo o TCU. Governo federal alega que, comparado com o orçamento do setor, montante é pequeno (0,045%)

O governo federal — que tem defendido a necessidade de haver novas fontes de financiamento para a saúde — perdeu nos últimos nove anos, devido à corrupção, R\$ 2,3 bilhões que deveriam ser destinados ao setor (R\$ 255 milhões anuais, em média). O Ministério da Saúde responde sozinho por um terço (32,38%) dos recursos federais que se perderam no caminho, considerando 24 pastas e a Presidência da República, segundo levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU). Ao todo, a União perdeu R\$ 6,89 bilhões em desvios.

O montante é o somatório de irregularidades encontradas pelo TCU, entre janeiro de 2002 e 30 de junho de 2011, em procedimentos de investigação — as chamadas Tomadas de Contas Especiais.

Embora sejam números expressivos, os desvios na Saúde refletem tão-somente as 3.205 fraudes ou outras irregularidades identificadas pelo Ministério da Saúde ou pela Controladoria-Geral da União (CGU). Ou seja, não incluem casos não identificados de corrupção — o que pode elevar o valor desviado. Tampouco está incluído o dinheiro que não foi bem aplicado devido a problemas de má gestão.

Lentidão

Para o Ministério Público Federal (MPF), recuperar esse dinheiro é tarefa difícil. Mais complicado ainda é criminalmente quem embolsou o dinheiro. Na maioria dos casos, são prefeitos, secretários de Saúde ou donos de clínicas e hospitais que prestam serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A procuradora Eliana Torelly, da Procuradoria Regional da República da 1.ª Região, avalia que é difícil punir porque os processos, tanto administrativos quanto judiciais, demoram a serem encerrados.

Apenas entre janeiro e junho de 2011, a União encaminhou ao TCU o resultado de 193 processos, que totalizam um passivo de R\$ 562,3 milhões. A expressiva maioria é de casos,

antigos. Na lista, há cobranças até de 1991, como uma tomada de contas que aponta o governo do Piauí como responsável pela aplicação irregular de R\$ 258,5 milhões, em valores corrigidos.

Outro exemplo da lentidão em julgar casos de corrupção é o de uma auditoria de 2004 do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus), que levantou uma série de desvios em Paço do Lumiar (MA), município de 100 mil habitantes na região metropolitana de São Luís (Maranhão). O processo aponta saques milionários da conta da Saúde, entre 2001 e 2003, que jamais se reverteram em ações à população. Mas só no ano passado o processo administrativo chegou ao TCU. Em valores corrigidos em 2010, a fraude soma R\$ 27,92 milhões.

Outro caso de demora nas ações de controle do dinheiro aplicado na saúde é o que envolve as irregularidades descobertas pela Operação Sanguessuga, iniciada em 2006 pela Polícia Federal. Só neste ano o TCU decidiu sobre o assunto. Entre as irregularidades encontradas em 2006, estavam o superfaturamento na aquisição de ambulâncias; ausência de pesquisa de preços em licitações e erros em notas fiscais.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

17 SET 2011

Ooutrolado

Em nota, o Ministério da Saúde informou que, desde 2002, o orçamento federal da Saúde somou R\$ 491,1 bilhões. "Deste modo, o valor apontado corresponde a 0,045% desse montante. Todas estas medidas administrativas foram solicitadas pelo próprio ministério aos órgãos de controle, tanto interno quanto externo". O ministério cita ainda a realização de 692 auditorias, economia de R\$ 600 milhões na compra de medicamentos e aperto no controle dos repasses a estados e municípios.

R\$ 255 milhões

é desvio anual médio em recursos da saúde entre 2002 e junho deste ano, segundo as inspeções do Tribunal de Contas da União (TCU).

R\$ 500 milhões

foram gastos desde o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso com o projeto do Cartão SUS. A ideia era criar um sistema informatizado com o número de identificação dos usuários do SUS, para que ele tivesse um prontuário único em todo o país. Mas o Cartão SUS até hoje não saiu do papel devido à má gestão.

DIAGNÓSTICO

Estrutura de controle do setor é deficitária e desorganizada, dizem especialistas

Especialista em financiamento do setor público de saúde, o pediatra Gilson Carvalho diz que o dinheiro da área é desviado pela falta de protocolos e rotinas, falta de informatização do controle financeiro, de pessoal e de transporte de pacientes.

A presidente da União Nacional dos Auditores do Sistema de Saúde Único (SUS), Solimar da Silva Mendes, reconhece que a estrutura de controle do dinheiro da área é

mínima em comparação com o volume de recursos. Ela contabiliza cerca de 500 auditores na ativa, e a metade está para se aposentar. Para Solimar, seriam necessários outros mil servidores.

Para Alcides Miranda, um dos titulares do Conselho Nacional de Saúde e vice-presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, a discussão sobre a necessidade de mais fontes de recursos para o setor precisa passar pela transparência e

garantia da aplicação dos recursos, sejam os já existentes ou outros que eventualmente surjam.

Além dos desvios de recursos apontados por órgãos de controle, Miranda lembra mais uma fonte de desperdício no setor, o Cartão SUS. "Já foram gastos pelo menos R\$ 500 milhões desde o governo Fernando Henrique, e esse projeto de informatização [criando um sistema com o número de identificação dos usuários do SUS] não anda", diz ele.

OPINIÃO DE DILMA

Solução exige mais do que conter desvios

A presidente Dilma Rousseff reconheceu na última quarta-feira que é preciso combater a corrupção na área da saúde. Mas disse que só isso não vai melhorar o atendimento da população e que será preciso mais dinheiro. "O que não é possível é a tese de que é possível ter saúde de qualidade sem mais dinheiro per capita. Não é", disse Dilma.

O número com o qual o Planalto e a base aliada vêm trabalhando para melhorar a saúde seriam R\$ 40 bilhões adicionais por

ano para o setor. Esse é o montante que foi perdido pelo governo com a extinção em 2008 da CPMF — Imposto criado para financiar a saúde, mas que acabou não indo para a área.

"Não sei se são os R\$ 40 bilhões da CPMF. Talvez não precise disso de uma forma imediata. Mas eu acho que é necessário recurso para a saúde", disse Dilma na ocasião. De qualquer modo, mesmo que a corrupção na saúde fosse totalmente estancada — R\$ 255 milhões por ano, segundo dados do TCU (leia reportagem ao lado) — não seria possível atender à demanda do setor.

CONTINUA

Hospital Militar é exemplo de irregularidades

A auditoria interna realizada pelo Comando do Exército identificou uma série de irregularidades ocorridas nos últimos anos no Hospital Militar de Área de Brasília. Entre outros problemas, a auditoria detectou casos de direcionamento de licitação e despesas com valores superfaturados. O prejuízo calculado é de R\$ 3,6 milhões. A fiscalização aponta como supostos responsáveis alguns civis e muitos militares — inclusive oficiais.

Os fatos — “impropriedades”, segundo a auditoria — ocorreram entre 2004 e 2008, mas os envolvidos não foram responsabilizados até hoje. Essa demora gerou a abertura de uma Tomada de Contas Especial (TCE), do Tribunal de Contas da União (TCU), em 2010. Segundo o Centro de Comunicação Social do Exército (Cecomsex), atualmente, a investigação do TCU está na fase de “qualificação dos responsáveis e de quantificação do dano ao erário”.

A auditoria concluiu que houve falta de uma rotina formal para aquisição de muletas, aparelhos ortopédicos, próteses e materiais especiais. O TCU também encontrou fragilidade no fornecimento de materiais e “discrepância nos preços praticados pelas empresas fornecedoras”. Constatou ainda que houve “devassa do sigilo da proposta” de empresa participante de licitação.

Num documento reservado, um contador-auditor diz que os processos envolvem possíveis prejuízos à Fazenda Nacional e pede que a auditoria seja encaminhada à Chefia do Estado-Maior do Comando da 11.ª Região Militar (de Brasília). “O relatório de auditoria especial quantificou o dano ao erário e qualificou os responsáveis”, diz a auditoria, que lista

nome de militares envolvidos.

O relatório passou pelas mãos de vários oficiais. A Chefia da Seção de Auditoria de Gestão e Fiscalização encaminhou vias da auditoria, entre outros, para o gabinete do comandante do Exército. Dois generais — José Carlos Nader Motta, diretor de Auditoria, e Gilberto Arantes Barbosa, secretário de Economia e Finanças — emitiram despachos para a instalação de uma investigação via Tomada de Contas. O general Motta deixou essa função em março deste ano.

“Tendo em vista as peculiaridades encontradas nessa auditoria especial, que envolvem um número expressivo de militares e servidor civil, como também o alto valor do dano causado ao erário, proponho ao secretário de Economia a transformação dessa auditoria em Tomada de Contas Especial”, afirmou o general Nader Motta no encaminhamento de seu despacho, atendido pelo general Barbosa.

Exército

Sobre o ressarcimento aos cofres públicos, o Exército informou que essas providências serão implementadas com o término da fase interna, que é a atual Tomada de Contas Especial. “As providências de ressarcimento do dano serão implementadas com o término da fase interna, após as concernentes notificações dos responsáveis.”

O Exército informou ainda que o processo será enviado ao TCU, para análise e julgamento. É a fase externa, “quando será dada a possibilidade da ampla defesa e do contraditório aos agentes públicos responsabilizados”. A investigação feita pela Tomada de Contas é na esfera administrativa. Após esta fase, o processo completo será remetido também ao Ministério Público Militar.

Em terra de servidor, quem tem poder de barganha é rei

Plano do governo de negar reajuste ao Judiciário mostra que algumas categorias têm prioridade na hora de negociar salários

Rosana Félix

O pedido de reajuste do Poder Judiciário para 2012, que o Planalto resiste em conceder, evidenciou um grande problema do poder público: a discrepância de salários e de reajustes concedidos ao longo dos últimos anos às cerca de 70 carreiras públicas. De 2003 para cá, muitas categorias tiveram aumento real acima de 100%. Considerando 23 carreiras de nível superior do Executivo e do Judiciário, a remuneração cresceu em média 70%. Mas, em alguns casos, como a dos juízes, as reposições apenas cobriram a inflação.

De acordo com especialistas consultados pela reportagem, as categorias que têm mais facilidade para pressionar por aumentos são as que cuidam de fiscalizações em geral e da arrecadação. "O governo trata melhor aqueles que causam mais pressão. As carreiras que atendem diretamente ao público,

como a Previdência e o Trabalho, que têm atuação social, não são valorizadas, porque a greve atinge a população mais carente, e o governo não se importa com isso", diz Josemilton Costa, presidente da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef).

A reportagem da Gazeta do Povo fez uma seleção de carreiras de diferentes áreas. Entre elas (veja detalhes no infográfico), a que recebeu a maior valorização salarial foi a de fiscal federal agropecuário. Em 2003, um fiscal em fim de carreira (classe especial, padrão III), recebia R\$ 4,5 mil, com gratificações. Atualmente, o salário mais alto (classe especial, padrão IV), pode chegar a R\$ 15,8 mil. Descontando a inflação acumulada no período (IPCA), o ganho real foi de 131%.

Audidores e procuradores também receberam reajustes reais robustos, próximos a 100%. Os valores constam dos boletins de pessoal do Ministério do Planejamento e dizem respeito a valores brutos e totais (com gratificações). Os descontos obrigatórios não foram considerados. "Se alguns setores da Receita Federal param, não há recolhimento nenhum de tributo, e não entra dinheiro para o governo", exemplifica o professor da UnB Roberto Piscitelli, membro do Conselho Federal de Economia (Cofecon).

CONTINUA

Segundo Josemilton Costa, atualmente o governo federal tem 170 tabelas salariais diferentes. "O ideal seria reduzir isso para no máximo 20. Hoje há setores em que uma pessoa com nível superior ganha R\$ 5 mil em fim de carreira, após 25 anos de serviço público, e outros em que o salário de ingresso é de R\$ 13 mil. Não há lógica nenhuma."

Diferenças

Apesar de o salário para o pessoal de nível superior da seguridade social e do trabalho ser baixo, a valorização nos últimos anos foi bastante grande. Em 2003, a remuneração bruta em fim de carreira era de R\$ 1,5 mil. Agora, esse valor está em R\$ 5,6 mil. Os ganhos reais no período chegam a 134%. Os juízes federais, por outro lado, têm um salário que pode ser considerado alto (R\$ 22,9 mil), mas os reajustes concedidos de 2003 até agora mal cobriram a inflação acumulada no período.

"Há certos setores que podem paralisar os serviços sem que os donos do poder sintam qualquer impacto. A universidade é uma que toda hora está parando, e isso é ignorado, pois a aula é repostada depois, e ninguém se preocupa com a qualidade do ensino", observa Piscitelli. Segundo ele, o Judiciário também padece desse mal. "As greves no Judiciário dificilmente provocam efeitos no curto prazo. Talvez porque o Judiciário seja tão lento que uma paralisação não provoca muito impacto", acrescenta.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

18 SET 2011

DISCREPÂNCIAS SALARIAIS

Durante o governo Lula, várias categorias do serviço público federal receberam aumento acima da inflação, mas em alguns casos o percentual foi muito baixo. Veja a remuneração bruta do fim de carreira de algumas categorias:

	2003*	2011*	Aumento real (descontada a inflação), em %
Fiscal federal agropecuario	4,5 mil	15,9 mil	131,2%
Inspetor e analista da CVM	5,9 mil	18,5 mil	104,3%
Diplomata, (ministro 1ª classe)	5,9 mil	18,5 mil	104,3%
Grupo de gestao**	5,9 mil	18,5 mil	104,3%
Pesquisador titular (doutor)	4,6 mil	14,2 mil	101,5%
Advogado da União	6,4 mil	19,5 mil	98,0%
Procurador federal	6,4 mil	19,5 mil	98,0%
Auditor fiscal do trabalho	6,5 mil	19,5 mil	96,8%
Auditor fiscal da Receita Federal	6,5 mil	19,5 mil	96,8%
Analista Judiciário	3,6 mil	10,4 mil	88,7%
Procurador da Fazenda Nacional	7,5 mil	19,5 mil	70,8%
Professor universitário, dedicação exclusiva (doutor)	4,8 mil	11,8 mil	59,0%
Engenheiro agrônomo do Incra	3,1 mil	7,5 mil	56,9%
Analista do Banco Central	8,0 mil	18,5 mil	51,0%
Delegado e perito da Polícia Federal	9,4 mil	19,7 mil	36,8%
Ministros do STF	12,8 mil	26,7 mil	36,3%
Carreira superior em meio ambiente	5,2 mil	10,2 mil	27,9%
Agente, escrivão e papiloscopista da PF	6,1 mil	11,9 mil	26,9%
Policial rodoviário federal	5,8 mil	10,5 mil	18,8%
Juizes federais	14,9 mil	22,9 mil	1,0%

*Remuneração bruta de fim de carreira, em R\$. Não inclui auxílios ou subvenções, nem considera os descontos obrigatórios. Valores consideram remuneração e gratificações básicas. **Carreira de finanças e controle; planejamento e orçamento; políticas públicas e gestão; técnico e nível superior Ipea; analista de comércio exterior.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

18 SET 2011

NEGOCIAÇÕES

Congresso buscará "meio-termo"

Assim que foi divulgado o pedido de reajuste do Judiciário e do Ministério Público, o relator do orçamento de 2012, Arlindo Chinaglia (PT-SP), afirmou que "não há possibilidade" de conceder o reajuste. Entretanto, nos últimos dias, vários líderes partidários afirmaram que o ideal é buscar um "meio-termo".

"Não concordamos com esse aumento, concordamos em avaliar possibilidades desse orçamento frente a uma realidade de aperto financeiro. Defendemos o diálogo com o Judiciário", declarou o deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG), membro da Comissão de Orçamento.

Para o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná, José Lúcio Glomb, a magistratura tem direito a uma boa remuneração. Mas ele considera que os valores praticados atualmente estão de acordo com o cenário econômico e são semelhantes aos pagos em outros países. (RF)

OS "PRIVILEGIADOS"

As carreiras típicas de Estado – sem equivalência no setor privado – são as que têm a melhor remuneração no setor público. Veja quais são:

- ▶ Fiscalização agropecuária, tributária e do trabalho;
- ▶ Arrecadação, finanças e controle e gestão pública;
- ▶ Diplomacia;
- ▶ Advocacia e Defensoria Pública;
- ▶ Regulação, política monetária, planejamento e orçamento federal;
- ▶ Magistratura e Ministério Público;
- ▶ Segurança Pública.

INTERATIVIDADE

Qual a sua opinião sobre o pedido de reajuste do Judiciário para 2012?

Escreva para

leitor@gazetadopovo.com.br

As cartas selecionadas serão publicadas na Coluna do Leitor.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO 18 SET 2011

Judiciário e MP farão grande mobilização

O Poder Judiciário argumenta que está desde 2006 sem nenhum aumento, e que por isso não vai aceitar o argumento de que a crise internacional está forçando o Brasil a reduzir seus gastos públicos. Para pressionar pelo reajuste, servidores do Judiciário e do Ministério Público prometem uma megamanifestação para a próxima quarta-feira, em Brasília.

Os pedidos formulados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), instância máxima da Justiça, preveem reajuste de 56% para os servidores do Judiciário e do Ministério Público, e de 19,7% para os magistrados (14,7% referentes a exercícios anteriores e 4,8% referentes à inflação prevista para 2011). O impacto nos cofres públicos seria de pelo menos R\$ 7,7 bilhões.

"Nós não estamos no topo. Há anos não recebemos reajuste, e agora ficam nos pintando como vilões. Todo mundo acha absur-

"Falar que nosso aumento vai tirar verba da área social é injusto, além de falso. Dinheiro existe, mas o governo prefere economizar para pagar a dívida pública."

Saulo Arcangeli, coordenador-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe).

do, mas não vêem que nem é aumento, é apenas reposição da inflação", afirmou uma servidora da Justiça Federal do Paraná, que não quis se identificar.

A presidente Dilma Rousseff, ao enviar ao Congresso a mensagem com o pedido de reajuste salarial do Judiciário, afirmou que isso poderia prejudicar a implementação de políticas públicas essenciais, como as da saúde, educação e da redução da miséria. Para o coordenador-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores do

Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe), Saulo Arcangeli, isso é chantagem. "Falar que nosso aumento vai tirar verba da área social é injusto, além de falso. Dinheiro existe, mas o governo prefere economizar para pagar a dívida pública." Ele se refere à iniciativa do governo federal em aumentar em R\$ 10 bilhões a meta de superávit deste ano com dinheiro proveniente de arrecadação extra.

Segundo o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Gabriel Wedy, a União tem a obrigação de fazer a correção da inflação. "A Ajufe defendeu a instituição do teto do funcionalismo público em 2005, porque havia servidores ganhando R\$ 80 mil, R\$ 100 mil, um absurdo. Mas o governo precisa atualizar o teto, que é a remuneração dos ministros do Supremo, até para que a limitação seja respeitada", acrescentou. (RF)

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Comparação com o setor privado é enganosa

18 SET 2011

De janeiro de 2003 até agora, o rendimento médio dos trabalhadores da iniciativa privada cresceu 13,7%, em termos reais, e chegou a R\$ 1.480,36. No setor público, o ganho foi de 26,5%, e o rendimento médio é de R\$ 2.549,92 — ou seja, R\$ 1,1 mil a mais. Entretanto, de acordo com servidores e especialistas, não é possível comparar o rendimento da iniciativa privada com o do poder público.

"Muitas atividades não têm nem comparação. Como é que vai dizer que um diplomata ganha muito? Não há função semelhante na iniciativa privada", observa Roberto Piscitelli, professor da UnB e membro do Conselho Federal de Economia (Cofecon). Segundo ele, o mesmo ocorre com as funções típicas de Estado:

"É muito subjetivo falar que o salário de um auditor, de um fiscal é alto. O trabalho é de grande complexidade e há um teto salarial para ser respeitado", observa Antônio Augusto de Queiroz, analista político do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Os dois especialistas dizem que as carreiras públicas tentam atrair os melhores quadros, e por isso fazem um teste seletivo bastante rigoroso. "A intenção é ter as melhores cabeças trabalhando para o governo, e por isso a remuneração deve ser atrativa", observa o professor da UnB:

Descontos

De acordo com o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Gabriel Wedy, o salário bruto do funcionalismo é alto, mas há muitos descontos obrigatórios, como Imposto de Renda e contribuição previdenciária. "Os juizes, por exemplo, têm um salário líquido de R\$ 13 mil. Mas tem servidor que ganha mais. Isso não poderia ocorrer, fere toda a hierarquia da Justiça", diz.

Segundo Piscitelli, se for feita alguma comparação, é possível dizer que o salário dos ministros do STF não é compatível com o trabalho. "Se observarmos quanto ganha um advogado que circula ali mesmo pelo Supremo, a remuneração dos ministros é bem baixa mesmo", diz. Para ele, o reajuste do STF é um assunto delicado, pois o teto constitucional é vinculante, e qualquer aumento provoca um efeito cascata em outros setores. (RF)

18 SET 2011

GAZETA DO POVO

Tomar decisões cansa demais

Estudo mostra que capacidade de fazer escolhas diminui ao longo do dia e pode causar o que médicos chamam de "o cansaço de decidir".

Vanessa Prateano

Vai tomar uma decisão importante? Não deixe para depois, se esse "depois" significar "após muitas outras decisões menos importantes". Um estudo feito por uma universidade israelense demonstrou o que muita gente já notou na prática: quanto mais decisões tomamos ao longo do dia, mais cansados ficamos, e maiores são as chances de não tomarmos decisão alguma ou então nos arrependermos pela escolha errada.

O fenômeno, chamado de *decision fatigue*, em inglês, ou "o cansaço da decisão", foi descrito após o estudo, realizado pela Ben Gurion University em parceria com a Universidade de Stanford (EUA), notar que juízes israelenses que participaram da pesquisa tinham mais chances de negar o pedido de liberdade aos presos quanto mais tarde fosse realizada a audiência de análise do pedido, chamada de *parole board*.

Em um episódio, um juiz deu parecer diferente a dois casos iguais (mesmo crime e mesma pena). Um, analisado às 8h50, foi deferido, ao passo em que outro, analisado às 16h25, após vários outros, foi negado. Os pesquisadores analisaram 1,1 mil decisões e observaram que 70% dos pedidos analisados no começo da manhã foram deferidos; no fim da tarde, o índice de pedidos concedidos caiu para 10%.

Estoque limitado

A ideia de que quanto mais decisões tomamos, num curto espaço de tempo, mais preparados ficamos para tomar as próximas, não se confirmou. De acordo com os pesquisadores, isso acontece porque nossa capacidade de tomar decisões é limitada, e o "estoque" de autocontrole necessário para tanto diminui conforme é usado.

As consequências seriam duas: a de agir impulsivamente, para acabar logo com o "torturo", ou a de não fazer coisa alguma, adiando a decisão. No caso dos juízes, o pedido muitas vezes era negado para que o magistrado tivesse a chance de analisá-lo com mais calma num outro momento. Em outros casos, porém, esse tempo não é possível, o que explica aquela atitude do goleiro do seu time no fim do jogo, que coloca a perder os três almejados pontos.

"A atividade mental cansa tanto quando a atividade física e isso pode ser facilmente notado no final de um dia de trabalho. Isso explica porque grande parte dos acidentes ocorre no final da tarde, assim como os erros médicos, que geralmente ocorrem no fim de um plantão longo", observa o neurologista e professor da Faculdade de Medicina da Universidade Estadual Paulista (Unesp) Fernando Coronetti. "Em qualquer atividade continuada, como tomar decisões a toda hora, o rendimento cai e se instaura essa fadiga."

E por que isso acontece? De acordo com o neurologista e membro da Academia Brasileira de Neurologia Luiz Carlos Benthien, como um carro, o cérebro precisa de combustível para funcionar. A gasolina ou álcool, neste caso, é a energia produzida pela quebra da glicose, que libera oxigênio no interior das células e permite a atividade cerebral. Como qualquer motorista sabe, o combustível não é infinito; o mesmo acontece com a energia da mente.

"Ao longo do dia, a tua reserva de neurotransmissores não trabalha com a mesma capacidade daquela com a qual você iniciou o dia. Ela se esgota com o processo de tomada de decisões, que quanto mais complexo, mais energia e capacidade de autocritica vai exigir", explica o médico.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

CONTINUAÇÃO

18 SET 2011

A responsabilidade de mudar vidas

O exemplo dos juizes não foi tomado por acaso pelo estudo. A carga de responsabilidade que envolve as decisões de um magistrado é considerável – declarar alguém inocente ou culpado, decidir entre uma multa ou a prisão, dar a guarda de uma criança ao pai ou à mãe são algumas delas. E a existência de leis, que orientam tais decisões, não é suficiente para impedir a manifestação da angústia e da insegurança.

Com 22 anos de profissão, o desembargador Gil Fernandes Guerra, que hoje preside a Associação dos Magistrados do Paraná. (Amapar), conta que ainda sente o

peso da responsabilidade sobre os ombros na hora de julgar os processos. "Não basta decidir, é preciso ser justo. Não é uma decisão qualquer e, dependendo do caso, se a pessoa está presa, por exemplo, é preciso ter pressa. E na nossa profissão é quase impossível deixar para depois."

Ao longo de mais de duas décadas de atuação, o juiz conta que já chegou a se arrepender de uma decisão, proferida há cerca de cinco anos, que envolvia um homem acusado de homicídio. Testemunhas afirmavam que o homem era o autor do crime e as provas também indicavam sua culpa. Guerra o decla-

rou culpado. Pouco depois, outro homem assumiu o crime e foi comprovado que o primeiro era inocente. "Lamentavelmente, cheguei à conclusão de que errei, e então revoguei a decisão."

Para ele, a rotina extenuante pode influenciar no julgamento e é preciso criar hábitos que evitem a tomada de decisões em momentos críticos. Ele opta, por exemplo, por levar trabalho para casa. "Gosto de trabalhar de madrugada, e costumo analisar só um tipo de processo de cada vez. No gabinete, prefiro momentos mais silenciosos, geralmente pela manhã." (VP)

Vida e morte em jogo

Os médicos também têm a difícil tarefa de decidir rápido e muitas vezes cada escolha pode ser a diferença entre a vida e a morte. O médico socorrista do Siate Carlos Naufel Junior, que também trabalha como cirurgião-geral no Pronto-Atendimento do Hospital Evangélico, explica que os protocolos de atendimento ajudam nos momentos críticos, mas que a realidade sempre acaba se sobrepondo ao manual.

No pronto-socorro, podem chegar várias vítimas ao mesmo tempo, tanto de tiroteios quanto de acidentes de trânsito. Nesse caso, se o médico está sozinho no plantão, é preciso avaliar quem atender primeiro. Em geral, é aquele que tem mais chances de sobreviver. Ele lembra de um atropelamento no litoral, em que estava sozinho na ambulância e precisou escolher quem atenderia primeiro entre seis feridos.

Atendeu os que tinham mais chances e o que estava em estado gravíssimo morreu. "Se não atendesse os que estavam um pouco melhor, o estado poderia piorar."

O neurocirurgião do Hospital Evangélico Samir Bark, desde 1990 no Siate, também lembra de uma situação em que teve de decidir rápido: um homem entrou com uma kombi dentro de uma casa e acabou tendo o pé preso nos pedais. O risco de a residência desabar em cima do veículo era grande, e o médico precisou decidir rápido pela amputação do pé do homem. Para Bark, o processo é cansativo, pois o médico tem de lidar com uma série de responsabilidades que causam cansaço mental, como decidir por uma ação que não coloque o paciente em risco ou gere problemas jurídicos, além de gerir estagiários e travar contato com familiares. (VP)

18 SET 2011

GAZETA DO POVO

Justiça social contra o crime

Uma das cidades mais violentas do mundo nos anos 90, Bogotá mudou esse cenário investindo principalmente no bem-estar da população

BOGOTÁ, COLÔMBIA

Sérgio Luis de Deus, enviado especial

Bogotá já foi conhecida como uma das cidades mais violentas do mundo. No início dos anos 90, a população local vivia acuada diante de uma taxa de homicídios que beirava 80 mortes a cada 100 mil habitantes — o dobro do índice verificado hoje em Curitiba, por exemplo. Havia ainda uma alta incidência de sequestros, roubos, violência doméstica — sobretudo contra mulheres — e acidentes de trânsito. Brigas banais eram resolvidas no olho por olho, quando não à bala.

Mas hoje, duas décadas depois, a capital colombiana é reconhecida — ao lado de Nova York e sua política de tolerância zero — como um caso raro de sucesso na luta contra a violência. A mudança de cenário chegou ao ponto de inspirar a política de segurança pública de cidades brasileiras reconhecidas violentas, como Rio de Janeiro e São Paulo. Mas como isso foi possível?

O segredo de Bogotá está na forma como as autoridades enxergaram o problema. Em um país acostumado a usar a força para enfrentar guerrilheiros e traficantes de drogas, a tentação de investir ainda mais no aparato

policial e literalmente partir para a guerra era grande. Mas a cidade trilhou outro caminho: o da justiça social.

“Entendíamos a segurança como um tema de bem-estar. A polícia cumpre sua função repressiva quando persegue os delinquentes, mas não é somente isso. Tínhamos que buscar que educação, saúde e cultura também cumprissem sua função”, explica o sociólogo Hugo Acero Velásquez, ex-secretário de Segurança de Bogotá entre 1995 e 2003.

Choque de gestão

Velásquez diz que o ex-prefeito Antanas Mockus, que governou a cidade entre 1995-1997 e 2001-2003, foi peça-chave na reação contra a violência. Mockus sabia que boa parte do problema tinha origem na pobreza e na falta de amparo do Estado. Por isso, comandou uma política de segurança pública que combinava desenvolvimento social e medidas de prevenção ao crime: o Plano Integrado de Convivência e Segurança Cidadã.

A estratégia tinha como principal meta reduzir o número de assassinatos. Para isso, a prefeitura investiu na construção de escolas, postos de saúde e áreas de lazer em regiões dominadas por criminosos e na melhoria dos equipamentos já existentes. Também aplicou mais recursos em iluminação pública, coleta de lixo e pavimentação de ruas. Paralelamente, instituiu subprogramas para controle de riscos (restrição à venda de bebida alcoólica e ao porte de armas); resolução de conflitos familiares e comunitários; e auxílio a jovens envolvidos com drogas e gangues, e a minorias como indigentes e os chamados “desprezados”.

população que migra do interior para as grandes cidades por causa do conflito com as guerrilhas.

Em outra ponta, a prefeitura direcionou recursos para fortalecer a polícia com novos equipamentos, reforma de instalações, treinamento e inteligência. E com um detalhe: sem aumentar o efetivo, que permaneceu sendo de 10,3 mil homens.

O plano de segurança deu resultado rapidamente. A taxa de assassinatos caiu vertiginosamente já nos primeiros anos, atingindo uma queda de 71% até o ano passado, e desde 2003, oscila entre 22 e 25 mortes a cada 100 mil. Paralelamente, todos os outros indicadores de violência diminuíram.

CONTINUA

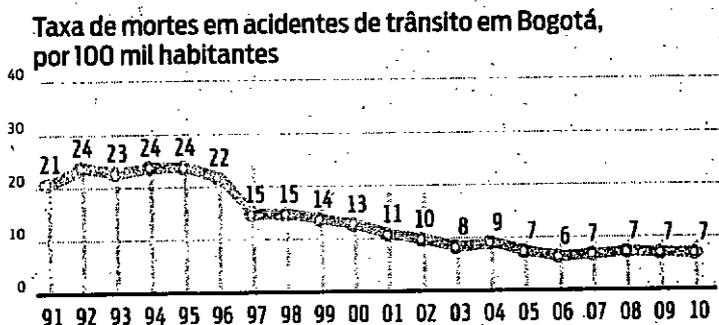
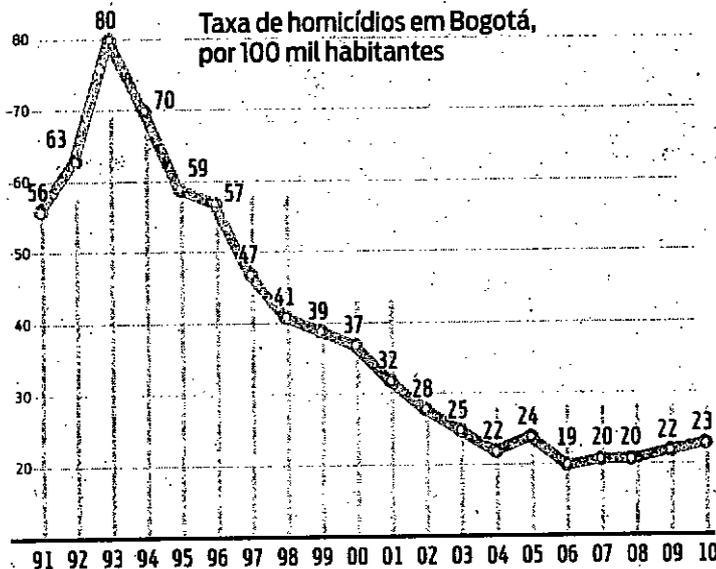
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

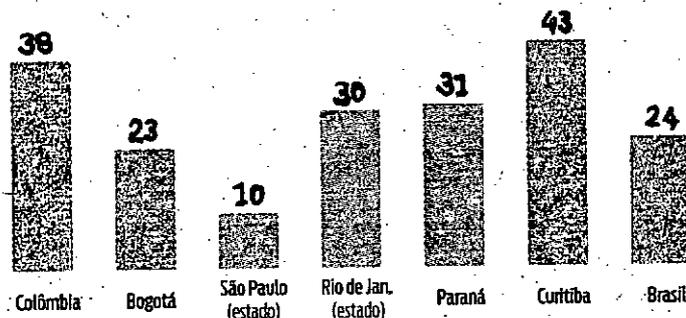
CONTRA-ATAQUE

18 SET 2011

O Plano de Segurança Cidadã de Bogotá reduziu em 71% o número de assassinatos e acidentes de trânsito com mortes entre 1990 e 2010:



Compare a taxa atual de homicídios de Bogotá com a de outras localidades da América Latina em 2010



MEDIDAS

O Plano de segurança de Bogotá uniu ações de prevenção e controle. Conheça as áreas de atuação:

PREVENÇÃO

Controle de riscos

- ▶ Restrição ao consumo de bebida com bares fechando mais cedo.
- ▶ Programa de prevenção e tratamento de dependentes.
- ▶ Restrição ao porte de armas.

Resolução de conflitos

- ▶ Mediação de disputas interpessoais, comunitárias e familiares.

Atenção e serviços

- ▶ À população, com investimentos em educação, saúde, coleta de lixo, iluminação, cultura e lazer.
- ▶ A jovens envolvidos com gangues.
- ▶ A indigentes e moradores de rua.

CONTROLE DE DELITOS

Fortalecimento da polícia

- ▶ Investimento em viaturas.
- ▶ Implantação de rádios.
- ▶ Construção de módulos menores e melhoria de batalhões e delegacias.
- ▶ Treinamento dos policiais.
- ▶ Compra de armas e munição.

- ▶ Elaboração de estatísticas confiáveis e investimento em perícia.

- ▶ Investigação criminal.

Fortalecimento da Justiça

- ▶ Melhoria de cadeias e prisões.
- ▶ Investimento em centros de recuperação de jovens.
- ▶ Ressocialização de presos: programas de trabalho e atendimento a familiares de presos.

CONTINUA

Ação inspirou as UPPs do Rio de Janeiro

O agravamento da violência em Bogotá nos anos 90 teve relação direta com a explosão demográfica da cidade. A ação violenta de guerrilheiros e paramilitares no interior da Colômbia fez milhares de camponeses abandonarem suas terras — por medo ou pela força — e mudarem para a capital. Bogotá não estava preparada para isso. O inchaço populacional criou bolsões de pobreza, um ambiente fértil para a violência e o estabelecimento de grupos criminosos.

Uma das principais ações do Plano de Segurança Cidadã foi intervir nessas áreas. Essa estratégia serviu de modelo para a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Rio de Janeiro. “Antes a polícia entrava, atirava e saía. Isso não serve. Tinha sempre outros traficantes para ocupar o lugar daqueles que foram mortos. Era preciso entrar, controlar o território, garantir a segurança e depois trazer as instituições de desenvolvimento social”, explica o ex-secretário de Segurança de Bogotá, Hugo Acero Velásquez.

No início, a prefeitura identificou 16 áreas violentas controladas por gangues e traficantes. “A intervenção era planejada por meses. A polícia fazia todo um trabalho de inteligência, identificando quais criminosos agiam na área. Ao mesmo tempo, mandávamos equipes para fazer um diagnóstico dos problemas locais. Visitávamos escolas, postos de saúde, áreas de lazer, quando havia. Em dois meses sabíamos quais eram as maiores carências e elaborávamos um plano para atender as necessidades”, explica.

“Feito isso planejávamos a entrada com o suporte do Ministério Público, da polícia e, se era muito perigoso, do Exército. Depois de dominada a área, cada um na prefeitura já sabia o que fazer. Em seis, sete meses, tínhamos segurança e desenvolvimento para aquela área.” Cada local ganhou um módulo permanente da polícia, cujo objetivo foi agilizar o atendimento à população e atuar como mediador de conflitos. (SLD)

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ENTREVISTA

Hugo Acero Velásquez,
sociólogo e ex-secretário de
Segurança de Bogotá



O trabalho em conjunto foi decisivo para a redução da violência em Bogotá, afirma o ex-secretário de Segurança Hugo Acero Velásquez. Para ele, nenhuma política pública contra o crime é eficaz se não houver ação coordenada entre Executivo, Judiciário, polícia, Ministério Público e governo nacional. E elenca, pela ordem, outras razões para o sucesso do Plano de Segurança Cidadã: liderança do prefeito; vontade política; montagem de uma estrutura administrativa com recursos humanos, técnicos e financeiros; e um plano baseado no diagnóstico do crime. Atualmente consultor das Nações Unidas, Velásquez presta assessoria em segurança pública para várias cidades da América Latina. Ele recebeu a **Gazeta do Povo** em seu apartamento, na zona norte de Bogotá.

Como Bogotá começou a reagir contra a violência?

A falta de segurança era um tema que preocupava o prefeito Antanas Mockus já durante a campanha [em 1994]. Quando foi eleito, Mockus tratou o tema como política pública. Na Colômbia, diferentemente do Brasil, a segurança é um dever constitucional dos prefeitos. Nosso foco foi reduzir os homicídios e investir em desenvolvimento social.

18 SET 2011

Que importância teve a restrição à venda de bebidas alcoólicas?

Um estudo da Universidade de Los Andes mostrou que a lei que obrigava bares e casas noturnas a fechar à 1 hora da manhã contribuiu em 14% na redução dos homicídios entre 1995 e 2002. O número de mortos em acidentes de trânsito também caiu: 15% só no primeiro ano. Outra medida, a restrição ao porte de arma, ajudou a reduzir em 8% o número de mortes.

Por que o Brasil tem dificuldade para controlar a violência?

O problema no Brasil é que não se trabalha em equipe. Para começar, são muitas polícias [Militar, Civil, Federal, Guarda Municipal]. Cada um trabalha por conta própria. É preciso montar uma equipe forte com polícia, Ministério Público, juízes e organismos de desenvolvimento social.

Qual é o papel da sociedade civil no combate ao crime?

Geralmente, pedimos às pessoas apenas que façam denúncias, mas creio que isso é um erro. Os cidadãos são atores muito mais importantes. Eles devem exigir resultados do Estado. E organizarem-se em universidades, centros de estudo e associações de moradores para exigir esses resultados. (SLD)

18 SET 2011

GAZETA DO POVO

Evento

2.º seminário nacional de direito penal e econômico

- **DATA:** de 21 a 23 de setembro.
- **LOCAL:** Unicuritiba. Rua Chile, 1.678 — Rebouças.
- **INFORMAÇÕES:** eventos@ibdpe.com.br

Anulou **NOTA POLÍTICA**

As provas obtidas pela operação da Polícia Federal que investigou o empresário Fernando Sarney e outros parentes do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), foram anuladas pelo Superior Tribunal de Justiça. Os ministros do STJ entenderam que os grampos que originaram as quebras de sigilo foram ilegais. A investigação da Operação Fator começou em fevereiro de 2007 e mostrou crimes de tráfico de influência em órgãos do governo federal, formação de quadrilha, desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro. Fernando nega as acusações.

BESSA



O presidente do Tribunal de Contas, Fernando Guimarães (à esq.), e o ex-deputado Marcelo Almeida foram prestigiar a sessão de autógrafos da jornalista

e bacharel em Direito Ana Zimmerman, que lançou na quinta-feira a segunda edição de seu livro *Direito direitos jornais*, na Saraiva Mega Store do Shopping Crystal.

8 SET 2011

GAZETA DO POVO

JOSÉ ANACLETO ABDUCH SANTOS

Contratações públicas

A fiscalização da execução do contrato é uma das tarefas mais importantes no processo da contratação. De nada vale um planejamento adequado e uma licitação correta se houver falhas na execução do objeto do contrato

O volume de contratações públicas com particulares gira em torno de 10% do PIB anual. Para que se tenha uma ideia, de janeiro a dezembro de 2009, apenas no âmbito da União foram gastos em torno de R\$ 49 bilhões em compras. Excluídas desse número as contratações de obras e de serviços. A despesa com contratações administrativas somente é superada pela despesa com o pagamento de pessoal.

Não é concebível, diante da magnitude dos números, que não haja uma intensa e permanente preocupação com o aperfeiçoamento dos processos de contratação. Não só porque o processo licitatório pode constituir um instrumento para a fraude, mas também porque, ainda que não haja fraude, a contratação deve ser sempre eficaz e eficiente, o que pressupõe e demanda capacidade técnica e jurídica.

Infelizmente, a preocupação com a regularidade e eficiência das contratações não é a regra. Há notícia de projetos básicos de engenharia produzidos no âmbito da administração com apenas duas ou três folhas. O processo da contratação pública tem, em suma, três fases de igual importância. Na primeira delas, a fase interna, se produz o planejamento da contratação. Nesta fase deve ser indicada qual é a solução técnica, econômica e juridicamente mais viável para atender à necessidade pública. A partir da solução encontrada, serão definidos quais os requisitos a serem exigidos dos potenciais interessados em contratar com o Estado — requisitos de habilitação. Devem ser realizados orçamentos, projetos básico e executivo. Enfim, o planejamento implica a precisa aferição de todos os detalhes técnicos e jurídicos, inclusive no que diz respeito às obrigações dos futuros contratados.

As falhas de planejamento implicam problemas na fase da disputa pública, e o que é pior, problemas graves na fase de execução contratual, exigindo a realização dos famigerados aditivos contratuais. Encerrado o planejamento, expede-se e publica-se o edital da licitação. Licita-se — segunda fase do processo de contratação —, e se efetiva o contrato. Inicia a fase de execução contratual, que deve ser rigidamente fiscalizada, para aferição da compatibilidade entre o que foi contratado e o que foi ou está sendo efetivamente executado.

Ocorre que as administrações nem sempre planejam correta e adequadamente as contratações. Desconhecimento da necessidade real e concreta a ser atendida pela via do contrato, projetos básicos inadequados e mal-elaborados, insuficientes e tecnicamente imprecisos; orçamentos estimativos irreais; inexistência de projetos executivos; fixação de requisitos de habilitação técnica ou econômico-financeira insuficientes ou definição incorreta dos encargos contratuais são algumas das inúmeras outras irregularidades que se encontram no planejamento de grande parte das contratações públicas.

Na outra ponta do processo, o dever poder de fiscalizar a execução dos contratos não é exercido satisfatoriamente. O Tribunal de Contas da União tem uma decisão célebre pela qual condenou uma autoridade pública a pesada multa porque designou para fiscalizar a execução de contrato de obra um servidor que não tinha tempo.

CONTINUA

18 SET 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

A fiscalização da execução do contrato é uma das tarefas mais importantes no processo da contratação. De nada vale um planejamento adequado e uma licitação correta se houver falhas na execução do objeto do contrato. Toda a energia e os recursos públicos gastos terão sido inúteis. Atente-se que não se cogitou de fraude ou crime. Os prejuízos decorrentes de falha de planejamento ou de falha no controle da execução contratual são totalmente imputáveis à incapacidade técnico-administrativa. São, contudo, prejuízos absolutamente evitáveis.

As administrações públicas devem promover a plena e adequada capacitação de todos os servidores que atuam na área de contratação pública. Além de capacitá-los, deve mantê-los capacitados, mediante permanente atualização, de forma interdisciplinar, em relação a todos os aspectos significativos do processo.

Em tempo: os editais de licitação somente devem ser publicados depois de prontos e adequados, logo, deveria constituir ato de improbidade administrativa querer que "o edital seja publicado ontem!"

José Anacleto Abduch Santos, advogado, é procurador do estado, mestre e doutorando em Direito Administrativo pela UFPR e professor do UniCuritiba.

CNJ reproduz gastos

9 SET 2011

que deveria combater

Despesas com passagens aéreas e festas aumentaram

60% neste ano

• Pagamentos de diárias em ascensão, programas que se assemelham a um trem da alegria, gastos com passagens aéreas, publicidade e eventos que somam milhões de reais, e aumento da assessoria direta do presidente. Exemplos de práticas descobertas em inspeções nos Tribunais de Justiça do país agora também atingem o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão criado para coibir hábitos como esses e melhorar a administração do Judiciário.

Em oito meses, o CNJ aumentou em 60% as despesas com passagens e ampliou a listagem de gastos com festas e homenagens, como coquetéis, almoços e posses. Os "convêscotes", palavra usada por um conselheiro e por um servidor, criaram despesas superiores a R\$ 685 mil neste ano, mais de cinco vezes o que o Supremo Tribunal Federal (STF) gastou no mesmo período com a mesma rubrica.

Dados do Sistema Integrado de Administração Financeira

do Governo Federal (Siafi) dos oito primeiros meses do ano, obtidos por intermédio da ONG Contas Abertas, mostram que as despesas do CNJ com diárias no Brasil e no exterior superaram R\$ 3,1 milhões, 21% a mais do que foi gasto no mesmo período de 2010. Com passagens aéreas, o conselho gastou nesse mesmo período mais de R\$ 1,6 milhão, 60% a mais do que no ano anterior.

A soma desses gastos é maior do que as despesas deste ano do CNJ com o pagamento de vencimentos e salários — R\$ 4,1 milhões, conforme dados oficiais. O que o conselho gastou em 2011 apenas com as passagens aéreas é quase o dobro do que foi investido de 2008 a 2010 nos mutirões carcerários, conforme dados da gestão de Gilmar Mendes.

Auxílio-sessão

Esses números do Siafi e dados do próprio CNJ revelam que, além do salário — que varia de R\$ 22,9 mil à R\$ 27,7 mil —, os conselheiros recebem uma espécie de "auxílio-sessão", conforme levantamento feito no site do conselho.

Eles recebem diárias e passagens para ir a Brasília participar das sessões de julgamento. Mesmo os que se afastaram de suas atividades para se

dedicar exclusivamente ao conselho ganham os benefícios. Os números do próprio CNJ revelam que esses extras e as constantes viagens permitem que um conselheiro receba em um mês o equivalente a R\$ 28 mil em diárias.

Para compensar gastos como esses, a secretaria-geral da presidência do CNJ tenta conter despesas de outros órgãos do colegiado, como a Corregedoria Nacional. Situação que criou recentemente rixas, discussões e conflitos entre a presidência e a corregedoria e acusação de lado a lado de quem seria o real responsável pelo aumento de gastos.

O aumento também ocorreu no comando do CNJ. Durante sua gestão — até abril de 2010 — Gilmar Mendes convocou seis juizes para auxiliá-lo no exercício da presidência. Cezar Peluso, atual presidente do conselho, convocou 13 juizes para desempenharem a mesma função. Cada um recebe uma passagem aérea do tribunal para retornar ao Estado de origem, além de auxílio-moradia e do próprio salário.

Gastos "inevitáveis"

Por intermédio de sua assessoria, o CNJ admitiu que os gastos com viagens e diárias cresceram. Entretanto, argumentou que essas despesas são inevitáveis e necessárias para o funcionamento do órgão. Ainda conforme o CNJ, os conselheiros recebem diárias e passagens aéreas para comparecer às sessões do conselho porque não são obrigados a morar em Brasília.

GAZETA DO POVO

Menores têm

acesso

fácil ao álcool

19 SET 2011

Comerciantes ignoram lei que proíbe a venda de bebidas.

Fiscalização deficiente e consentimento da família também contribuem para o consumo precoce.

*Cíntia Junges,
especial para a Gazeta do Povo*

Nem a lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas a menores de idade e tampouco as punições atribuídas a quem é flagrado descumprindo a norma têm sido suficientes para evitar que comerciantes continuem vendendo esse tipo de produto a crianças e adolescentes. A comprovação vem dos próprios jovens consumidores, que afirmam ter acesso fácil ao álcool a qualquer hora do dia ou da noite. "Nunca tive dificuldades para comprar bebidas, mesmo sendo menor", conta o estudante Marcos*, de 17 anos, morador do Bairro Alto, em Curitiba.

Segundo ele, alguns amigos já foram barrados em supermercados de grandes redes, mas, na maioria das vezes, conseguiram comprar cerveja e destilados sem qualquer problema em bares e postos de gasolina. Barrado uma vez apenas, quando tentava comprar cerveja em um supermercado de Curitiba, o adolescente Jônas*, de 16 anos, do Fazendinha, confessa que em estabelecimentos menores, geralmente nos bairros, não há

qualquer tipo de restrição com relação à venda de bebidas para menores. "Meu primeiro porre foi aos 14 anos, numa festa com amigos", relembra, enfatizando que costuma beber longe dos olhos da família.

De acordo com a pesquisa do Ibope, quase metade dos adolescentes (49%) é levada a beber por influência de amigos. A família é apontada como a segunda grande responsável pela iniciação alcoólica dos jovens. Para a juíza da 1.ª Vara da Infância e da Juventude de Curitiba, Lúcia Munhoz Mattos Guedes, o fato de os próprios familiares admitirem e estimularem o consumo de bebidas alcoólicas em casa dificulta o controle e a fiscalização. "Se os pais toleram e consomem bebidas junto com os filhos, como o Estado pode combater essa prática nas ruas?", questiona.

Para a mãe do adolescente Marcos*, o hábito de beber do filho nunca foi incentivado pela família, mas por amigos. Ela conta que ninguém em casa tem o costume de beber e que procura orientar o filho sobre os perigos das bebidas, pois considera que "o álcool é a porta de entrada para drogas mais pesadas".

Para donos de bares, a dificuldade em impedir o consumo de álcool por crianças e adolescentes está na falta de fiscalização e no fato de muitos jovens tentarem burlar a lei. "É comum jovens falsificarem documentos para poder frequentar lugares que impõem restrições a menores", diz o presidente da

Associação Brasileira de Bares e Casas Noturnas (Abrabar), Fábio Aguayo. Na opinião dele, a fiscalização deveria ser mais abrangente, incluindo ruas, praças e postos de gasolina, onde parte dos menores barrados em bares e casas noturnas se reúne para beber.

Punição

Com base em lei estadual de 2009, quem for flagrado vendendo bebidas alcoólicas para menores de idade recebe uma advertência. Se o estabelecimento for reincidente, o responsável terá de pagar multa de R\$ 5 mil, além de correr o risco de perder o registro formal na Receita Estadual, sendo obrigado a fechar o local. Além disso, o artigo 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê pena de dois a quatro anos de detenção para comerciantes que descumprirem a lei que proíbe a venda de bebidas a menores.

*Nomes fictícios.

CONTINUA

19 SET 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Venda de bebidas é restrita em mercados

Algumas redes de supermercado do Paraná têm adotado sistemas de informática e procedimentos no caixa que bloqueiam a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos. Interessada em não se tornar a vilã das estatísticas recentes do Ibope — que mostram que 45% dos adolescentes de 12 a 17 anos já experimentaram álcool e que 39% compraram a bebida sem restrições —, a iniciativa privada tem adotado medidas para reforçar o cumprimento da lei.

No final de agosto, a AmBev e o Grupo Pão de Açúcar anunciaram o programa Supermercado de Responsa, que envolve um mecanismo prático de bloqueio de vendas: um sistema instalado nos caixas reconhece, por meio do código de barras, a passagem de bebidas alcoólicas. Se o consumidor aparentar menos de 18 anos de idade, cabe ao operador de caixa solicitar a apresentação do documento de identidade para liberar a venda.

O sistema se soma ao procedimento existente na rede Walmart desde 2007. De acordo com o diretor de operações do Walmart Paraná, Elton Brito, o sistema tem se mostrado bastante eficaz nesses quatro anos. "Todos os atendentes da rede receberam treinamento para solicitar a identificação de acordo com a fisionomia do cliente", afirma.

Nas seis lojas do Pão de Açúcar e Extra em Curitiba, os funcionários passaram 15 dias testando o sistema e recebendo instruções para lidar com situações problemáticas. "Focamos no envolvimento e conscientização dos atendentes, pois o sucesso do programa também depende deles", afirmou Ronaldo Alves dos Santos, gerente de uma das lojas do Pão de Açúcar. Ao todo, 395 lojas das redes Pão de Açúcar, Extra e Assaí, em São Paulo e no Paraná, já disponibilizaram o sistema e o treinamento para os funcionários.

"Se os pais toleram e consomem bebidas junto com os filhos, como o Estado pode combater essa prática nas ruas?"

Lídia Munhoz Mattos Guedes, Juíza da 1ª Vara da Infância e da Juventude de Curitiba.

Fiscalização

Apesar de estarem sujeitos à lei federal que proíbe a venda de bebidas alcoólicas a menores, os supermercados não são alvos da fiscalização. No Paraná, a Secretaria de Estado da Segurança Pública coordena as Ações Integradas de Fiscalização Urbana (Aifu), uma parceria de diversos órgãos cujo objetivo é fiscalizar e fazer cumprir a lei. No entanto, os supermercados não são o alvo dessas ações que, dentre outras coisas, inspecionam a venda de bebidas a menores de idade em bares, restaurantes e casas noturnas. (CJ)

Á FORA

Cerco à venda também existe no exterior

Nos Estados Unidos, a legislação não é a mesma para todos os estados. Em 31 das 50 unidades federativas, o consumo e a venda de álcool só são permitidos para maiores de 21 anos, mediante a apresentação do documento de identidade. Estabelecimentos e pessoas que forem flagrados vendendo bebidas alcoólicas a menores são responsabilizados criminalmente no país.

Outros países

Na França, desde o início deste ano, a venda de bebidas a menores de 18 anos está proibida. Até então, o consumo era permitido por jovens acima de 16 anos de idade. Quem for pego infringindo a lei terá de arcar com uma multa de 7,5 mil euros, o equivalente a R\$ 17 mil. Alguns países como a Argentina, Colômbia e México também têm leis que regulamentam a idade mínima de 18 anos para o consumo e compra de bebidas alcoólicas. (CJ)

19 SET 2011

GAZETA DO POVO

TIAGORECCHIA



19 SET 2011

GAZETA DO POVO PARTIDOS, FICHAS-SUJAS E O ELEITOR

O PSD (Partido Social Democrático) é a nova estrela da constelação partidária brasileira. Criado pelo prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, surge como força emergente do Congresso, atraindo no pouco tempo de vida uma leva de parlamentares para sua sigla. Porém o que era para ser supostamente um fato novo na política na prática está mostrando justamente o contrário. Os mesmos vícios de que padecem os demais partidos facilmente podem ser identificados no PSD.

Além da falta de uma identidade ideológica – Kassab afirmou que o partido não será nem de oposição nem da situação – um mal maior já diagnosticado na incipiente agremiação é a presença de parlamentares com vida pregressa obscura. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo* estampou em recente reportagem, pelo menos um em cada cinco congressistas eleitos que irão se filiar ao PSD responde a inquérito ou ação no Supremo Tribunal Federal.

A contaminação do PSD com filiados fichas-sujas mostra uma realidade que é comum na política brasileira, infestada de nomes que não reúnem as mínimas condições ao exercício do mandato eletivo. Mudar esse estado de coisas depende fundamentalmente de duas providências: a primeira remete diretamente aos partidos, que precisem adotar critérios mais rigorosos de escolha de seus candidatos, evitando a entrada de maus elementos; em segundo lugar, mas não menos significativo, está o papel a ser desempenhado pelos eleitores.

Votar conscientemente, essa é a grande arma da cidadania que precisa ser exercida por todos os brasileiros com a necessária responsabilidade. Os escândalos que tomam conta das manchetes, nas esferas federal, estadual e municipal mostram claramente que a política, como é praticada atualmente no Brasil, precisa mudar com urgência. Não é mais possível tolerar os desmandos patrocinados por

notórias figuras que orbitam junto às esferas do poder locupletando-se à custa de conchas e interesses inconfessáveis.

Votar conscientemente é não fazer da cédula depositada na urna uma mercadoria ou moeda de troca. É escolher um candidato com capacidade e aptidão moral ao exercício do mandato, contribuindo com suas propostas para a melhoria da vida da coletividade. O cenário político está hoje infestado de carreiristas e velhas raposas que fazem do mandato um instrumento praticamente vitalício voltado aos interesses próprios ou dos grupos aos quais pertencem. No âmbito federal, a queda recente de vários ministros envolvidos em negócios nebulosos mostra o grau de contaminação da função pública pela ação de maus agentes. Uma realidade de desmandos que também se repete amíúde nas esferas dos estados e municípios.

Estão vivos na memória dos paranaenses os escândalos perpetrados na Assembleia Legislativa do Estado e tornados públicos em série de reportagens da *Gazeta do Povo* e *RPCTV*. Por décadas, deputados, diretores e funcionários se locupletaram graças ao desvio de recursos através de funcionários fantasmas e laranjas. Irregularidades também estão sendo levantadas na Câmara Municipal de Curitiba, na qual contratos de publicidade mal-explicados colocaram sob suspeita a presidência da Casa. Diante de tantas irregularidades fruto do desvio de comportamento dos detentores de cargos eletivos, a eleição municipal do próximo ano é mais uma oportunidade que o eleitor terá de começar a corrigir uma situação que se tornou crônica no país.

Votar conscientemente, essa é a grande arma da cidadania que precisa ser exercida por todos os brasileiros com a necessária responsabilidade

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Gafanhoto

19 SET 2011

O deputado federal paranaense Hidekazu Takayama (PSC, foto) pode ser julgado na próxima quinta-feira pelo Supremo.



foto: Elina Casaca do Povo

Takayama é investigado por suposto desvio de verbas públicas, na época que era deputado estadual, envolvendo a contratação de funcionários fantasmas na Assembleia Legislativa do Paraná – no escândalo dos gafanhotos. A investigação do Ministério Público Federal e da Polícia Federal apontou para um suposto esquema no qual os salários de servidores era depositado na conta bancária de uma única pessoa – quase sempre ligada ao parlamentar. A PF abriu 74 inquéritos, um para cada conta suspeita de irregularidade. O processo contra Takayama tramita no STF por causa do foro privilegiado do deputado. O parlamentar não foi encontrado ontem para comentar a ação.

COLUNA DO LEITOR

CNJ

A proposta de tirar do CNJ a possibilidade de investigar magistrados sem que haja solicitação dos próprios tribunais é corporativista. As corregedorias são ineptas e normalmente protegem os seus pares. O CNJ é órgão de controle. Sua função precisa ser interpretada com o enunciado constitucional que diz "todo poder emana do povo e em seu nome é exercido". O CNJ é o único mecanismo que tem o cidadão para reclamar contra magistrados. Restringir sua ação é retrocesso.

Joel Geraldo Coimbra, Maringá

EVENTO

Encontro para uma adoção consciente

- ▶ DATA: 24 de setembro (das 15 às 17 horas).
- ▶ REALIZAÇÃO: Grupo de Apoio Adoção Consciente.
- ▶ PALESTRA: Meu filho chegou. E agora.
- ▶ PARTICIPAÇÃO: Renata P.S. Casanova.
- ▶ LOCAL: Escola do Bosque Mananciais. Rua Mateus Leme, 4.248 – São Lourenço.
- ▶ INFORMAÇÕES: (41) 3353-7895 ou 8442-0129.

PARÁ

Jovens são violentadas em presídio

Uma adolescente de 14 anos foi resgatada pela Polícia Militar do Pará depois de, segundo ela, passar quatro dias sendo abusada sexualmente por detentos da Colônia Agrícola Heleno Fragozo, em Santa Isabel do Pará. A jovem foi entregue ao Conselho Tutelar no sábado. Em depoimento, ela disse que foi aliciada na segunda-feira passada, com mais duas jovens, por uma mulher na Praia do Outeiro, distrito de Belém. Ainda de acordo com a garota, elas foram drogadas, embriagadas, espancadas e forçadas a fazer sexo com vários detentos da casa penal ao longo da semana. Na madrugada de sábado, ela conseguiu fugir. Não há informação sobre as outras garotas. Hoje, a adolescente deve ser submetida a mais exames e tomará vacinas contra doenças venéreas. O diretor do presídio e os agentes, que estavam de serviço nos dias em que a violência foi cometida, foram exonerados.

19 SET 2011

GAZETA DO POVO

Sarney e Requião trocam favores

Acordo para permuta de funcionários beneficia mulher do atual secretário de Segurança do Paraná

Karlos Kohlbach e Heliberton Cesca

Uma troca de favores envolvendo funcionários do senador paranaense Roberto Requião (PMDB) e do presidente do Senado, José Sarney (PMDB), beneficiou diretamente um aliado do governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), — o atual secretário estadual da Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César Sobrinho.

O acordo previa o seguinte: a funcionária da presidência Luciana Teixeira Gallerani, mulher de César Sobrinho, passaria a trabalhar com Requião e, em contrapartida, José Benedito Pires Trindade, assessor de imprensa do senador e ex-secretário estadual da Comunicação, sairia do gabinete do político paranaense para dar expediente na presidência do Senado. O "troca-troca" permitiu que Luciana fosse destacada para trabalhar no escritório político de Requião em Curitiba, podendo morar com o marido.

Caso permanecesse como servidora da presidência, ela teria de dar expediente na sede do Senado. A troca foi possível porque Pires também trabalha no Senado, em Brasília. O regimento interno da Casa veda a cessão de funcionário lotado na administração para trabalhar em escritórios políticos dos senadores nos estados.

Em entrevista à *Gazeta do Povo*, Pires explicou os bastidores da troca e afirmou que a única intenção era permitir que Luciana pudesse morar em Curitiba ao lado da família sem perder o cargo no Senado.

"Ela [Luciana] estava vinculada à presidência. O marido foi nomeado secretário da Segurança e mudou-se para Curitiba. Ela queria, então, ser deslocada para o gabinete de algum senador do Paraná, que possibilitasse, assim, sua transferência para o Paraná", explicou Pires. "A presidência [do Senado] solicitou isso ao senador [Requião], que concordou em fazer a troca. O Sarney conversou com o Requião e o Requião disse que não haveria nenhum obstáculo da parte dele para que ela trabalhe em Curitiba. Nada disso é ilegal, nada disso é clandestino", completou.

Requião acabou ganhando mais um cargo em seu gabinete. Além de poder contar com os serviços de Luciana, o senador paranaense continua tendo Benedito Pires como seu assessor de imprensa. Isso porque Sarney cedeu o funcionário para que ele permanecesse trabalhando com Requião. O salário do assessor é pago pela presidência do Senado. A assessoria da instituição explicou que não há qualquer ilegalidade na cessão funcional de Pires.

Em maio deste ano, o acordo foi selado e publicado no Diário Oficial da União. O ato da presidência número 89 exonera Luciana e, no mesmo dia, a contrata para trabalhar com Requião. O ato 90 exonera Benedito Pires e o nomeia na presidência para logo depois ser cedido para trabalhar com Requião. Com a troca de cargos, Pires e Luciana não tiveram perdas nem ganhos salariais. De acordo com a tabela de remuneração do Senado, o vencimento para o cargo de assessor técnico SF02 é de R\$ 5,8 mil por mês, podendo chegar até R\$ 16,3 mil com gratificações.

A proximidade entre Requião e Reinaldo de Almeida César Sobrinho é antiga. O secretário já trabalhou como chefe de gabinete de Requião de março a dezembro de 1991, durante o primeiro mandato do peemedebista no Palácio Iguçu.

CONTINUA

19 SET 2011

GAZETA DO POVO

O ACORDO CONTINUAÇÃO

Diário Oficial da União registra o acordo dos senadores José Sarney e Roberto Requião para trocar funcionários. A mudança beneficiou Luciana Gallerani, mulher do secretário estadual da Segurança, Reinaldo de Almeida César Sobrinho. No mesmo decreto, Luciana é demitida e já recontratada para trabalhar com Requião.

SENADO FEDERAL

ATOS DE 5 DE MAIO DE 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, resolve:

Nº 89 - exonerar LUCIANA PEIXEIRA GALLERANI, matrícula nº 152952, do cargo, em comissão, de Assessor, SF02, da Presidência do Senado Federal, e nomeá-la para o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, SF02, do Gabinete do Senador Roberto Requião.

Nº 90 - exonerar JOSÉ BENEDITO PIRES TRINDADE, matrícula nº 145935, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, SF02, do Gabinete do Senador Roberto Requião, e nomeá-lo para o cargo, em comissão, de Assessor, SF02, da Presidência do Senado Federal.

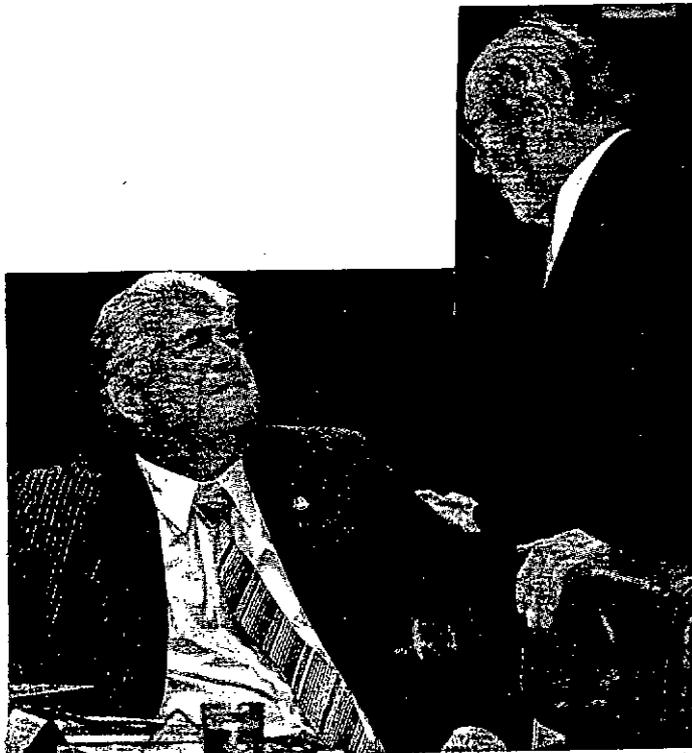
Senador JOSÉ SARNEY

R\$5,8 mil

é o salário base de um assessor técnico SF02, podendo chegar a **R\$ 16,3 mil com gratificações.**

"Nada disso é ilegal, nada disso é clandestino."

José Benedito Pires Trindade,
assessor de imprensa de Requião.



Roberto Requião e José Sarney no plenário do Senado: acordo beneficiou paraense, que ganhou um funcionário pago pela presidência da Casa.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OUTROLADO

19 SET 2011

Assessor de senador afirma que troca não é ilegal

O presidente do Senado, José Sarney, e o senador Roberto Requião, ambos do PMDB, não comentaram sobre a troca de favores entre os gabinetes para que Luciana Teixeira Gallerani, mulher do secretário da Segurança Pública do Paraná Reinaldo de Almeida César Sobrinho, pudesse morar em Curitiba. Os dois foram procurados para comentar o assunto por meio das respectivas assessorias de imprensa e nenhum deles respondeu aos questionamentos.

O assessor de imprensa de Requião, José Benedito Pires Trindade, disse não ter ficado constrangido com a situação funcional dele. O ex-secretário de Comunicação precisou sair do gabinete do senador paranaense para "abrir" uma vaga a Luciana e, atualmente, está contratado pela presidência do Senado cedido a Requião. "Claro que não me incomoda, por que me incomodaria? Estou cedido a ele [Requião] e presto serviço a ele, como prestava antes." Ele ressaltou que não há nenhuma irregularidade. "Nada disso é ilegal, nada disso é clandestino."

Luciana e o marido, o secretário de Segurança, também foram

procurados, mas não retornaram os pedidos de entrevista. Na sexta-feira, a assessoria de Imprensa da Secretaria de Segurança informou que César Sobrinho estava em Telêmaco Borba, na região dos Campos Gerais, em uma audiência pública. Ele não retornou o telefonema.

A reportagem da **Gazeta do Povo** ligou na sexta-feira pela manhã para o escritório político de Requião, em Curitiba, para falar com Luciana. Uma funcionária do escritório informou que ela não estava, mas que iria trabalhar no período da tarde. No entanto, no fim da tarde de sexta-feira a mesma funcionária disse que Luciana não tinha ido trabalhar porque teria levado a mãe ao médico.

Washington Alves da Rosa, funcionário também do Senado e coordenador do escritório político de Requião em Curitiba, explicou por e-mail que Luciana "trabalha no setor de contatos com a comunidade e cuida das correspondências do senador e das redes sociais (site, blog, Facebook, Twitter etc). E que [ela dá] expediente normal, das 8 às 18 horas". (KK e HC)

17 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA TJ mantém Ana Laura livre de depoimento

Loriane Comeli

Reportagem Local

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná manteve liminar que dispensa a primeira-dama, Ana Laura Lino, de ser ouvida como testemunha de acusação no processo criminal que apura formação de quadrilha, falsidade ideológica, desvio de dinheiro e corrupção de agentes públicos e particulares por meio de contrato entre o Instituto Galatas e a Prefeitura de Londrina. O mérito de habeas corpus impetrado pela defesa da primeira-dama foi julgado na última quinta-feira. O processo tramita na 3ª Vara Criminal.

A Câmara Criminal votou de forma unânime mantendo o voto do relator, desembargador Lídio José Rotoli de Macedo. A defesa da primeira-dama argumentou que ela poderia ser prejudicada em sua defesa, já que é citada em outra ação do Ministério Público.

O MP de Londrina informou que não sabia da decisão do TJ e que eventual recurso deve ser proposto pela Procuradoria-Geral de Justiça. O advogado Antonio Mendes não foi localizado na tarde de ontem pela reportagem.

17 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA FRAUDE NA SAÚDE

Justiça mantém fiança de
R\$ 1 mi para presidente do Ciap

TRF mantém fiança de R\$ 1 mi para Dinocarme

Presidente do Ciap é acusado
de participação em esquema
fraudulento que teria desviado
R\$ 29 milhões da saúde em Londrina

Loriane Comeli
Reportagem Local

O desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), Néfi Cordeiro, negou ontem habeas corpus a Dinocarme Aparecido Lima e a sua enteada Elzira Verginia Mariane Guides Martins, condenados a 17 e 14 anos de prisão, respectivamente, por participação no esquema fraudulento no Centro Integrado de Apoio Profissional (Ciap) - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), com sede em Londrina, acusada de desvio de aproximadamente R\$ 29 milhões.

Com o habeas corpus, a defesa queria retirar as fianças de R\$ 1 milhão para Dinocarme e de R\$ 545 mil para Verginia estipuladas pelo juiz federal Sérgio Fernando Moro para que os réus recorressem em liberdade. A defesa alegou que o "astronômico valor" seria o mesmo que negar o direito dos

réus de apelar em liberdade, já que, segundo os advogados, seria impossível o pagamento.

Porém, o desembargador entendeu que a sentença não condiciona ou impede a liberdade dos réus e que a substituição da prisão por fiança se constitui numa medida cautelar menos grave. Além disso, frisou que o juiz de primeiro grau permitiu o parcelamento em cinco vezes do valor. A decisão de Cordeiro é válida até o julgamento do mérito do habeas corpus pela 7ª Turma do TRF, sem data definida. Na semana passada, o mesmo desembargador havia negado habeas corpus a outro réu do Ciap: José Ancioto Neto. A fiança arbitrada para ele foi de R\$ 545 mil.

Ao todo, doze réus foram condenados à pena de prisão no caso Ciap. Para o juiz Sérgio Moro, os crimes de lavagem de dinheiro e peculato ficaram devidamente provados e são extremamente graves. Na senten-

ça, com data de 29 de agosto, ele afirmou que há indícios de que os réus teriam patrimônio significativo no exterior e até mesmo um cassino na Guatemala, o que tornaria imperativo o uso de medida cautelar. "A melhor forma de vincular alguém ao processo é a exigência de fiança, pois a quebra implica a perda da metade do valor, e caso o condenado não se apresente para o cumprimento da pena, a perda é total", explicou Moro, dizendo ainda que o valor exigido na fiança é menor que o dinheiro desviado e "lavado" no Ciap.

A reportagem manteve contato com o escritório do advogado Alberto Zacarias Toron, em São Paulo, mas a responsável pelo caso não pôde conceder entrevista.

17 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

Justiça manda Itaú devolver cobrança abusiva

Continua o baixo astral no banco Itaú, aquele que tentou esconder o assalto a 170 cofres de sua agência da Av. Paulista. Agora, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro negou recurso do banco contra a sentença que o condenou a depositar R\$ 58 na conta de cada correntista que tenha pagado "tarifa de renovação de cadastro", em 2009. A ação foi movida pelo Ministério Público do Estado. Decisão unânime.

Repasse ilegal

Segundo o promotor Pedro Rubim Fortes, a cobrança da tarifa no Itaú é ilegal: bancos não podem repassar custos de deveres legais ao cliente.

Cara-de-pau

O banco Itaú vinha cobrando dos clientes uma tarifa para investigá-los, conferindo endereços e checando seus nomes no SPC e Serasa.

Saúde dos Advogados

Londrina- A Comissão da Mulher Advogada da Subseção da OAB realiza a II Semana da Saúde dos Advogados, de 6 a 8 de outubro. O evento será sediado nos Fóruns Cível e do Trabalho e tem como foco a saúde dos advogados. Para o dia 8 de outubro está marcada uma caminhada às margens do Igapó. Mais informações pelo fone (43) 3294-5900.

17 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Derosso lança blog

Ontem, dia em que começaram os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o vereador João Cláudio Derosso (-PSDB), presidente da Câmara Municipal de Curitiba, foi lançado um blog em defesa do tucano (<http://joaoclaudioderosso.blogspot.com>). No entanto, este blog parece estar acessível apenas a convidados do vereador, pelo menos neste início. Os apoiadores de Derosso prometem atualizar a página diariamente com depoimentos e esclarecimentos.

Silêncio

Derosso está há dois meses sem falar com a imprensa, desde que apareceram as primeiras denúncias de favorecimento da empresa Oficina da Notícia, de propriedade da esposa do tucano, Cláudia Queiroz Guedes, em contratos de publicidade firmados pela Câmara, no período de cinco anos. Desde então, Derosso tem sido alvo de outras supostas irregularidades: denúncias de nepotismo (Derosso teria contratado a cunhada na Câmara), de propaganda em jornal fantasma e de ter beneficiado um sobrinho em contratos de serviço milionários firmado pela Câmara.

17 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

Moralização da política

Amoralização na política é urgente. Proposta como a da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de acabar com os sigilos bancário e fiscal de todos os ocupantes de cargos eletivos – presidentes, governadores, deputados estaduais e federais, senadores, prefeitos e vereadores – e funcionários em cargos comissionados, tem que ser apoiada. Medidas como esta, sem dúvida, ajudariam a reduzir os escândalos de corrupção presentes em todas as esferas da administração pública.

No Brasil, a cultura de “levar vantagem” ainda está muito presente. Este fator contribui, de certa forma, para que a corrupção também seja aceita entre a população. Muitos candidatos disputam eleições com vistas a vantagens futuras. E, frequentemente, a conta chega. Denúncias de corrupção são reveladas todos os dias. Mas como cobrar uma postura ética dos políticos se muitos cidadãos não fazem a sua parte? Como bem relatou o presidente da OAB, Ophir Cavalcanti, oferecer propina a policiais para impedir uma multa de trânsito ou pedir favores em troca de voto são atitudes comuns que não po-

dem perdurar. Os bons exemplos devem ser dados em todas as esferas.

É preciso que a sociedade esteja coesa em torno do objetivo comum: acabar definitivamente com a corrupção. Imprensa livre, engajamento da população e de entidades que a representam e

justiça célere são alguns dos itens que irão colaborar para mudar esse cenário. Pressionar o Congresso para a aprovação do projeto de lei de iniciativa popular, que será proposto pela OAB, também é de fundamental importância. Chegamos ao limite da situação e é necessário mudar o panorama.

Não dá mais para compactuar com políticos tradicionais, “do rouba, mas faz” ou dos que querem levar vantagens a todo custo. A política deve ser exercida com responsabilidade e sempre voltada ao bem comum. Estamos em ano pré-eleitoral e todas as atenções devem estar voltadas ao comportamento de postulantes e detentores de cargos públicos. É preciso escolher melhor os candidatos, avaliar sua vida pregressa e suas propostas. Apenas o voto consciente pode melhorar a administração pública.

Como cobrar uma postura ética dos políticos se muitos cidadãos não fazem a sua parte?

7 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

Governo quer transferir 3 mil presos

Até o final de 2014, 15 mil detentos que estão em delegacias passarão para a custódia da Secretaria da Justiça

Londrina- Até 2012, cerca de 3 mil presos condenados mantidos em delegacias serão transferidos para penitenciárias. A informação foi dada pela secretária da Justiça e Cidadania, Maria Tereza Uille Gomes, ao secretário da Segurança Pública, Reinaldo de Almeida Cesar, e ao delegado-chefe da Polícia Civil, Marcus Vinicius Costa Michelotto, durante reunião ontem. De acordo com a secretária, até o final de 2014 os 15 mil presos em delegacias estarão sob a custódia da Secretaria da Justiça.

Durante o encontro, delegados da capital e do interior expuseram para Maria Tereza a realidade das delegacias de suas localidades. Ela informou que, em Foz do Iguaçu, onde não há presos em distritos, está sendo construído um prédio atrás da cadeia pública, em caráter de emergência, com capacidade para mais 256 detentos. A data de entrega está prevista para novembro.

Almeida Cesar disse que há meses vem conversando com Maria Tereza para discutir a situação dos presos nas cadeias públicas do Paraná. "Nosso Estado é o segundo com a maior população carcerária em delegacias no País. Em São Paulo, são 7 mil. No Paraná, são quase 15 mil. Precisamos

mudar essa realidade e a secretária tem mostrado que quer nos ajudar", acrescentou.

Michelotto entregou uma lista com 26 unidades do interior do Estado que necessitam de transferência de presos. "A superlotação carcerária prejudica não só os detentos, mas também os policiais, que correm riscos graves com as cadeias lotadas e têm que preservar a ordem nas carceragens, em vez de estar nas ruas garantindo segurança à população", afirmou.

A secretária pediu paciência, porque essa situação foi se desenvolvendo durante muitos anos. De imediato, ela disse que estão previstas 720 vagas em Cruzeiro do Oeste (Noroeste), 1.480 em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba, e 330 para regime semiaberto em Maringá (Noroeste). As três unidades deverão ser entregues no fim deste ano.

Para o delegado-chefe da 10ª Subdivisão Policial de Londrina, Márcio Amaro, a medida vai refletir positivamente no trabalho da Polícia Civil. "Atualmente cerca de 20 policiais estão cuidando de presos, o que prejudica significativamente o andamento das investigações na cidade. A demanda é grande", afirmou. O número de policiais civis que atuam em Londrina é 64. Desses,

apenas 12 desempenham o papel de investigador. Um grupo é responsável por questões administrativas.

Outro benefício apontado por Amaro é a possibilidade de minimizar a superlotação das quatro delegacias, que estão acima da capacidade. O 2º e o 5º distritos abrigam homens, enquanto o 3º e o 4º recebem mulheres. Com capacidade para atender 216 detentos, atualmente 550 presos estão distribuídos nas delegacias da cidade.

De acordo com o delegado-chefe, a dificuldade maior está em remanejar as mulheres, uma vez que a penitenciária feminina está na capital. "A cidade tem 160 detentas e 40% delas são condenadas", calculou. A expectativa de Amaro é que os presos comecem a ser remanejados até o final deste ano.

FOLHA DE LONDRINA

JURISPRUDÊNCIA

Urbs não poderá aplicar multas em Curitiba 18 SET 2011

Para TJ, Urbs não pode aplicar multas em Curitiba

A justificativa é que, por lei, somente empresas públicas têm poder de polícia para punir os infratores no trânsito

Rubens Chueiré Jr.
Equipe da FOLHA

Curitiba - O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) decidiu em sessão, antontem, que a Urbanização de Curitiba S.A. (Urbs) não tem competência para legislar ou aplicar multas no trânsito da Capital. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) foi movida pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR), pois a Urbs é uma empresa de economia mista e, por lei, somente empresas públicas têm poder de polícia para aplicar multas de trânsito.

A Adin tramita na Justiça desde 1995. A decisão, tomada por unanimidade pelos 20 desembargadores que integram o Órgão Especial, vale a partir da publicação do acórdão, o que deve acontecer em uma semana.

A Urbs pode recorrer da decisão, mas a suspensão do direito de fiscalizar o trânsito entra em vigor a partir da data de publicação. Com isso, o Batalhão de Policiamento de Trânsito (BPTran) da Polícia Militar ficará responsável pelo controle do trânsito.

Conforme informou o

TJPR, de acordo com o desembargador Adalberto Xisto Pereira, assim que a decisão for publicada, a Urbs deverá suspender a emissão de multas e desativar os radares de trânsito. Todas as ações de fiscalização da empresa, inclusive por meio dos agentes da Diretran, deverão ser suspensas.

A decisão, no entanto, não será retroativa - quem foi multado até então não terá o direito de recorrer. Dois desembargadores votaram para declarar (a ilegalidade) desde 1995, mas a proposição não foi acolhida,

A ação foi movida pelo Ministério Público do Paraná

pois causaria um prejuízo enorme para o município, com indenizações e restituições. "Debatemos no sentido de que, não obstante a Urbs não poder aplicar multas, as pessoas que foram penalizadas cometeram infração", disse o desembargador.

A prefeitura de Curitiba poderá recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar obter um efeito suspensivo. A assessoria da Urbs informou que a empresa ainda não foi notificada oficialmente e, por isso, não vai se pronunciar sobre o assunto.

18 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA MILITÃO

Na entrega do título de Cidadão Honorário Londrina ao presidente e ao vice-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, o reitor da UniFil, prof. Eleazar Ferreira com os homenageados, desembargadores Miguel Kfoury Neto e Onésimo Mendonça de Anunciação, seus grandes amigos



FOLHA DE LONDRINA

TSE abre novo prazo para PSD se manifestar

18 SET 2011

Brasília – A ministra Nancy Andrighi, que relata o processo de registro do PSD no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), determinou na noite de sexta-feira a abertura de prazo de 48 horas para manifestações das partes envolvidas no processo de registro do PSD. A medida deve-se à anexação de novos documentos nos autos, tanto do PSD como dos partidos contrários à criação da legenda.

O PTB anexou documentos pedindo a interrupção do processo porque alega não ter feito sustentação oral no julgamento do registro do PSD em nove tribunais regionais eleitorais (Acre, Paraná, Piauí, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Espírito Santo e Amazonas). Também argumenta que a certidão concedida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro deve ser anulada porque o presidente da corte, Luiz Zveiter, tem um irmão parlamentar, Sérgio Zveiter, que deixou o PDT e pretende se filiar ao PSD.

Já o DEM anexou aos autos um DVD com depoimentos de eleitores que disseram ter trocado assinaturas de apoio à criação do partido por cestas básicas. A gravação em vídeo já havia sido despachada para o Ministério Público analisar. A ministra Nancy Andrighi declarou que ainda não assistiu ao DVD.

Outra movimentação no processo foi a anexação de certidões pelo PSD. O partido tenta atender às demandas feitas quinta-feira pela vice-procuradora-geral Eleitoral, Sandra Cureau.

A ministra Andrighi abriu prazo de 24 horas para que os partidos impugnantes tenham acesso aos documentos juntados pelo PSD, depois deu mais 24 horas para o Ministério Público se manifestar.

O TSE não sabe se o processo correrá no fim de semana, exceção que poderia ser justificada pelos prazos apertados. Caso o PSD não obtenha o registro até o dia 7 de outubro, não poderá participar das eleições municipais de 2012. A contagem de prazo no fim de semana ocorre apenas durante o período eleitoral, quando os tribunais funcionam em regime de plantão.

INFORME Mais unidades

O Ministério da Justiça deve anunciar nos próximos dias a liberação ao governo do Estado de cerca de R\$ 120 milhões para obras de reforma, ampliação e construção de novas unidades prisionais no Paraná. A informação foi dada pelo governador Beto Richa durante reunião, na última semana, em Maringá, com os 30 prefeitos da Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense (Amusep). Segundo Richa, as negociações com o Governo Federal estão bem adiantadas e a presidente Dilma Rousseff sinalizou positivamente ao pedido do Paraná em função do alto índice de presos em delegacias de polícia no Estado.

19 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

A legalidade das multas de trânsito

A decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) de tornar inconstitucional os atos da Urbanização de Curitiba (Urbs S.A.) poderá ter poder vinculante sobre outras ações que questionam a legalidade de multas aplicadas por companhias municipais de trânsito. Assim como ocorre com a Companhia Municipal de Trânsito de Londrina (CMTU), a Urbs é uma sociedade de economia mista e está autorizada pelo Município a disciplinar o trânsito, instituir penalidades e arrecadar multas.

A decisão foi tomada por unanimidade pelos 20 desembargadores que integram o Órgão Especial e vale a partir da publicação do acórdão, o que deve ocorrer até o final desta semana.

No entendimento do TJ, a delegação de atividade tipicamente pública para entidade privada (no caso uma sociedade de economia mista) fere frontalmente os princípios da impessoalidade e da supremacia do interesse público sobre o particular, previstos no artigo 27 da Constituição Federal.

Apesar de o Código de Trânsito Brasileiro ter municipalizado a fiscalização do

trânsito, o entendimento é que a tarefa tem que ser executada por empresa pública. Os outros argumentos dos magistrados são: o município não pode criar leis sobre trânsito – o

que só compete ao governo federal; o poder de fiscalização cabe à polícia.

No entanto, apesar da decisão positiva aos motoristas, podem ser passíveis de discussão os seus efeitos. Apesar da incompetência da Urbs, por maioria dos votos, os desembargadores não invalidaram as multas aplicadas anteriormente à decisão, sob o argumento de que a retroatividade causaria "enorme prejuízo" ao município e daria direito a indenizações e restituições.

Acaso os atos praticados pela referida companhia não trouxeram "enorme prejuízo" às pessoas atingidas? Embora os motoristas efetivamente tivessem afrontado as leis de trânsito, como manter legal um ato considerado ilegal? Quanto dinheiro perderam os motoristas com o pagamento das multas, ou quantos ficaram sem dirigir porque tiveram suas carteiras de habilitação suspensas? Sem dúvida, é um prejuízo de difícil reparação aos motoristas lesados.

Os magistrados não invalidaram as multas aplicadas anteriormente à decisão

19 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

Turma da Ficha Limpa quer seu ministro no STF

Com a iminência do julgamento do mérito da lei da Ficha Limpa, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, que a criou, pressiona a presidenta Dilma Rousseff a nomear para a vaga da ministra aposentada Ellen Gracie alguém comprometido com a causa. O grupo não tem candidato, mas entregou ao secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, um abaixo assinado com 150 mil assinaturas.

Recado

Dirigentes do MCCE se reuniram com Carvalho na quarta dia 14. O ministro entregou a Dilma e disse que 'levará em consideração'.

Sondagem

Advogado experiente no STF acha que ao menos dois ministros são favoráveis à aplicação da Lei, já, para as eleições de 2012.

Pra frente

O ministro Luiz Fux, que derrubou a aplicação da lei para as eleições passadas, estaria inclinado a fazer valer a lei daqui para frente.

FOLHA DE S. PAULO

STJ anula 17 SET 2011

investigação da

PF contra a

família Sarney

Corte avaliou que grampos que originaram as quebras de sigilo foram ilegais

Decisão da 6ª turma foi unânime; Ministério Público ainda pode recorrer da decisão ao próprio STJ e ao STF

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) anulou todas as provas obtidas pela operação da Polícia Federal que investigou os negócios do empresário Fernando Sarney e outros familiares do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

A decisão da 6ª Turma do STJ foi unânime e devolve as investigações a estaca zero. Escutas telefônicas, extratos bancários e documentos fiscais obtidos pela PF não poderão ser usados para processar ninguém, de acordo com a decisão.

Os ministros do STJ entenderam que os grampos que originaram as quebras de sigilo foram ilegais.

O STJ também anulou neste ano provas obtidas pela PF ao investigar os negócios da construtora Camargo Corrêa e do banqueiro Daniel Dantas, do grupo Opportunity.

Batizada inicialmente de Boi Barrica, nome de um grupo de folclore maranhense ligado à família Sarney, e depois rebatizada como Faktor, a operação da PF foi deflagrada em 2007 devido à movimentação atípica de R\$ 2 milhões na conta de Fernando Sarney e da mulher dele, Te-

resa. O empresário é filho do presidente do Senado.

Durante a investigação, a PF encontrou indícios de tráfico de influência em órgãos do governo federal, desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro. Fernando Sarney sempre negou todas as acusações feitas pela PF.

Entre 2009 e 2010, a **Folha** publicou trechos de diálogos gravados pela PF na operação. As conversas mostravam que Fernando Sarney tinha influência sobre a agenda do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão.

SARNEY E ROSEANA

Sarney e sua filha, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB), aparecem nas interceptações telefônicas tratando com Fernando Sarney e outras pessoas de nomeações para cargos estratégicos no governo Lula.

As escutas se estenderam por pelo menos por sete meses. Os diálogos levaram a Justiça a autorizar a quebra dos sigilos fiscal, bancário, telefônico e dos e-mails de dezenas de pessoas, entre elas Fernando Sarney.

Agora, o STJ entendeu que houve "carência de fundamentação" na decisão que autorizou as escutas.

De acordo com os ministros, o grampo telefônico deve ser uma "exceção" e só pode ser autorizado depois de os investigadores esgotarem os demais recursos.

Na avaliação do STJ, a Polícia Federal e o Judiciário do Maranhão não exibiram justificativas suficientes para as interceptações telefônicas.

DECISÃO

A decisão do STJ foi tomada a pedido de João Odilon Soares, um funcionário do grupo de comunicação controlado pela família Sarney que também aparece como sócio de uma empresa da família que, segundo a PF, foi usada para lavar dinheiro.

Sua defesa é feita pelo advogado Eduardo Ferrão, o mesmo que representa a família Sarney. Procurado ontem, Ferrão não retornou as ligações. Por analogia, a decisão se estende a todos os investigados pela PF.

O Ministério Público Federal ainda pode tentar derrubar a decisão, recorrendo ao próprio STJ e ao STF (Supremo Tribunal Federal).

Em agosto do ano passado, a **Folha** revelou que o TRF (Tribunal Regional Federal) decidira anular a interceptação de e-mails pela operação Faktor atendendo a Odilon e seu advogado.

Entre as mensagens interceptadas pela polícia que foram anuladas pelo STJ, uma indicou remessa de dinheiro de Fernando Sarney para o exterior, o que ele sempre negou.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 17 SET 2011

PROVAS ANULADAS

STJ considera ilegais as quebras de sigilo de operação que investigou família Sarney

A OPERAÇÃO FAKTOR

1 INÍCIO
Em 2007, após movimentação atípica de R\$ 2 milhões na conta de Fernando Sarney e de sua mulher, Teresa, PF inicia investigação

2 GRAMPOS
Fernando, familiares e outras pessoas tiveram seus sigilos bancário, fiscal, telefônico e e-mails interceptados.

3 DESDOBRAMENTOS
A partir das escutas, a PF apontou indícios de tráfico de influência no governo federal, formação de quadrilha, desvio e lavagem de dinheiro

Anteontem, o STJ aceitou a tese da defesa de que a PF e a Justiça do Maranhão não apresentaram justificativas suficientes para as escutas e anulou as provas obtidas a partir delas

REGIÃO PACIENTE JOÃO ODILON SOARES FILHO, DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONCEDER A ORDEM PARA DECLARAR NULAS AS QUEBRAS DE SIGILO BANCÁRIO (PROC. N. 2006.37.00.006392-9), FISCAL (PROC. N. 2007.37.00.001750-7) E DE DADOS TELEFÔNICOS (PROC. N. 2007.37.00.001751-0), INTEGRANTES DO IPL N. 001/2007 - DFIN/DCOR, PORQUANTO AUTORIZADAS EM DESCONFORMIDADE COM OS DITAMES LEGAIS E, POR CONSEQUÊNCIA, DECLARAR IGUALMENTE NULAS AS PROVAS EM RAZÃO DELAS PRODUZIDAS (PROC. N. 2007.37.00.010617-8).

PRÓXIMOS PASSOS

1 A Justiça decidiu que o inquérito pode continuar com base apenas em "provas independentes", sem qualquer relação com as quebras de sigilo

2 Cabe recurso da Procuradoria ao STJ ou ao STF contra a anulação das provas



Segundo a PF, Fernando fazia tráfico de influência no Ministério de Minas e Energia e liderava quadrilha que desviou dinheiro

OUTRAS OPERAÇÕES TAMBÉM TIVERAM PROVAS ANULADAS

SATIAGRAHA - 2008

Operação prendeu o banqueiro Daniel Dantas e mais 23 pessoas por suposta prática de crime financeiro e suborno. Todos foram soltos pelo STF

Parte das provas e a condenação de Dantas na ação de suborno foram anuladas por conta da participação da Abin, considerada irregular

CASTELO DE AREIA - 2009

Deflagrada para investigar supostos crimes financeiros de diretores da Camargo Corrêa, encontrou indícios de pagamento de propina a políticos

Interceptações telefônicas, que embasavam parte das investigações, foram consideradas ilegais pelo STJ em abril por ter partido de denúncia anônima

FOLHA DE S. PAULO

Ajuíza

17 SET 2011

WALTER CENEVIVA

Quando a polícia excede seus limites funcionais, deixa de lado deveres que a lei lhe impõe em sua função

A PRESUNÇÃO constitucional de inocência impede qualquer estudioso do direito de considerar culpado alguém que não foi submetido a julgamento.

Para maior clareza e apenas para efeito de discussão, admitamos a hipótese de que um tenente e dois cabos da Polícia Militar do Rio de Janeiro sejam autores do homicídio que vitimou a juíza Patrícia Lourival Acioli, conhecida pela severidade ao aplicar a lei nas sentenças criminais que proferia.

Começemos pela questão institucional. Da parte dos indiciados, a Polícia Militar. Um oficial de carreira da polícia carioca e dois cabos — com muita experiência no exercício da profissão pela qual optaram. Examinada a questão sob a ótica de sua motivação (elemento fundamental na análise das condutas envolvidas), nota-se que o motivo do crime foi o desgosto, ou o desconforto dos policiais, com a atuação da magistrada.

Se a hipótese for verdadeira, comportará o envolvimento de instituições que — cada qual de seu lado — têm de repelir as condutas criminosas. Mostrará o fim da linha da dignidade profissional dos acusados. Pior ainda: exibirá a pouca inteligência do gesto, a ignorância de que condutas dessa espécie sempre levam a opinião pública, ou seja, a sociedade civil, a se unir na afirmação de que tais ações são inaceitáveis. Não podem ser toleradas, qualquer que tenha sido a razão pessoal dos supostos autores.

Mostrará que a corporação deve

estar atenta, se quiser preservar o prestígio e a respeitabilidade que constituem fundamentos de sua história, na justificativa precisa de sua existência. Já não se tratará do conflito entre pessoas. Será disputa entre instituições cuja missão conjunta só é válida se percorrer linhas paralelas, a benefício da cidadania, a destinatária final.

O caminho a percorrer integra o destino das mesmas instituições. Tanto o juiz quanto o policial são servidores públicos; iguais, portanto, nesse ângulo. A diferença está em que a polícia é função do Estado, conforme definida na Constituição Federal. É encarregada precipuamente da segurança pública, nas cinco hipóteses do art. 144, da Carta. Duas delas são as polícias civis e as militares.

O juiz atua em um poder do Estado, o Judiciário. A diferença se explica pela palavra "poder". O magistrado tem legitimidade para dizer o direito, que impõe pela sentença aos seus jurisdicionados, aos seres humanos, às pessoas jurídicas e até ao próprio Estado. A legitimação é o seu poder. Em certas circunstâncias, o juiz pode, desde a comarca menos significativa à mais importante, impor o cumprimento de sua decisão mesmo ao Estado.

Por quê? Porque sua missão integra o Poder. É membro do Poder Judiciário. Essa é a essência do que a juíza morta tinha em suas mãos. Se errasse, prestaria contas ao tribunal ao qual se vinculava. Se o tribunal, por seu lado, errasse, as cortes superiores lhe corrigiriam o engano.

A circunstância de nem sempre ser assim não modifica o raciocínio: polícia é função. Quando excede os limites funcionais, deixa de lado deveres que a lei lhe impõe no cumprimento da função.

A morte da juíza fere o Poder, ofende o Estado. Preocupa toda a cidadania, que lhe dá substância. Aumenta a preocupação com a criminalidade.

17 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

Ex-ministro Eros Grau é eleito para Academia Paulista de Letras

DE SÃO PAULO - Em reunião realizada anteontem, na Academia Paulista de Letras (APL), o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Eros Grau foi eleito com 32 votos para a cadeira de número 11.

A vaga na APL havia surgido após a morte do acadêmico e filósofo Milton Vargas.

O candidatura do escritor era vista com bons olhos por grande parte dos acadêmicos.

Lygia Fagundes Telles, que faz parte da Academia Brasileira de Letras e da APL, havia afirmado antes da eleição que Grau era "um lutador".

"O que importa é o amor, a solidariedade com a nossa classe; isso ele tem de sobra."

Eros Grau escreveu dezenas de livros sobre direito, mas apenas um romance, "Triângulo no Ponto" (ed. Nova Fronteira, R\$ 33, 144 págs.). Em novembro, ele lança "Paris, Quartier Saint-Germain-des-Prés".

Maurício de Sousa, um dos acadêmicos da APL, homenageou o novo imortal com uma caricatura.

17 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

Família de Lamarca tenta provar que ele não foi um 'desertor'

Juíza suspendeu indenização à família sob a alegação de que ele abandonou o Exército

Exatos 40 anos após a morte de Carlos Lamarca, sua família ainda luta na Justiça para provar que um dos mais importantes militares a aderir à luta armada contra a ditadura não foi um desertor.

Em junho de 2007, a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça deu a Lamarca a patente de coronel e à sua viúva, Maria Pavan, o direito de ganhar R\$ 12,1 mil mensais e R\$ 902,7 mil de indenização.

Mas, em outubro daquele ano, a Justiça Federal no Rio, em ação movida por clubes militares das três Forças, ordenou a suspensão da promoção e dos pagamentos.

A decisão foi uma liminar, ou seja, teve caráter provisório. Passados quase quatro anos, o processo não ganhou uma sentença — o que deve ocorrer ainda neste ano.

A argumentação gira em torno do fato de Lamarca, ao se insurgir contra o governo, ter ou não abandonado irregularmente a sua função.

A juíza entendeu que "sua exclusão das Forças Armadas decorreu de abandono [em janeiro de 1969] do 4º Regimento de Infantaria de Quintaúna", o que caracteriza "crime de deserção".

Para a magistrada, a indenização foi uma "decisão política" altamente "questionável", um "pagamento de valores incompatíveis com a realidade nacional".

Para a família, a insurgência de Lamarca foi legítima e



O capitão Carlos Lamarca

respeitou os princípios do Exército, no qual cumpriu carreira "brilhante", adjetivo usado pela Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência.

"Quem desertou foram aqueles que, como militares e funcionários públicos federais, tomaram o poder pelas armas e imprimiram ao povo brasileiro a lei do silêncio e terror psicológico e físico", disse o filho Cesar Lamarca.

Na tarde de ontem, a reportagem não localizou representantes dos clubes militares autores da ação. O Exército não se pronunciou.

FOLHA DE S. PAULO

TRE condena petista Ana Júlia no Pará por repasses

17 SET 2011

Empresa 'amiga da criança' é condenada por explorar menor

Ex-governadora fez convênios ilegais

A ex-governadora do Pará Ana Júlia Carepa (PT) foi condenada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado pelo repasse de recursos a prefeituras na campanha de 2010, quando tentava a reeleição.

Segundo o Ministério Público, a decisão pode tornar Carepa "ficha suja" e deixá-la inelegível por oito anos.

Sete juízes decidiram antes de condenar a ex-governadora e seu vice, Anivaldo Vale (PR), atual vice-prefeito de Belém, a pagar multa de R\$ 100 mil em conjunto.

Para o TRE, eles cometeram abuso de poder político e econômico ao assinar convênios de R\$ 16,5 milhões com 17 prefeituras em período proibido pela legislação.

O advogado da ex-governadora, João Batista dos Anjos, disse que a decisão foi "equivocada" e que vai recorrer. Ele também afirmou que o caso não vai impedi-la de disputar novas eleições.

DE CUIABÁ - A Justiça do Trabalho de Mato Grosso do Sul condenou uma empresa "amiga da criança" a pagar R\$ 5 milhões em danos morais coletivos pela contratação irregular de adolescentes indígenas para o corte de cana na região de Sidrolândia (60 km de Campo Grande). Cabe recurso.

A sentença condenou a CBAA (Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool) e a Agrisul Agrícola Ltda. — subsidiárias do Grupo J. Pessoa.

Reconhecida como "amiga da criança" pela Fundação Abrinq, a CBAA é parceira da entidade no combate à exploração de mão de obra infantil.

O Grupo J. Pessoa diz que as situações narradas na sentença "não condizem com a realidade" e que empresa irá recorrer porque "jamais contratou mão de obra infantil".

O juiz determinou ainda que a Abrinq fosse notificada "para as providências que entender cabíveis". A fundação anunciou a suspensão do credenciamento da CBAA no programa Empresa Amiga da Criança, "até que ocorra o trânsito em julgado" da decisão judicial.

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL 16 SET 2011

Mão amiga

Insatisfeitos com a intransigência da ministra Miriam Belchior nas negociações do Orçamento, parlamentares do PMDB sinalizam ao Supremo a disposição de discutir fórmulas que viabilizem aumento para os servidores do Judiciário. O Executivo não incluiu a proposta no texto encaminhado ao Congresso. Michel Temer e José Sarney dão apoio discreto à movimentação.

Em resposta às sondagens, o presidente Cezar Peluso lembra que o pleito se refere a reajustes não concedidos há anos. Diz aceitar escalonamento da reposição ao longo de vários exercícios e priorizar o reajuste dos servidores, em situação salarial pior que a dos juízes.

17 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

Promotor aconselha policial a ter mira melhor para matar ladrões

Em parecer, ele lamenta fato de apenas um suspeito ter sido morto em tentativa de assalto

Texto polêmico, de março deste ano, está sob análise da Corregedoria do Ministério Público

ANDRÉ CARAMANTE
DE SÃO PAULO

“Bandido que dá tiro para matar tem que tomar tiro para morrer. Lamento, todavia, que tenha sido apenas um dos rapinantes enviado para o inferno. Fica aqui o conselho para Marcos Antônio: melhore sua mira...”

O texto é do promotor Rogério Leão Zagallo, do 5º Tribunal do Júri de São Paulo.

Foi escrito numa manifestação na qual pediu, em março deste ano, o arquivamento do inquérito que investigava as circunstâncias em que o policial civil Marcos Antô-

nio Teixeira Marins havia matado um homem que, ao lado de um comparsa, teria tentado roubar o carro que dirigia.

Na versão do policial civil, a dupla tentou atirar nele, motivo pelo qual reagiu.

“O agente matou um fauno que objetivava cometer assalto contra ele, agindo absolutamente dentro da lei”, escreveu o promotor em sua manifestação, comparando o suspeito morto no episódio ao ser da mitologia romana meio homem-meio animal.

O promotor diz que o policial agiu em legítima defesa, portanto a morte do suspeito, “para fortuna da sociedade”, não poderia ser julgada no Tribunal do Júri, que cuida de crimes contra a vida.

As polêmicas observações feitas por Zagallo são alvo agora da Corregedoria do Ministério Público. O procurador-geral de Justiça do Esta-

do, Fernando Grella Vieira, não quis comentar o caso.

POWERS RANGERS

Outro trecho heterodoxo do texto do promotor versa sobre o esforço da polícia em tentar achar o segundo suspeito, que conseguiu fugir após a tentativa de roubo.

“Quase toda a Polícia Civil, os Jedis, os Powers Rangers, os Brasinhas do Espaço, a Swat (...), se irmanaram e realizaram uma operação somente vista em casos envolvendo nossos bravos policiais civis, mas que deveria ser realizada em qualquer caso dos inúmeros vivenciados em São Paulo, com o escopo de prender aquele ousado fujão.”

O pedido pelo arquivamento da apuração das circunstâncias da morte do suspeito foi aceito pela Justiça. O policial, portanto, não foi processado por homicídio doloso.

FRASEDODIA

Bandido que dá tiro para matar tem que tomar tiro para morrer. Lamento, todavia, que tenha sido apenas um dos rapinantes enviado para o inferno. Fica aqui o conselho para [o policial] Marcos Antônio: melhore sua mira...

ROGÉRIO LEÃO ZAGALLO, PROMOTOR DO 5º TRIBUNAL DO JÚRI DE SÃO PAULO, EM TEXTO EM QUE PEDIA O ARQUIVAMENTO DA INVESTIGAÇÃO DE UM POLICIAL CIVIL POR HOMICÍDIO

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

'O que eu tinha para dizer está lá no documento'

O promotor de Justiça Rogério Leão Zagallo disse à **Folha** não ter interesse em falar publicamente sobre suas manifestações no documento no qual pediu o arquivamento do inquérito em que o policial Marcos Antônio Teixeira Marins era investigado por homicídio doloso (intencional) contra Antônio Rogério Silva Sena, suspeito de tentar roubá-lo.

Zagallo confirmou as declarações em sua manifestação pelo arquivamento do caso para o Tribunal de Justiça. "O que eu tinha para me manifestar sobre esse caso está escrito no documento. Não quero mais falar sobre isso", disse o promotor.

A reportagem também solicitou entrevista com o procurador-geral de Justiça, Fernando Grella Vieira, sobre o caso. Mas o chefe do Ministério Público Estadual não quis se manifestar sobre como o promotor Zagallo defendeu o arquivamento da "resistência seguida de morte" que envolveu o policial civil Marins.

Por meio da assessoria de imprensa do Ministério Público Estadual, Vieira se limitou a informar que o caso já foi encaminhado para a Corregedoria da Promotoria paulista.

O policial civil Marins não foi localizado pela **Folha** para comentar o caso.

17 SET 2011

“Bandido que dá tiro para matar tem que tomar tiro para morrer. Lamento, todavia, que tenha sido apenas um dos rapinantes enviado para o inferno. Fica aqui o conselho para Marcos Antônio: melhore sua mira...

Os Jedis, os Powers Rangers, os Brasinhas do Espaço, a Swat (...), se irmanaram e realizaram uma operação somente vista em casos envolvendo nossos bravos policiais civis, mas que deveria ser realizada em qualquer caso dos inúmeros vivenciados em São Paulo

ROGÉRIO LEÃO ZAGALLO
promotor de Justiça do 5º Tribunal do Juri da capital

18 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

FERNANDO DE BARROS E SILVA

CNJ e faxina da Justiça

SÃO PAULO. - Dos três Poderes, o Judiciário é o mais opaco, o mais refratário à ideia de que deve se submeter a mecanismos de controle e exigências de transparência. A natureza deste poder cercado de pompas e formalidades favorece e serve de pretexto à atitude corporativa.

O conhecido bordão “decisão judicial não se discute” é bem sintomático dessa mentalidade autoritária, segundo a qual o Judiciário não deve satisfações à opinião pública nem pode ser contestado.

As coisas já foram piores, sem dúvida. Mas podem voltar a piorar. O Conselho Nacional de Justiça, o CNJ, está sob ataque especulativo dos magistrados. Querem transformá-lo numa reunião de sábios inúteis, uma espécie de ABL —um templo decorativo do Judiciário.

Há uma enorme pressão para que o STF reduza as competências do CNJ, proibindo-o de investigar e punir juizes corruptos antes que as corregedorias dos tribunais de Justiça dos Estados façam esse trabalho de apuração e julgamento.

Ocorre que as corregedorias dos TJs, via de regra, existem para não funcionar. Estão submetidas ao compadrio e ao espírito de corpo.

O CNJ foi criado em 2004, mas sobretudo a partir de 2008, com o corregedor-geral Gilson Dipp, passou a fazer inspeções em vários tribunais com indícios de problemas. Ainda que de forma limitada e com recursos precários, o submundo da Justiça começou a ser destampado.

A atual corregedora, Eliana Calmon, procurou expandir esse trabalho por meio de parcerias entre o CNJ e os órgãos de fiscalização, como a Receita, a CGU, o Coaf.

Tudo isso vai para o lixo se prevalecer a tese do atual presidente do STF, ministro Cezar Peluso, que esvazia o órgão nacional de controle e devolve aos TJs a sua intransparência. Na prática, a Corregedora já é asfixiada por uma gestão que a alijou de todas as comissões do CNJ.

Ninguém está contra a autonomia da Justiça nos Estados. O que está em jogo é a impunidade togada e seus elos com o crime organizado.

18 SET 2011
FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Família Sarney

O STJ anulou a investigação e as provas obtidas pela PF sobre a poderosa família Sarney (**Poder**, ontem). Também nas operações Satiagraha e Castelo de areia, as provas obtidas foram desconsideradas pelo Judiciário. Essa impunidade obtida nos meandros das leis faz com que a criminalidade seja crescente, sobretudo no meio político, porque não há punição nem devolução dos desviados.

MÁRIO A. DENTE (São Paulo, SP)

Depois do comportamento do STJ e do STF em anular provas de operações da PF contra políticos e apadrinhados, só me resta perguntar: afinal, as cortes superiores da (in)justiça brasileira estão a favor de quem mesmo?

OSMAR C. MEDAGLIA (São José dos Campos, SP)

18 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

Ataque à raiz da corrupção

IDELBER AVELAR

Pesquisa recente da agência APPM dá a medida de como se realiza a discussão sobre campanhas eleitorais no Brasil. Oitenta e quatro por cento dos consultados dizem que as doações de empresas aumentam as chances de corrupção, mas 81% são contra o financiamento público.

O eleitor sabe que o conluio entre dinheiro privado e Estado é fonte de corrupção, mas se opõe ao financiamento público, pois não lhe é visível o fato de que ele também paga a conta do financiamento privado. As empresas, com frequência, recolhem via corrupção o que investiram no candidato.

O prejuízo ao Estado só aparece se estourar um escândalo, caso em que o agente público será execrado, enquanto pouco se dirá sobre o agente privado corruptor. Nada mais brasileiro do que esquecer que corrupção é via de mão dupla.

Ouvem-se três argumentos principais contra o financiamento público: ele não elimina a corrupção, coloca dinheiro do contribuinte nas mãos de corruptos e favorece os partidos mais organizados ou "instala uma ditadura financeira dos partidos" (conforme Elio Gaspari observou em sua coluna de 24/8).

O financiamento público de campanha torna mais fácil a fiscalização e, se não acaba com legendas de aluguel, complica sua existência

O primeiro é um patente sofisma. Se observamos que a troca de favores com o dinheiro de campanha é fonte de corrupção, recusar o financiamento público porque ele não a elimina equivale a recusar a Lei Maria da Penha porque ela não acaba com a violência contra a mulher. Que se estabeleçam os mecanismos de cumprimento da lei, mesmo sabendo que eles não serão perfeitos. O financiamento público não elimina a corrupção, mas ataca sua raiz e facilita a fiscalização.

O segundo se nutre da péssima imagem dos políticos e da premissa de que o cidadão comum seria moralmente superior a eles. Ora, não há indício de que as relações cotidianas não estejam tão perpassadas pela corrupção quanto as políticas. É a colocação do Estado a serviço de interesses privados que corrompe — e essa tem sido uma constante em nossa história, desde as capitânicas hereditárias.

O terceiro é, na verdade, uma defesa do financiamento público. Se ele fortalece os partidos mais organizados, eis aí outra razão para adotá-lo. Ele não acabará com as legendas de aluguel, mas tornará sua vida mais difícil. A expressão "ditadura dos partidos" não faz sentido se esses são compostos de cidadãos livres e entram e saem do poder pelo voto.

Oxalá o Brasil escape da situação dos Estados Unidos. Apesar de proibidas as doações de empresas a campanhas, o dinheiro doado a partidos e organizações propagandísticas (as 527s) determina todo o rumo da política. Hoje, 86% dos estadunidenses vê democratas e republicanos do Congresso negativamente, mas uma terceira opção tornou-se inviável, já que o dinheiro corrompeu o sistema político até a medula.

Cuidemos da nossa democracia: o primeiro passo é uma contabilidade equânime, à qual todos tenham acesso. Sai mais barato, inclusive.

IDELBER AVELAR é professor titular na Universidade Tulane e colunista da revista "Fórum"; é co-organizador de "Brazilian Popular Music and Citizenship" e autor de "Alegorias da Derrota" e "The Letter of Violence".

18 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

Ênfase na saúde tira crianças das ruas

Programa para menores abrigados reintegra um terço dos atendidos às famílias

“ O crime oferece possibilidade de carreira e status. Nós seguimos esse modelo, mas dando a chance de ter uma profissão, melhorando a autoestima e criando um lugar onde quem se recupera é reconhecido

SANDRA SCIVOLETTO
psiquiatra e coordenadora-geral do Programa Equilíbrio

Aos 15 anos, após internação na Fundação Casa (antiga Febem), Ana (nome fictício) chegou ao Hospital das Clínicas, na zona oeste de São Paulo, com problemas graves de perda de memória.

Cheirava esmaltes e solventes e já passara pela cocaína. Pegava drogas na zona sul e traficava em outras áreas, longe da família.

Os psiquiatras do HC identificaram nela uma impulsividade descontrolada. Sob ameaça de morte pelo tráfico, ela foi incentivada pelos profissionais a voltar à escola.

Depois de seis anos de acompanhamento, Ana se tornou mãe -planejou o bebê com o namorado- e trabalha num comércio com o pai.

A discussão de como lidar com jovens negligenciados em casa (ou sem casa) que, na rua, sobrevivem de pequenos delitos, foi ampliada no mês passado, quando um grupo de 15 jovens de 10 a 14 anos, as “meninas do arrastão”, começou a furtar na Vila Mariana (zona sul).

Levadas ao Conselho Tutelar, elas iam para abrigos, mas fugiam.

É para crianças abrigadas que funciona o Programa Equilíbrio. Iniciativa de psiquiatras da Faculdade de Medicina da USP, desde 2007,

funciona por meio de convênio com a prefeitura para tratar menores em situação de risco e de rua.

Os atendimentos ocorrem em uma escola-clubes da prefeitura, na zona oeste.

Em três anos, passaram pelo Equilíbrio 448 menores, de 6 a 18 anos. O programa aborda o problema de forma multidisciplinar, com ênfase na “saúde total” da criança.

Os pais também fazem terapia e se preparam para receber as crianças de volta.

Um terço dos atendidos retorna à família. Desses, 67% se estabilizam: trabalham, convivem em casa e não usam drogas. Os dados estão alimentando um banco de dados para servir de modelo para outras iniciativas.

A equipe é formada por médicos, psicólogos, arte-educadores e professores de educação física. A prefeitura não informou os custos do projeto.

O perfil médio do atendido é o do jovem de 13 anos, que sofreu abuso físico ou sexual (58,4%), está há dois anos abrigado e ficou em situação de rua por cerca de três anos.

“Droga e ato infracional [furtos] estão ligados à questão da sobrevivência na rua”, afirma a psiquiatra Jackeline Giusti. “A droga anestesia a fome, o frio.”

Dos casos que chegam, 89% recebem diagnóstico psiquiátrico, como dependência de drogas (40,4%), transtornos afetivos (35,3%) ou de ansiedade (9%). Todos reclamam da violência.

Há 132 abrigos ligados à rede assistencial do município. Segundo o Tribunal de Justiça, havia em agosto 3.101 crianças e adolescentes em situação de acolhimento em São Paulo, autorizado pelas 11 Varas da Infância.

18 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

ANÁLISE CONTINUAÇÃO

Custo da falta de investimento em políticas de proteção é alto

ISA MARIA FERREIRA DA ROSA
GUARÁ

ESPECIAL PARA A FOLHA

O caso das crianças que assaltavam lojas na Vila Mariana seguiu o fluxo legal indicado pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente): crianças devem receber medida protetiva que começa com a tentativa de retorno à família.

A polícia encaminhou o caso ao Conselho Tutelar, mas o grupo respondeu agressivamente ao atendimento. Suas famílias dizem ter dificuldades de impor limites.

Pesquisas sobre esse tipo de população evidenciam histórias marcadas por episódios de violência, negligência e sofrimento, uma repetição de dramas familiares vividos também pelas mães.

O acolhimento institucional em abrigos é uma alternativa temporária para os casos de rompimento ou fragilização dos laços familiares.

É um programa de proteção, não uma prisão. Mas o que acontece com as crianças que não ficam em abrigos? Acabam voltando para a rua, aos delitos, apreensão policial, encaminhamento ao Conselho, convocação familiar.

O caso nos ensina que o custo da falta de investimento em políticas de proteção da família e da criança é alto.

Para receber e cuidar adequadamente de crianças com o perfil das que assaltavam na zona sul de São Paulo, abrigos precisarão de apoio complementar. Apenas transferir o problema para um lugar "milagroso", sem compromisso de outras áreas sociais, é uma ação inócua.

ISA MARIA FERREIRA DA ROSA GUARÁ
é professora da Uniban e especialista no
tema "adolescentes em conflito com a lei"

19 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

Justiça eficiente pede remuneração e segurança

GABRIEL WEDY

Os magistrados e representantes do Ministério Público brasileiro estarão reunidos nesta quarta-feira, em Brasília, para a realização do Dia Nacional de Mobilização pela Valorização da Magistratura e do Ministério Público.

O ato será realizado no Congresso Nacional, com posterior marcha até o Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto. Haverá, também, concentração e ato de protesto na praça dos Três Poderes.

A pauta de reivindicações é bem definida: segurança para juízes e promotores; política remuneratória clara; estrutura de trabalho; saúde e previdência. Esse movimento de indignação democrática visa a sensibilizar os poderes Executivo e Legislativo, que estão de costas para tal agenda.

Pretende-se também alertar o STF e a Procuradoria-Geral da República sobre a gravidade do cenário atual, que aponta para um total desrespeito aos direitos e prerrogativas da magistratura e do Ministério Público.

Magistrados e promotores foram mortos (e centenas ameaçados) nos últimos anos em nosso país em virtude do mero exercício de seu dever de combate ao crime organizado, ao narcotráfico, a grupos de extermínio e à corrupção. Nada foi feito a

Magistrados e promotores foram mortos nos últimos anos no exercício de seu dever de combate ao crime e à corrupção; nada foi feito

respeito, além de belos e comovidos discursos pelas cúpulas dos três Poderes. O risco de completo sucateamento do Poder Judiciário e do Ministério Público brasileiros é notório e concreto.

A repercussão dessa realidade é tão negativa que a ONU emitiu recomendação para que o país cuide melhor da segurança da magistratura, após o assassinato ainda impune da juíza carioca Patrícia Acioffi, no Estado do Rio de Janeiro.

Outro ponto a ser considerado é a completa ausência de uma política remuneratória para as categorias. O dispositivo constitucional que prevê a reposição inflacionária anual do teto moralizador vem sendo descumprido ano após ano.

A Associação dos Juizes Federais do Brasil moveu ações judiciais contra essa inconstitucionalidade no STF para permitir que o próprio Judiciário reajuste o teto em virtude da omissão do poder Legislativo na sua obrigação de legislar, como

manda a Constituição. Mas o STF se mantém silente e inerte.

Os juizes brasileiros estão em pior situação, pois obtiveram há mais de um ano do Conselho Nacional de Justiça o direito de ser equiparados em matéria de direitos ao Ministério Público, mas a decisão até o momento não foi cumprida. Ou seja, o Brasil continua sendo o único país do mundo em que os juizes possuem menos direitos e prerrogativas do que os promotores e os profissionais de carreiras jurídicas do Poder Executivo.

Em virtude desse quadro de injustiça, mais de 90% dos magistrados federais do país paralisaram suas atividades em 27 de abril.

A finalidade da mobilização desta quarta-feira é garantir um Judiciário e um Ministério Público fortes e independentes, em benefício da sociedade. É a única saída para instituir uma Justiça mais rápida, acessível e que, no aspecto criminal, seja eficiente no combate à corrupção e à impunidade nacionais.

É de instituições democráticas sólidas, eivadas de fortes garantias, que o povo brasileiro precisa para ter à sua disposição uma Justiça de qualidade.

GABRIEL WEDY é presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

19 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

Ninguém está imune ao racismo

NAVI PILLAY

Na cidade americana de Jackson, em junho, adolescentes brancos espancaram, atropelaram e mataram um negro de 49 anos. A razão para tamanha brutalidade? De acordo com os promotores, o grupo estava em missão para "encontrar e ferir uma pessoa negra". Câmeras registraram o incidente assustador.

Esse é apenas um dos muitos casos de violência racista cometidos diariamente. Apesar de décadas de luta, dos esforços de diversos grupos e nações e da evidência do terrível custo do racismo, ele persiste. Nenhuma sociedade está imune.

Nesta quinta-feira, líderes mundiais terão a oportunidade de estimular o combate ao racismo ao comemorar o décimo aniversário da adoção da Declaração e Programa de Ação de Durban (DDPA), aprovada por consenso na Conferência Mundial Contra o Racismo, em 2001. Os Estados-membros concordaram em combater a xenofobia, a discriminação contra imigrantes, povos indígenas, ciganos e afrodescendentes, além daquela baseada na ascendência.

Em 2009, os países reavaliaram o caminho estabelecido pela DDPA, revigoraram e expandiram suas promessas em um documento que fortalecia a agenda antirracismo e reafirmaram a necessidade de situar a discussão dentro do contexto da lei internacional dos direitos humanos.

Em muitos países, o quadro e o processo estabelecidos pela DDPA têm sido fundamentais para a melhoria das condições de muitos grupos vulneráveis. Mas a implementação dos compromissos ainda é irregular e insatisfatória.

Hoje, vemos a intolerância emergindo em novas formas, como o tráfico humano. Refugiados, solicitantes de asilo, trabalhadores migrantes e imigrantes sem documento são cada vez mais estigmatizados, quando não criminalizados. A xenofobia está em ascensão.

Em sua pior faceta, a manipulação da diversidade tem alimentado conflitos armados, bem como o surgimento de enfrentamentos comunitários violentos.

Na condição de ex-juíza e presidente do Tribunal Penal Internacional para Ruanda, vi como comunidades podem ser aniquiladas pelo ódio. Mas também me deparei com magníficos atos de bravura.

Um episódio está profundamente gravado em minha memória. Ele ocorreu no noroeste de Ruanda, quando hutus atacaram uma escola e ordenaram aos alunos que se separassem em grupos de etnia hutu e tutsi. Os estudantes se recusaram a identificar sua etnia para não traír seus colegas. Dezesete meninas foram mortas como resultado de sua corajosa atitude.

Como podemos ser dignos dessas crianças? Acredito que precisamos trabalhar juntos para alcançar um ambiente de respeito e promoção da igualdade, da justiça e da não discriminação.

Esses imperativos estavam em minha mente quando fui a Yad Vashem durante minha passagem por Israel, em fevereiro. Essa visita ofereceu um lembrete poderoso de que o ódio racial, os crimes contra a humanidade e o genocídio nunca devem ser tolerados, e que o Holocausto nunca deve ser esquecido. A DDPA contém tal apelo. Ela exorta ao uso da memória do Holocausto como força transformadora e a colocar seu legado a serviço de um futuro livre do racismo.

Um mês depois, visitei a ilha Goree, no Senegal. Trata-se da infame "porta sem retorno" pela qual inúmeros africanos foram enviados acorrentados às Américas. A ONU dedica o presente ano à população afrodescendente, mas nunca poderemos fazer plena justiça aos milhões de vítimas do preconceito e da intolerância — e a seus descendentes, que ainda enfrentam o legado da discriminação.

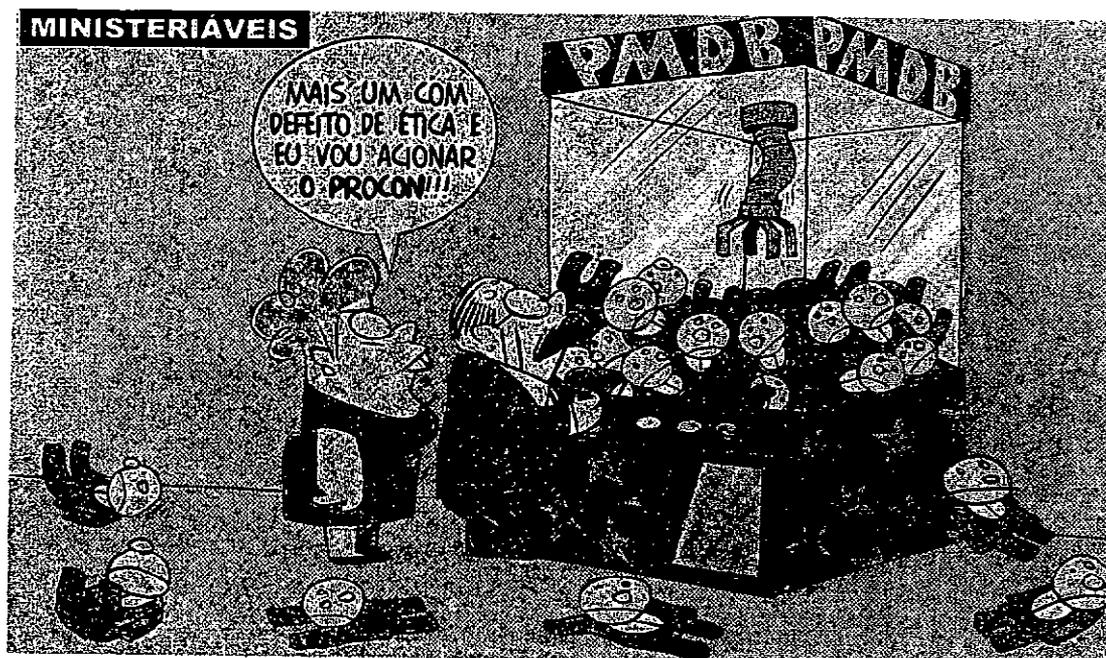
O que podemos é assegurar que seu sofrimento seja um apelo para enfrentar o sofrimento dos outros, hoje e no futuro.

NAVI PILLAY é alta comissária das Nações Unidas para os direitos humanos.

Vemos a intolerância emergir em novas formas, como o tráfico humano; o estigma sobre os refugiados é cada vez maior, e a xenofobia ascende

19 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO



PAINEL DO LEITOR

Família Sarney

Que fique bem claro que o STJ não inocentou Fernando Sarney e os outros familiares do cidadão especial José Sarney, flagrados em operação da PF, mas apenas considerou que as provas dos crimes cometidos pela quadrilha foram obtidas de maneira ilegal.

É triste constatar que a nossa Justiça, tão rigorosa e atenta a detalhes quando envolve criminosos poderosos, não tenha a mesma presteza quando os envolvidos são cidadãos apenas comuns. Tendo voltado à estaca zero, será difícil obter novas provas para condenar o grupo criminoso, que continua solto para agir.

RONALDO GOMES FERRAZ (Rio de Janeiro, RJ)

PAINEL DO LEITOR

Sobre a reportagem intitulada "STJ anula investigação da PF contra a família Sarney", (**Poder**, 17/9), em que Daniel Dantas é citado, é preciso esclarecer que:

1) A Satiagraha foi uma fraude armada para atender a interesses privados e políticos. O objetivo era prender, mesmo após ser constatada a inexistência de crime do Opportunity, o que foi comprovado em documentos.

2) O STJ anulou a Satiagraha pela participação ilegal da Abin. O delegado Protógenes Queiroz, comandante dessa operação, foi condenado por fraude processual. O Ministério Público Federal entendeu que ele deve responder pelos crimes de prevaricação e corrupção passiva.

ELISABEL BENOZATTI, da assessoria de comunicação do Opportunity (São Paulo, SP)

19 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

Jovem diz ter sido estuprada por presos

No Pará, adolescente de 14 anos é resgatada pela PM e afirma que passou 4 dias sendo abusada sexualmente

Diretor e vice-diretor da Colônia Agrícola Helena Fragoso, em Santa Isabel, foram exonerados dos cargos

Uma adolescente de 14 anos foi resgatada pela PM do Pará depois de, segundo ela, passar quatro dias sendo abusada sexualmente por detentos da Colônia Agrícola Helena Fragoso, em Santa Isabel do Pará (a 50 km de Belém).

A jovem foi entregue ao Conselho Tutelar às 11h30 de anteontem. Em depoimento à Data (Delegacia de Atendimento ao Adolescente), ela disse que foi aliciada com outras duas adolescentes na segunda-feira passada por uma mulher na praia do Outeiro, distrito de Belém.

Ainda de acordo com a garota, as três foram drogadas, embriagadas, espancadas e forçadas a fazer sexo com vários detentos da casa penal ao longo da semana.

"Ela disse que perdeu a conta de quantos homens a violentaram", disse o conselheiro tutelar Benilson Silva.

Ainda não se sabe como a jovem entrou no local.

Na madrugada de sábado, ela conseguiu fugir da colônia, que opera em regime semiaberto (presos podem sair durante o dia para trabalhar), e pediu ajuda na guarita de segurança do próprio complexo penal, segundo ela.

Em Belém, passou por exames de lesão corporal e de conjunção carnal. Hoje deverá ser submetida a outros exames e tomará vacinas contra doenças venéreas.

A delegada geral-adjunta do Estado, Ione Coelho, informou que a cúpula de Segurança Pública do Estado foi acionada e que está sendo feita uma "varredura" para averiguar a denúncia.

A Susipe (Superintendência do Sistema Penal) do Pará exonerou o diretor da Colônia Agrícola, o vice-diretor e os agentes prisionais que estavam de serviço.

A Susipe não informou o que teria ocorrido com as outras duas adolescentes.

Não é o primeiro caso de violência sexual contra adolescentes no sistema penal paraense. Em 2007, uma adolescente de 16 anos foi violentada durante 26 dias por detentos em uma delegacia do município de Abaetetuba.

IMPACTO PARANÁ

CPI DAS FALÊNCIAS

Corregedoria do TJ antecipa detalhes do relatório



17 SET 2011

CPI das Falências atingiu pelo menos um importante objetivo

Com o final da primeira fase da inspeção realizada nas Varas da Fazenda Pública, Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba, iniciada em abril último, como fruto da CPI das Falências instalada na Assembleia Legislativa do Paraná, chegou-se a pelo menos um objetivo.

A correição determinada pela Corregedoria do Tribunal de Justiça do Paraná foi instalada com base nas escandalosas denúncias feitas pela CPI da Assembleia Legislativa, iniciativa do deputado Fábio Camargo (PTB), oportunidade em que se jogou muita merda no ventilador, fazendo o escândalo sacudir o Centro Cívico de forma preocupante pelo envolvimento não apenas de empresas e empresários, mas de juízes que foram citados de forma escrachada durante a comissão de inquérito.

Aguarda-se agora o relatório da Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça, que deverá falar a respeito dos exames de todos os processos falimentares que correm em Curitiba, tendo a inspeção sido focada em cerca de 20 destes processos com maior ativo e que foram alvos de denúncias na dita CPI.

Se outros resultados não foram, ainda, destacados por conta da CPI, um objetivo pelo menos já fica identificado na decisão do Tribunal de Justiça de mudar o capítulo sobre a condução de falências em seu Código de Normas, em mudança que

visa acelerar os feitos e garantir o pagamento de credores e de funcionários nas ações de massas falidas que possuem rendimento, sendo que algumas recomendações pontuais já foram enviadas a juízes e escrivães.

Dentre essas recomendações, foi estabelecido que o número de falências em que uma mesma pessoa atua como administradora judicial deve ser limitado; deve ser criado um cadastro eletrônico de candidatos a administradores, com inserção de dados no site do TJ para aumentar a opção dos juízes; a remuneração do síndico deve deixar de ser mensal e passar a acontecer no encerramento do ativo, ou proporcionalmente ao trabalho realizado; pede o TJ que se evite a expedição de alvará genérico, que não seja para fim específico de movimentação de contas ou valores, com prazo exíguo para prestação de contas; deve-se evitar a nomeação de preposto na administração dos processos; deve ser instituído um cadastro de auditores e contadores para auxiliar os magistrados no exame das prestações de contas; e recomenda-se que seja feita a digitalização de todos os processos de falências para maior transparência e fiscalização por parte dos falidos, dos credores e demais interessados.

A Corregedoria do Tribunal de Justiça esclareceu que solicitou uma força-tarefa de juízes e ser-

vidores da Justiça para dar mais agilidade aos processos que tramitam nas Varas da Fazenda Pública, sendo que só os procedimentos conhecidos como executivos fiscais somam mais de 300 mil casos, contando as esferas municipal, estadual e federal.

Lembre-se, ainda, que a distribuição de novos processos será feita neste segundo semestre em dobro para as quatro novas varas da Fazenda instaladas no mês de julho em Curitiba e que operam apenas processos digitais.

Nesta semana, o deputado Fábio Camargo ocupou a tribuna da Assembleia Legislativa para em nome da CPI registrar a satisfação pelo fato de que a mesma não terminou em pizza, como se costuma dizer, e os resultados estão aparecendo.

Destacou, ainda, o parlamentar, que nenhuma das manifestações que ensejaram seus pronunciamentos, usando a imunidade parlamentar, tiveram qualquer ação punitiva ou de restrição, uma vez que usou suas prerrogativas como parlamentar comandando uma comissão de inquérito.

Por enquanto, portanto, ficamos na expectativa do completo relatório que promete ser em breve divulgado, já que as acusações levantadas na época contra administradores judiciais e até juízes, criaram um ambiente bastante escandaloso em pleno Centro Cívico.

17 SET 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

tribuninha

Juristas tentam garantir o

Voto impresso na urna eletrônica

O Comitê Multidisciplinar Independente está tentando convencer o Conselho Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil a participar do contra-ataque à ação do Ministério Público Federal (MPF), que pretende impedir a aplicação da Lei dos Partidos Políticos que estabelece a comprovação impressa do voto eletrônico a partir da eleição de 2014. Integrantes do comitê, formado por professores universitários, técnicos em informática especializados em urna eletrônica, juristas e advogados, formalizaram pedido na OAB para que atue como 'Amicus Curiae', na contestação à ação direta de inconstitucionalidade (Adin) movida pelo MPF contra o dispositivo que garante o voto impresso.

A alegação do MPF é que o voto impresso pode expor o eleitor a pressões e abrir possibilidade de fraudes no processo. Os juristas do Comitê Interdisciplinar Independente argumentam que a comprovação impressa torna o processo eleitoral mais transparente e seguro.

Relatório produzido pelo comitê aponta os principais problemas da urna eletrônica sem a emissão do comprovante do voto: O primeiro deles é que, no atual sistema, é impossível auditar o resultado da apuração dos votos. "A impossibilidade de auditoria independente do resultado levou à rejeição de nossas urnas eletrônicas em todos os mais de 50 países que vieram conhecê-la", diz o relatório do Comitê. O voto eletrônico no Brasil foi implantado em 1996.

Superlotação perto do fim

Cerca de 3 mil presos condenados, mantidos em delegacias, deverão ser transferidos para as penitenciárias, até o próximo ano. A afirmação é da secretária da Justiça, Maria Tereza Uille Gomes, que, anteontem, se reuniu com o secretário da Segurança Pública, Reinaldo de Almeida Cesar, e o delegado-chefe da Polícia Civil, Marcus Vinicius Michelotto. Ela ressaltou ainda que, até o fim de 2014, os 15 mil presos em delegacias estarão sob custódia

da Secretaria da Justiça.

Delegados da capital, região metropolitana e do interior foram ouvidos pela secretária, para que apresentassem a realidade das delegacias paranaenses. Almeida Cesar disse que, há meses, vem debatendo com Maria Tereza a situação dos presos nas cadeias públicas do Paraná. "Nosso estado é o segundo em população carcerária em delegacias no País. Em São Paulo, são 7 mil, no Paraná, são quase

15 mil".

Unidades

Michelotto entregou uma lista com 26 unidades que necessitam de transferência de presos. A secretária pediu paciência. De imediato, ela disse que estão previstas 720 vagas em Cruzeiro do Oeste, noroeste do Paraná; 1.480 em Piraquara; e 330, para regime semiaberto, em Maringá, no noroeste. As três unidades deverão ser entregues no fim deste ano.

18 SET 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

TJ invalida multas da Urbs

Karla Lossé Mendes

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) decidiu anteontem, por unanimidade, declarar inconstitucional o inciso XV do artigo 11 da Lei Orgânica Municipal, que dava ao município poderes para instituir penalidades de trânsito e dispor sobre a arrecadação de multas. A decisão gerou polêmica e colocou em xeque a validade das multas aplicadas pela Urbanização de Curitiba S.A. (Urbs), responde pela fiscalização do trânsito na cidade.

Um dos desembargadores que participaram da votação, Francisco Rebello, comentou o resultado pelo twitter. O desembargador escreveu que, conforme a decisão, o município não teria competência para penalidades de trânsito e dispor sobre a arrecadação de multas.

Ele também afirmou que o município não poderia autorizar a Urbs a recolher bicicletas e outros veículos que circulem pelas vias expressas exclusivas de ônibus. Rebello informou ainda que a decisão teria eficácia a partir da publicação da decisão. A reportagem não conseguiu localizar o desembargador hoje para comentar essas publicações e a extensão dos efeitos da decisão sobre as multas aplicadas pela Urbs em Curitiba.

Para o advogado especialista em Direito de Trânsito, Marcelo Araújo, a decisão não terá efeitos práticos sobre a aplicação de penalidades e multas de trânsito, cuja competência municipal é definida, desde 1998, pelo Código de Trânsito Brasileiro.

Procurada pela reportagem, a Urbs informou que não foi comunicada oficialmente da decisão e não irá se manifestar.

Oposição convida OAB pra CPI

Elizabete Castro

Os representantes dos partidos de oposição na Câmara Municipal de Curitiba estão defendendo a participação da sessão paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na apuração das denúncias de irregularidades contra o vereador João Cláudio Derosso (PSDB). A oposição está propondo que um representante da entidade acompanhe os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que se reúne amanhã para começar a organizar a investigação. O pedido será apresentado formalmente na segunda à direção da OAB.

O temor da oposição é que a bancada governista assumira o total controle da condução da CPI, blindando o presidente da Câmara, acusado de beneficiar familiares em contratos de publicidade da instituição. As de-

núncias contra Derosso já foram examinadas pela Comissão de Ética, que apresentou um relatório pedindo o afastamento do vereador tuca no da presidência da Câmara.

Na próxima reunião da CPI, os vereadores irão discutir um conjunto de normas para orientar o funcionamento dos trabalhos. Uma das preocupações é garantir que as reuniões sejam abertas ao público e que sejam realizadas no plenário. No esboço de regulamento já apresentado pelos representantes dos partidos aliados de Derosso, uma das propostas é realizar "reuniões administrativas". Para a oposição, seria a brecha para tornar as discussões fechadas à participação pública. "Pode haver casos em que os próprios depoentes peçam à justiça para depoimentos fechados. Mas não deve ser uma regra da Comissão", afirmou Pedro Paulo.

18 SET 2011

TRIBUNA DO PARANÁ



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO nº 17/2011 - TIPO: Menor preço

Objeto: Eventual aquisição de Dispositivos de Retenção, tais como cadeirinhas, bebês conforto e cadeiras de elevação para veículos - Poder Judiciário Estado do Paraná.

Destino: Divisão de Controle Patrimonial do Departamento do Patrimônio.

Data início acolhimento das propostas: 22 de setembro de 2011.

Data limite acolhimento propostas: 05/10/2011 - 13:30 hs (horário de Brasília - DF)

Data abertura das propostas: 05/10/2011, às 13:30 hs (horário de Brasília - DF)

Início da fase de lances: 05/10/2011, às 14:00 hs (horário de Brasília - DF)

PREGÃO ELETRÔNICO nº 34/2011 - TIPO: Menor preço

Objeto: Aquisição de duas licenças de utilização de software ArcView, sendo uma destinada ao Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica e outra destinada à Assessoria de Planejamento deste Tribunal, incluindo software, garantia e suporte técnico, instalação e configuração e 04 (quatro) treinamentos para 04 (quatro) servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (01 treinamento para cada servidor), sendo 02 (dois) de cada um dos setores mencionados.

Destino: Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica.

Data início acolhimento das propostas: 22 de setembro de 2011.

Data limite acolhimento propostas: 07/10/2011 - 13:30 hs (horário de Brasília - DF)

Data abertura das propostas: 07/10/2011, às 13:30 hs (horário de Brasília - DF)

Início da fase de lances: 07/10/2011, às 14:00 hs (horário de Brasília - DF)

Os editais e as especificações dos Pregões Eletrônicos estarão à disposição das empresas interessadas no "site" do Tribunal de Justiça do Paraná: www.tjpr.jus.br - "Licitações", bem como pelo endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br, home do cliente "Paraná Tribunal de Justiça", ou por intermédio do portal www.bb.com.br ou, ainda, solicitá-los através do endereço eletrônico: licit@tjpr.jus.br, 15 de setembro de 2011.

PREGÃO PRESENCIAL nº 46/2011 - TIPO: Menor preço.

Objeto: Eventual aquisição de envelopes e envelopes especiais com cartão.

Destino: Divisão de Administração de Materiais do Departamento do Patrimônio.

Data de abertura: 06 de outubro de 2011, às 14:00 horas. (Sala 01)

Os interessados poderão solicitar o edital via "endereço eletrônico" (licit@tjpr.jus.br), ou retirá-lo, via "Download", no "site" www.tjpr.jus.br - "Licitações".

Informações complementares serão fornecidas na Divisão de Licitações do Departamento do Patrimônio, Rua Lysimaco Ferreira da Costa, nº 101, Centro Cívico, Curitiba PR, fone nº (41) 3254-2002 - r. 7. Curitiba, 15 de setembro de 2011.

Acir Bueno de Camargo
Diretor do Departamento do Patrimônio



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL nº 51/2011 - TIPO: Menor preço.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos e especializados de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento integral de peças, nos elevadores e plataformas instalados nos prédios no Tribunal de Justiça nas Comarcas da Regional Norte.

Destino: Diversas Unidades do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Data da abertura: 03 de outubro de 2011, às 14:00 horas. (Sala 01).

PREGÃO PRESENCIAL nº 52/2011 - TIPO: Menor preço.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos e especializados de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento integral de peças, nos elevadores e plataformas instalados nos prédios no Tribunal de Justiça nas Comarcas da Regional Oeste.

Destino: Diversas Unidades do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Data da abertura: 04 de outubro de 2011, às 14:00 horas. (Sala 01).

PREGÃO PRESENCIAL nº 53/2011 - TIPO: Menor preço.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos e especializados de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento integral de peças, nos elevadores e plataformas instalados nos prédios no Tribunal de Justiça nas Comarcas da Regional Leste.

Destino: Diversas Unidades do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Data da abertura: 04 de setembro de 2011, às 16:30 horas. (Sala 01).

Os interessados poderão solicitar o edital via "endereço eletrônico" (licit@tjpr.jus.br), ou retirá-lo, via "Download", no "site" www.tjpr.jus.br - "Licitações". Informações complementares serão fornecidas na Divisão de Licitações do Departamento do Patrimônio, Rua Lysimaco Ferreira da Costa, nº 101, Centro Cívico, Curitiba PR, fone nº (41) 3254-2002 - r. 7. Curitiba, 16 de setembro de 2011.

Acir Bueno de Camargo
Diretor do Departamento do Patrimônio

19 SET 2011

METRO

Decisão do TJ sobre multas traz confusão

► Urbs diz que só vai se manifestar quando for notificada

► Entendimento na empresa é de que o Código de Trânsito, posterior à lei considerada inconstitucional, dá poder ao município

A Urbs, empresa mista que gerencia o trânsito em Curitiba, informou ontem que só vai se pronunciar sobre a decisão do Tribunal de Justiça do Estado que impede o município de legislar, penalizar e aplicar multas de trânsito quando for notificada pelo TJ. A decisão foi tomada na última sexta-feira.

A decisão do TJ leva em conta a Lei Orgânica do município, de 1990, e os decretos que a regulamentam, de 1995. A prefeitura só começou a aplicar multas a partir de 1998, com a entrada em vigor do Código Nacional de Trânsito. Embora não se manifeste publicamente, a alegação na Urbs é de que o código deu o respaldo para a cobrança de multas pelo município, que não estaria nem legislando, nem criando penalidades próprias, mas apenas usando o que é previsto pelo código.

A decisão de sexta decreta a inconstitucionalidade da Lei Orgânica e seus decretos, mas não faz qualquer menção a atos

posteriores, como a entrada em vigor do código. A expectativa da prefeitura é de que, por isso, nada mude em relação às cobranças. O entendimento é de que a questão foi regularizada com o código.

Há outra ação em curso, também perdida pela Urbs no TJ e agora aguardando decisão de recurso, que diz que ela não pode cobrar multas porque é uma empresa de economia mista, com sócios privados.

● METRO CURITIBA

A decisão decreta a inconstitucionalidade da Lei Orgânica, de 1990. O Código de Trânsito é de 1998.

19 SET 2011

METRO

Justiça anula provas da PF contra familiares de Sarney

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) anulou provas contra o empresário Fernando Sarney, filho de José Sarney, e outros familiares obtidas pela Polícia Federal durante a Operação Faktor (ex-Boi Barrica).

A decisão foi tomada na semana passada, durante o julgamento de um habeas corpus pedido pela defesa da família Sarney.

Entre as provas que perderam valor, estão quebras

de sigilo fiscal, telefônico e bancário. Cabe recurso.

Mesmo com a decisão, as investigações continuam. Fernando Sarney foi indiciado em maio do ano passado por evasão de divisas, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, falsidade ideológica e gestão irregular de instituição financeira. Ele nega as acusações.

A PF investiga uma suposta operação de remessa ilegal de recursos para fora do

país, que teria sido realizada no dia 26 de março de 2010 por uma empresa de Fernando Sarney, com participação de seus familiares.

Era registrada no Banco Central a compra de produtos de uma empresa chinesa. O dinheiro era enviado, mas os produtos nunca eram entregues. Há suspeitas de que R\$ 800 milhões foram movimentados por 40 empresas que forjavam operações do tipo. ● METRO

JORNAL DO ESTADO

Como fica? 19 SET 2011

Para poder continuar a multar e gerenciar os recursos provenientes dela, a Urbs, empresa que gerencia o trânsito de Curitiba, teria que mudar. Isso usando uma lógica simplista. Como o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado decidiu, na sexta-feira passada, que apenas empresas públicas têm poder para aplicar multas de trânsito, e a Urbs é uma empresa de economia mista, o que lhe resta? Claro que ainda pode-se recorrer da decisão estadual no Supremo Tribunal Federal (STF), mas talvez o caminho seja mesmo recomeçar como uma nova empresa totalmente pública. A medida do TJ passa a valer assim que o acórdão for publicado.

19 SET 2011

JORNAL DO ESTADO

Supremo reconhece prescrição de condenação de Edmundo

• Jônatas Pirkiel

Na última quinta-feira, o Supremo Tribunal Federal reconheceu extinta a punibilidade do ex-jogador Edmundo, condenado pela morte de três pessoas e lesões corporais em outras três que ficaram feridas depois quando o ex-jogador saía de uma boate no dia 2 de dezembro de 1.995, na Lagoa, Zona Sul do Rio de Janeiro. A condenação se deu pela prática de crime culposo, uma vez que o ex-jogador não foi denunciado por sob a hipótese de dolo eventual, razão pela qual não foi levado a Júri Popular.

Desta forma, beneficiado pela aplicação da situação menos danosa (crime culposo) e também pela morosidade da Justiça, que somente veio oferecer à família das vítimas e à sociedade um veredicto quatro anos após os fatos, em outubro de 1.999, cuja decisão não transitou em julgado, tendo o Supremo apreciado o recurso, interposto em abril de 2010, somente agora, quando a pena, teoricamente, já estava prescrita. Desta forma, vamos tão somente transcrever o que foi noticiado pelos jornais, na última

quinta-feira, ficando o resto na interpretação dos nosso leitores:

"...O ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal (STF), declarou extinta a punibilidade do ex-jogador de futebol Edmundo Alves de Souza Neto, em decorrência da prescrição do crime pelo qual respondia. Em 1999, ele foi condenado por homicídio e lesão corporal após se envolver em acidente de trânsito que resultou na morte de três pessoas e três feridos.

A decisão ocorreu no recurso interposto pela defesa do ex-jogador (Agravo de Instrumento 794971) contra a decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que fixou a pena em quatro anos e seis meses de detenção a ser cumprido em regime semiaberto. A pena inicial era de três anos, mas foi acrescida da metade (18 meses) em razão de a condenação ter sido por mais de um crime (homicídio e lesão corporal).

Ao analisar o caso, o ministro Joaquim Barbosa destacou que, para a hipótese de prescrição, a regra determina que seja observada a pena aplicada isoladamente, ou seja, desconsiderando-se o aumento referente ao concurso de

crimes. Esta regra está prevista no Código Penal (artigo 110, parágrafo 1º; e artigo 119) e na Súmula 497 do Supremo.

Assim, de acordo com a decisão, se aplica ao caso do ex-jogador o artigo 109, inciso IV, do Código Penal, segundo o qual a pena fixada entre dois e quatro anos prescreve dentro do prazo de oito anos.

A contagem desses oito anos, de acordo com o ministro, deve ser feita a partir da publicação definitiva do acórdão do TJ-RJ sobre a condenação, que ocorreu no dia 26 de outubro de 1999. Dessa forma, a prescrição ocorreu no dia 25 de outubro de 2007, antes mesmo da data em que esse recurso chegou ao STF, o que aconteceu em abril de 2010.

"Deu-se assim, a extinção da punibilidade do agravante, no que se refere aos delitos em questão, pela prescrição intercorrente ou superveniente, por já se ter consumado o lapso prescricional acima mencionado", afirmou o ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal...

* O autor é advogado criminal (jonataspirkiel@terra.com.br)

PAINEL JURÍDICO

Isonomia

Os servidores do Rio Grande do Sul que vivem em união estável homossexual já podem inscrever seus dependentes na Previdência Estadual.

Desaposentação

O processo de desaposentação é legítimo e não exige a restituição ao INSS dos valores recebidos durante a vigência da aposentadoria anterior. O entendimento é da 6ª Turma do STJ.

Dupla jornada

Funcionário de empresa pode, em outro turno, exercer a profissão de moto-taxista. O entendimento é da 2ª Vara Cível de Lucas do Rio Verde (MT), ao conceder liminar para um moto-taxista que não obteve autorização para trabalhar com o argumento de que Lei Municipal exige que o postulante não exerça outra atividade remunerada.

Estágio

A 1ª Promotoria de Justiça da Fazenda Rio Grande está com inscrições abertas, até o dia 20 de setembro, para estágio em Direito. Podem concorrer à vaga acadêmicos de Direito matriculados a partir do 3º ano ou 5º semestre. Informações pelo fone (41) 3627-2116 e no site www.mp.pr.gov.br

Piso

Acordo coletivo pode fixar salário menor que piso estabelecido por lei estadual. O entendimento é da Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC), do TST.

19 SET 2011

JORNAL DO ESTADO

Seminário

Acontece entre os dias 21 e 23 de setembro, no UNICURITIBA, o II Seminário Nacional de Direito Penal e Econômico, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Penal Econômico com o apoio da Academia Brasileira de Direito Constitucional e do Diretório Acadêmico Clotário Portugal. O advogado Francisco Monteiro Rocha Jr é um dos organizadores do evento. Informações: eventos@ibdpe.com.br

Conferência

O presidente da OAB-PR, José Lúcio Glomb e o vice-presidente do Conselho Federal da OAB, Alberto de Paula Machado, visitaram o Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA a fim de convocar professores e alunos de Direito, para a 21ª Conferência Nacional dos Advogados, realizada em Curitiba, de 20 a 24 de novembro. Os juristas foram recebidos pelo Pró-Reitor Acadêmico Adriano Rogério Goedert, o coordenador do Curso de Direito José Mário Tafuri e o Chefe do Departamento de Propeidêutica do Direito Cássio Marcelo Mochi. Informações: www.conferencia.oab.org.br

EM BAIXA

O ministro Gilson Dipp, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), negou o pedido de liminar em habeas corpus apresentado pela defesa de JOSÉ RAINHA JUNIOR, ex-líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). Rainha foi denunciado pela suposta prática dos delitos de formação de quadrilha, extorsão e apropriação indébita.

19 SET 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Dinheiro pago indevidamente a servidor por força de decisão judicial precária deve ser devolvido

Servidor público que recebe pagamento indevido por força de decisão judicial não transitada em julgado pode ser obrigado a devolver o dinheiro. A decisão é da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A jurisprudência do STJ permite a restituição aos cofres públicos quando o dinheiro for pago em razão de decisão judicial precária ou não definitiva que venha a ser reformada. Nessa situação, o servidor não tem razão para confiar que os recursos recebidos integram em definitivo o seu patrimônio. A utilização desse dinheiro, ainda que para fins alimentares, não está aparada pela boa-fé, pois ninguém pode dispor do que não possui.

Com base nesse entendimento, a Segunda Turma negou agravo em recurso especial ajuizado por servidores do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs). Por força de decisão judicial de primeiro e segundo graus, eles haviam recebido valores referentes à vantagem prevista no artigo 192, inciso II, da Lei 8.112/90, dispositivo que foi vetado. O STJ reformou a decisão que determinou o pagamento.

Depois veio a discussão sobre a devolução do dinheiro. O Tribunal Regional Federal da 5ª Região decidiu que os valores recebidos não poderiam ser restituídos aos cofres públicos porque haviam sido pagos em razão de decisão judicial, os servidores estavam de boa-fé e os vencimentos tinham caráter alimentar. O Dnocs recorreu ao STJ.

19 SET 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

UnB: escolha de ministros não compromete independência do STF

Estudo realizado pelos professores Bernardo Pinheiro Machado Mueller e Maria Fernanda Jaloretto, da Universidade de Brasília (UnB), concluiu que a forma de indicação dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) não compromete a independência da Corte Suprema.

Intitulado "O Procedimento

de Escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal – uma análise empírica", o estudo é uma análise estatística das decisões da Corte e dos votos de cada um de seus ministros entre o período de junho de 2002 a outubro de 2009, durante o governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Segundo os autores, "a análise

dos casos destacados permitiu concluir que não há evidência empírica significativa suficiente de que o método de escolha dos ministros do STF constitui fator de influência nas decisões da Corte". Eles afirmam que, no âmbito prático, o método de indicação dos ministros "não compromete a independência do Poder Judiciário".

Candidata aprovada em primeiro lugar tem direito à nomeação em concurso que não fixou número de vagas

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) garantiu o direito à nomeação a uma candidata aprovada em primeiro lugar no concurso público para o cargo de professor de língua portuguesa do ensino fundamental do município de Santo Cristo, no Rio Grande do Sul.

A Primeira Turma considerou que, como o edital não fixou o número de vagas a serem preenchidas com a realização do concurso, é possível presumir que haja pelo menos uma vaga e esta deve ser ocupada por quem passou em primeiro lugar.

O Tribunal de Justiça estadual havia rejeitado o mandado de segurança interposto pela candidata, com o argumento de que não havia direito líquido e certo à nomeação, já que ela não foi preterida por outro candidato aprovado no concurso. Também não ficou demonstrado que a administração tenha contratado outro servidor

em caráter emergencial durante a vigência do certame. A candidata recorreu ao STJ.

Segundo a jurisprudência do STJ, é irrelevante o argumento de que não houve contratação emergencial para a disciplina de língua portuguesa. A questão é que não cabe à administração o juízo de oportunidade e conveniência quando há candidato aprovado dentro do número de vagas, pois ele tem direito subjetivo à nomeação e não mera expectativa de direito. Somente na hipótese de o candidato ser classificado fora do número de vagas é que seria pertinente a indagação sobre contratações emergenciais.

A decisão unânime da Turma, negando provimento ao agravo em recurso em mandado de segurança interposto pelo Estado do Rio Grande do Sul, mantém decisão monocrática proferida pelo ministro Hamilton Carvalhido

(hoje aposentado), que reformou decisão do tribunal estadual. O julgamento foi concluído após apresentação de voto-vista pelo ministro Teori Zavascki.

De acordo com decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), proferida no RE 598.099, a administração pode escolher o momento no qual realizará a nomeação, mas está vinculada ao edital quanto ao número de vagas oferecidas no concurso público. Isso decorre do dever da boa-fé da administração e em respeito à segurança jurídica. O candidato que se submete a um concurso público confia que a administração tenha se pautado segundo as regras expostas no edital.

Para o STF, a recusa da administração em nomear candidatos aprovados dentro do número de vagas deve ser motivada e passível de controle pelo Poder Judiciário.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AVALIAÇÃO

19 SET 2011

INSS quer suspender pagamento

a auditores da Receita

Parcela incorporada pode chegar a R\$ 12 milhões

Por meio de Suspensão de Segurança (SS 4482) ajuizada no Supremo Tribunal Federal (STF), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) tenta evitar o pagamento de parcela incorporada à remuneração de auditores fiscais da Receita Federal, que pode chegar a R\$ 12 milhões.

O INSS recorreu à Corte com o objetivo de suspender decisão do ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que determinou o imediato pagamento.

O caso

Em 2000, a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) recorreu ao STJ para garantir a incorporação do percentual de 3,17% à remuneração dos seus associados, conforme prevê a Lei 8.880/94 (artigos 28 e 29).

O pedido foi atendido em

2003 e, em novembro de 2004, a vantagem foi incorporada, inclusive com o pagamento dos atrasados referentes ao exercício de 2004. No entanto, novas ações chegaram ao STJ pedindo a recontagem dos valores correspondentes ao período entre a impetração (2000) e o pagamento efetivo (2004). A decisão do STJ determinou exatamente o pagamento referente a esse período, o que beneficiará aproximadamente 2.400 servidores.

De acordo com o INSS, a decisão pode causar gravíssima lesão à economia pública e "violar não apenas as garantias processuais conferidas à Fazenda Pública, mas também normas constitucionais de direito financeiro e orçamentário, bem como o princípio da isonomia".

A ação está sob relatoria do presidente do Supremo, ministro Cezar Peluso.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

19 SET 2011

FÁBIO CAMPANA

Curso para capacitar juizes federais começa nova turma na segunda-feira

Sucesso em 2010 e 2011, o curso sobre gestão para o funcionamento de varas criminais e de execução penal abre nova fase na segunda-feira (19), quando 180 juizes federais credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) iniciam a segunda turma deste ano voltada exclusivamente para esse publico.

Em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Centro de Estudos Judiciarios (CEJ), o curso, tem previsão de 40 horas de aula, sera realizado no modelo a distancia, via internet, e tem por objetivo comprometer os magistrados das varas criminais de toda a Justica Federal com a execucao do Plano de Gestao de Varas Criminais e com a capacitacao dos servidores das varas para a utilizacao do manual correspondente.

VOLUME

Somado a primeira turma, o volume de participacoes no referido curso alcanca 260 magistrados federais. Conforme dados do Nucleo de Ensino a Distancia da Enfam, este ano ja foram capacitados 407 juizes das varas estaduais. Iniciado em 2010, quando atendeu apenas juizes federais, o Plano de Gestao para o Funcionamento de Varas Criminais e de Execucao Penal ainda prevê uma turma estadual para 2011.

Explicacoes

Esgota hoje o prazo concedido pelo juiz Nei Roberto de Barros Guimarães, da 8ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba para que o deputado Tadeu Veneri apresente explicacoes para a denuncia de uso irregular de verbas de ressarcimento no valor de R\$ 75.705,87. Veneri é acusado em uma açao popular de ter lançado mão desse dinheiro para financiar sua campanha de reeleicao de 2006. O deputado, que é conhecido pela rapidez com que saca e assaca denuncias contra tudo e contra todos, tem se mantido em silêncio tumular a respeito da açao popular. Veneri também removeu do seu site na internet as notas fiscais relativas ao ano de 2006 aumentando o mistério sobre suas contas.

O modelo, a forma e o conteúdo do curso são os mesmos, assim como a proposta de aprimorar o funcionamento de varas criminais e de execucao penal do Brasil, principalmente quanto a agilizacao na tramitacao dos processos de presos.

A novidade dessa turma é a substituição do módulo processamento judicial de execucoes penais pelo módulo especial sobre presídios federais, sob responsabilidade do juiz federal Sérgio Fernando Moro, do Paraná. Os demais módulos tratarão dos seguintes conteúdos: fase pré-processual e investigatória; fase processual-processo de conhecimento; tecnologia de informação para as varas criminais e de execucao penal; e gestão de pessoas, enfoque vara criminal.

Integram o corpo docente do curso os juizes federais Walter Nunes da Silva Junior e Germana de Oliveira Moraes, ambos do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), e os Juizes Luciano André Lorekan, Paulo Cristóvão de Araújo Silva e Alessandro Diaféria.

CNJ

Direitos ficam mais próximos da população com as casas de Justiça e Cidadania

16 SET 2011

Facilitar o acesso do cidadão a direitos fundamentais como documentos civis, orientação e assistência jurídica gratuita e informações para o exercício pleno da cidadania. Foi com essa intenção que, em dezembro de 2009, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) recomendou a todos os Tribunais de Justiça que implantassem o programa Casas de Justiça em seus Estados. Um ano e nove meses depois, 15 tribunais já colocaram em prática o programa que integra órgãos públicos em um mesmo espaço físico, permitindo o acesso descomplicado da população à Justiça e outros direitos.

Em Manaus/AM, a auxiliar de serviços gerais Gilmara Lima, de 36 anos, recebeu as orientações que precisava para resolver um problema trabalhista; saiu da Casa de Justiça amazonense com um termo de conciliação nas mãos e apaziguada. Quando completou um ano de existência, a unidade manauara já havia feito 60 mil conciliações. “No núcleo de atendimento judiciário, havendo litígio, colocamos uma equipe multidisciplinar com psicólogo e assistente social para ajudar o cidadão”, disse Lilian Teixeira de Amorim, servidora do Tribunal de Justiça do Amazonas e gerente da Casa de Justiça.

Além de aproximar a Justiça do cidadão, as Casas auxiliam a reduzir o número de atendimentos nas varas cíveis. E, nesse caso, a conciliação destaca-se como prática fundamental em todas as Casas de Justiça, evitando que litígios simples cheguem, por exemplo, nas varas de família. Os serviços oferecidos pelas Casas dependem das parcerias formadas pelos Tribunais de Justiça de cada Estado, responsáveis pela coordenação delas.

Normalmente, as Casas apresentam uma lista de parcerias com tribunais estaduais, eleitorais e trabalhistas; Ministério Público, Defensoria Pública, Ouvidorias, Juizado da Mulher, Juizado da criança e Procon, entre outros. Há, porém, parceiros diferenciados. Na Casa de Justiça e Cidadania do Pará, por exemplo, além desses, existem programas de capacitação profissional e de inclusão social para presos e egressos do sistema carcerário.

Workshop - Nos últimos meses, o CNJ tem visitado as Casas de Justiça para conhecer as boas ações e as dificuldades que as unidades enfrentam na prática. Até o final do ano, a Comissão quer reunir os representantes das 15 Casas em um workshop para a troca de experiências.

“Nosso objetivo é contribuir para a melhoria dos serviços que vêm sendo oferecidos aos cidadãos. Dividir com os outros parceiros tudo aquilo que estiver dando certo para ser replicado em outros Estados e, da mesma forma, pensar junto com eles uma saída para o que estiver com problemas”, afirmou o conselheiro Jorge Hélio Chaves de Oliveira, gestor nacional do Programa Casa de Justiça, da Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania do CNJ. Também fazem parte da Comissão os conselheiros Ney José de Freitas (presidente), José Roberto Neves Amorim e Sílvio Rocha.

CONTINUA

CNJ CONTINUAÇÃO 16 SET 2011

Na avaliação do juiz auxiliar da presidência do CNJ Fabrício Dornas Carata, as visitas foram fundamentais para revelar a realidade que as Casas vivem. “Vimos que elas precisam de estrutura e de infraestrutura. Necessitam ser implantadas em locais de fácil acesso e os órgãos parceiros efetivamente executem seus compromissos para prestar um serviço de qualidade. Também sentimos que existe um problema de comunicação entre estas Casas e devemos construir um canal mais direto de comunicação entre elas e o CNJ”, apontou.

Existem Casas de Justiça nos seguintes Estados: Amazonas, Amapá, Bahia (Estado que até o final do ano terá duas), Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina (que até o final do ano contará com três), São Paulo e Sergipe.

Caçula - A mais nova Casa de Justiça fica em Criciúma/SC e, apesar de ainda não ter sido inaugurada oficialmente – o que deve ocorrer no início de outubro—, já entrou em funcionamento. A assistência judiciária é gratuita por conta de um convênio de parceria com a Universidade Estadual de Santa Catarina (Unesc).

“A ideia é levar à população o conhecimento das leis”, destacou a juíza federal e coordenadora da Casa, Marina Vasques Duarte de Barros Falcão. “Já foram ministrados cursos para 360 agentes comunitários e assistentes sociais para que eles conheçam melhor essa população”, ressaltou.

CNJ

Ministra Eliana Calmon defende fortalecimento da Justiça de 1ª instância

16 SET 2011

A corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, alertou para a situação de “sucateamento” enfrentada pela Justiça de 1ª instância, um dos fatores, segundo ela, que impedem o Poder Judiciário de oferecer uma prestação jurisdicional mais célere e de qualidade. A ministra deu a declaração nesta quinta-feira (15/09), no Rio de Janeiro, durante o painel “A questão do Judiciário: por uma Justiça ágil e acessível a todos”, no Fórum Nacional do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).

“A Justiça de 1ª instância está sucateada. Faltam equipamentos e servidores; os juízes estão sobrecarregados. Há muitos processos com sentença acumulados nos cartórios, porque não há, sequer, servidor para fazer o registro necessário à publicação da sentença”, disse a ministra durante o Fórum Nacional, presidido pelo economista e ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso.

A corregedora defendeu que, nos Estados, o orçamento seja definido com a classificação das verbas destinadas aos tribunais de Justiça e à 1ª instância do Judiciário. “É fundamental que o orçamento seja previamente repartido”, declarou a ministra.

Eliana Calmon também abordou o trabalho executado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com os tribunais, para qualificar e tornar mais célere a prestação jurisdicional. Ela destacou que, nos últimos seis anos, desde a criação do CNJ, houve avanços importantes tanto no planejamento estratégico quanto na integração entre os tribunais.

“Hoje os tribunais estão interligados, por meio de ferramentas eletrônicas que podem ser acessadas por todos. A Justiça passou ter planejamento estratégico, pois o CNJ incorporou ao Judiciário algumas práticas de gestão adotadas pelo setor privado. O CNJ trouxe diretivas técnicas, e é bom destacar que foi preservada a autonomia dos tribunais, que são parceiros nesse trabalho”, disse a corregedora.

Eliana Calmon também citou outras iniciativas do CNJ para aperfeiçoar a prestação jurisdicional, por exemplo, o Programa Justiça em Números, que traz um diagnóstico do Judiciário; o Processo Judicial Eletrônico e o Programa Justiça Plena – este último com o objetivo de concluir processos de grande repercussão que há tempos aguardam julgamento.

O Fórum Nacional do BNDES contou também com a participação do ex-ministro Célio Borja; do presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), Manoel Alberto Rebelo dos Santos; do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Rio de Janeiro (OAB/RJ), Wadih Damous, e de mães de vítimas da violência policial, que cobraram a punição judicial dos responsáveis.

CNJ 16 SET 2011

CNJ e STJ iniciam integração para Processo Judicial Eletrônico

Equipes da área de tecnologia da informação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) começarão, na próxima semana, a integrar o sistema de processos deste tribunal superior ao Processo Judicial Eletrônico (PJe).

A integração do sistema do STJ ao PJe vai evitar que os tribunais nos Estados tenham que reinserir processos e informações quando estes documentos forem remetidos à instância superior.

Para o juiz auxiliar da presidência do CNJ, Paulo Cristóvão Filho, a interface do STJ com o PJe vai economizar tempo e recursos. “Às vezes, a digitalização dos processos para o encaminhamento ao STJ toma um significativo tempo, o que atrasa a finalização do processo judicial. Essa integração garantirá que as mesmas informações que são inseridas pelos tribunais durante a tramitação dos processos judiciais no PJe cheguem ao STJ com rapidez e segurança”, explicou o juiz.

A iniciativa está dando cumprimento a um protocolo de cooperação assinado entre o Supremo Tribunal Federal (STF), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Conselho da Justiça Federal (CJF), o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), o Ministério Público Federal (MPF) e a Advocacia-Geral da União (AGU). O objetivo é permitir o envio de processos judiciais na forma eletrônica entre diferentes sistemas de tramitação.

PARANÁ ONLINE

Juristas pedem ajuda da OAB para garantir o voto impresso

16 SET 2011

O Comitê Multidisciplinar Independente está tentando convencer o Conselho Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil a participar do contra-ataque à ação do Ministério Público Federal (MPF), que pretende impedir a aplicação do artigo 5º da Lei dos Partidos Políticos, nº 12.034, que estabelece a comprovação impressa do voto eletrônico a partir da eleição de 2014.

Integrantes do Comitê, formado por professores universitários, técnicos em informática especializados em urna eletrônica, juristas e advogados, formalizaram pedido junto à OAB para que atue como "Amicus Curiae" na contestação à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) movida pelo MPF contra o dispositivo que garante o voto impresso.

A alegação do MPF é que o voto impresso pode expor o eleitor a pressões e abrir possibilidade de fraudes no processo. Os juristas do Comitê Interdisciplinar Independente argumentam que a comprovação impressa torna o processo eleitoral mais transparente e seguro.

Um relatório produzido pelo Comitê aponta os principais problemas da urna eletrônica sem a emissão do comprovante do voto. O primeiro deles é que, no atual sistema, é impossível auditar o resultado da apuração dos votos. "A impossibilidade de auditoria independente do resultado levou à rejeição de nossas urnas eletrônicas em todos os mais de 50 países que vieram conhecê-la", diz o relatório do Comitê. O voto eletrônico no Brasil foi implantado em 1996.

Na Adin, o MPF alega que a possibilidade de identificação pessoal do voto ameaça a liberdade de manifestação. "Quando o eleitor tem seu voto identificado, torna-se alvo fácil de perseguições políticas. Já o sigilo do voto assegura a probidade e a lisura do processo eleitoral, impedindo o suborno, a corrupção ou a intimidação do eleitor", diz a Adin.

PARANÁ ONLINE 16 SET 2011

É possível ação de investigação de paternidade e maternidade socioafetiva

A busca do reconhecimento de vínculo de filiação socioafetiva é possível por meio de ação de investigação de paternidade ou maternidade, desde que seja verificada a posse do estado de filho. No caso julgado, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em decisão unânime, negou a existência da filiação socioafetiva, mas admitiu a possibilidade de ser buscado seu reconhecimento em ação de investigação de paternidade ou maternidade.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) havia rejeitado a possibilidade de usar esse meio processual para buscar o reconhecimento de relação de paternidade socioafetiva. Para o TJRS, seria uma "heresia" usar tal instrumento - destinado a "promover o reconhecimento forçado da relação biológica, isto é, visa impor a responsabilidade jurídica pela geração de uma pessoa" - para esse fim.

Analogia

A relatora no STJ, ministra Nancy Andrighi, apontou em seu voto que a filiação socioafetiva é uma construção jurisprudencial e doutrinária ainda recente, não respaldada de modo expresso pela legislação atual. Por isso, a ação de investigação de paternidade ou maternidade socioafetiva deve ser interpretada de modo flexível, aplicando-se analogicamente as regras da filiação biológica.

"Essa aplicação, por óbvio, não pode ocorrer de forma literal, pois são hipóteses símeis, não idênticas, que requerem, no mais das vezes, ajustes ampliativos ou restritivos, sem os quais restaria inviável o uso da analogia", explicou a ministra. "Parte-se, aqui, da premissa que a verdade sociológica se sobrepõe à verdade biológica, pois o vínculo genético é apenas um dos informadores da filiação, não se podendo toldar o direito ao reconhecimento de determinada relação, por meio de interpretação jurídica pontual que descure do amplo sistema protetivo dos vínculos familiares", acrescentou.

Segundo a relatora, o artigo 27 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) afasta restrições à busca da filiação e assegura ao interessado no reconhecimento de vínculo socioafetivo trânsito livre da pretensão. Afirma o dispositivo legal: "O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de justiça."

Estado de filho

Apesar de dar legitimidade ao meio processual buscado, no caso específico, a Turma não verificou a "posse do estado de filho" pela autora da ação, que pretendia ser reconhecida como filha. A ministra Nancy Andrighi diferenciou a situação do detentor do estado de filho socioafetivo de outras relações, como as de mero auxílio econômico ou mesmo psicológico.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO PARANÁ ONLINE

Conforme doutrina apontada, três fatores indicam a posse do estado de filho: nome, tratamento e fama. No caso concreto, a autora manteve o nome dado pela mãe biológica; não houve prova definitiva de que recebia tratamento de filha pelo casal; e seria de conhecimento público pela sociedade local que a autora não era adotada pelos supostos pais.

16 SET 2011

"A falta de um desses elementos, por si só, não sustenta a conclusão de que não exista a posse do estado de filho, pois a fragilidade ou ausência de comprovação de um pode ser complementada pela robustez dos outros", ponderou a ministra. Contudo, ela concluiu no caso julgado que a inconsistência dos elementos probatórios se estende aos três fatores necessários à comprovação da filiação socioafetiva, impedindo, dessa forma, o seu reconhecimento.

O número deste processo não é divulgado em razão de sigilo judicial.

(Fonte: Coordenadoria de Editoria e Imprensa do STJ)

CONJUR

Biografia de pessoa pública não precisa de autorização

16 SET 2011

A interpretação do Código Civil que permite a celebridades proibir a publicação de suas biografias pode ter bases inconstitucionais. Esse entendimento decorre dos artigos 20 e 21 do texto, que trata do direito à privacidade e da preservação da imagem. Mas, na opinião de especialistas, nada pode se sobrepor ao direito à informação e à liberdade de expressão, mesmo que isso signifique uma possível invasão à intimidade de uma personalidade.

De acordo com o advogado e doutor em Direito Público, Gustavo Binenbojm, a partir do momento em que a vida de uma pessoa sai do âmbito particular e vai para o público, dados de sua biografia também passam a ter interesse público. Esse, para ele, é o principal argumento para acabar com a interpretação vigente do Código Civil. “Quando o biografado faz algo que justifique a quebra de sua privacidade, não se pode mais falar em direito à intimidade”, argumenta.

No "Seminário Propriedade Intelectual em Foco", realizado nesta quinta-feira (15/9) na Universidade de São Paulo (USP), Binenbojm sustentou que, quando uma pessoa tem vida de grande relevância política, social, econômica e cultural, não podem mais ser aplicados os mesmos princípios de privacidade do que os aplicados aos cidadãos anônimos comuns. “Portanto, a autorização prévia [para publicação] é inexigível”, afirma. Ele se baseia no preceito de que a liberdade de expressão é uma garantia democrática, como afirmou o ministro Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal, no julgamento que derrubou a Lei de Imprensa.

Para o professor, a possibilidade de se proibir a publicação de biografias tem efeitos nocivos tanto para o país quanto para o mercado editorial. Se por um lado permite-se que a liberdade de publicação seja tolhida, por outro os próprios autores começam a se sentir desencorajados a pesquisar e escrever. Conseqüentemente, explica, os escritores passam a barganhar informações com seus biografados, a fim de que seus livros possam ser publicados.

Arroubos totalitários

Já o professor de Direito Constitucional Daniel Sarmiento, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), acredita que, além da questão inconstitucional da lei, o Brasil tem certa “herança cultural maldita”. “Não temos um passado que possa nos orgulhar quando falamos em liberdade de expressão, já houve gente que literalmente apanhou por suas ideias. À exceção do Supremo, o Judiciário brasileiro não tem nada a ver com a liberdade de expressão”, critica.

Ele cita a ONG britânica Artigo 19, ativista dos direitos ao acesso à informação. Segundo a entidade, o principal obstáculo para a liberdade de imprensa no Brasil é o Poder Judiciário, a não ser pelas “decisões acertadas do STF, em favor dos direitos democráticos constitucionais”. Ou, nas palavras do desembargador aposentado Luis

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

CONJUR

Camargo Pinto de Carvalho, do TJ de São Paulo: “O Judiciário brasileiro tem um viés autoritário enorme!”

16 SET 2011

É essa a mentalidade dos juízes e desembargadores, segundo o professor Sarmiento, ao conceder a biografados o direito de censurar um livro. Com isso, conclui, cria-se a possibilidade da censura privada — não é o Estado, ou uma política de governo, mas uma pessoa que se sente ofendida ou constrangida com a veiculação de informações.

Logo, explica, as livrarias e bancas “ficam cheias de biografias edulcorantes, dedicadas exclusivamente a falar bem dos entrevistados”. Sendo assim, o professor resume: “o artigo 20 do Código Civil é inconstitucional, e não vejo outra saída para ele”.

Pedro Canário é repórter da revista **Consultor Jurídico**.

Revista **Consultor Jurídico**, 16 de setembro de 2011

CONJUR 16 SET 2011

Ex-marido deve indenizar ex-mulher por ofensas

Um ex-marido deve indenizar a ex-mulher pelo envio de mensagens ofensivas por e-mail e por celular. A decisão foi tomada pela 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que manteve decisão do 4º Juizado Cível de Brasília.

Na sentença, a juíza registra que há de se considerar "que as partes foram casadas e que têm um filho, que terá por padrão de comportamento o pai e a mãe". Ela concluiu que "as palavras empregadas nas mensagens, evidentemente, representam ofensa à honra da pessoa humana".

A autora afirma que após o fim do casamento, o réu passou a enviar-lhe diversas mensagens por e-mail e celular, ferindo-lhe a honra, dada a extrema ofensa gerada, com o emprego de xingamentos e palavras de baixíssimo calão. O próprio réu confirmou o envio das mensagens, ressaltando que o término do relacionamento deu-se há cerca de três anos e que parou de enviá-las "há meses".

Na instância revisora, os magistrados acrescentaram, ainda, que restou incontroverso o fato do injusto e gravíssimo insulto do réu para sua ex-mulher. E que "a par da condenação ética, injuriar por mensagens escritas, utilizando palavras ofensivas e de baixo calão, configura ato ilícito e o dever de indenizar, conforme regra dos artigos 186, 927 e 953 do Código Civil". *Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-DF.*

Nº do processo: 2010.01.1.193152-9